

MAIÊUTICA
LETRAS



UNIASSELVI

**CENTRO UNIVERSITÁRIO
LEONARDO DA VINCI**

Rodovia BR 470, Km 71, nº 1.040, Bairro Benedito
89130-000 - INDAIAL/SC
www.uniassevi.com.br

REVISTA MAIÊUTICA

Curso de Letras

Publicação de Divulgação Científica e Cultural do Núcleo de Educação a Distância do Centro
Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI

UNIASSELVI 2015

Reitor da Uniassevi

Prof. Hermínio Kloch

Pró-Reitora de Ensino de Graduação a Distância

Prof.^a Francieli Stano Torres

Pró-Reitor Operacional de Graduação a Distância

Prof. Hermínio Kloch

Editor-Chefe

Prof. Evandro André de Souza

Editor da Revista Maiêutica

Prof. Luis Augusto Ebert

Comissão Científica

Elisabeth Penzlien Tafner

Célio Antonio Sardagna

Cláudia Suéli Weiss

Estela Maris Bogo Lorenzi

Jackeline Maria Beber Possamai

Luciana Fiamoncini

Editoração e Diagramação

Eloisa Amanda Rodrigues

Capa

Cleo Schirmann

Revisão Final

Deise Stolf Krieser

Joice Nardelli

Publicação *On-line*

Propriedade do Centro Universitário Leonardo da Vinci

Apresentação

A Revista Maiêutica de Letras é um periódico eletrônico anual, vinculado à Graduação a Distância do curso de Letras – Língua Portuguesa e Respectiva Literatura do Centro Universitário Leonardo da Vinci, UNIASSELVI. A seleção dos artigos para publicação foi um trabalho que envolveu a coordenação do curso, docentes e tutores que tomaram como referência os eixos do curso, fundamentado nos estudos literários e linguísticos.

Essa edição, especificamente, trata de um conjunto diversificado de artigos acerca dos estudos literários e de temas que circulam no dia a dia do profissional dessa área. Os temas envolvendo a Literatura foram ampliados, tendo em vista que se trata de uma das artes que melhor expõe, através da palavra, a condição humana.

No tocante ao profissional de Letras, este periódico objetiva socializar o conhecimento acadêmico decorrente do ensino e da iniciação científica. Dessa maneira, as discussões trazidas propiciam reflexões desde o estímulo à leitura a partir da literatura até a indisciplina, geradora de impasses vividos no cotidiano escolar. Assim, além dos temas relativos aos estudos literários, os demais provocam o leitor a refletir acerca do conjunto de ações que um profissional da área da Educação necessita constantemente repensar.

Essa publicação corrobora com o ato de pesquisar, aprofundar, sistematizar e de socializar resultados para que os estudantes possam, através dos diferentes olhares, ampliar seus conhecimentos. Convidamos você para, a seu modo, realizar a leitura e interlocução da Maiêutica de Letras, confirmando o compromisso com o conhecimento tratado na maiêutica socrática.

Esperamos que a leitura seja proveitosa e que as inquietações aflorem a cada trecho lido.

Elisabeth Penzlien Tafner
Coordenadora do curso de Letras



SUMÁRIO

1 LITERATURA INFANTOJUVENIL E SUAS APLICAÇÕES NA PRÁTICA DOCENTE – Literature for children and youth and its applications in teaching practice Cinéia Spitznagel Pacheco Marilda Formagio Stortti	7
2 LITERATURA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: a influência da contação de histórias no processo de formação de pequenos leitores – Literature in childhood education: the influence of storytelling on the small readers’ formation process Tânia Silva Neumann Barroso Cláudia Regina da Silva	13
3 A LINGUAGEM IMAGÉTICA NO PROCESSO INICIAL DE FORMAÇÃO DE LEITORES – The imagery language in the initial process to the reader’s training Tatiane Martins de Quadros Márcia Cristina Neves Voges	19
4 LITERATURA NA ESCOLA – Literature at school Márcia Regina de Souza Márcia Cristina Neves Voges	25
5 O APERFEIÇOAMENTO E O INCENTIVO À LEITURA – The improvement and the encouraging reading Géssica Abreu da Silva Paz Rizelda da Silva Beserra Dantas	31
6 A APROPRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO POVO PANKARARU – The ownership and consolidation of the Portuguese Language in Pankararu people Rute Gomes Rodrigues Rizelda da Silva Beserra Dantas	43
7 A CULTURA E A LINGUAGEM – The culture and the language Greyce Kelly Giovanella Cláudia Regina da Silva	55
8 O AMBIENTE VIRTUAL NA EDUCAÇÃO MODERNA – The virtual environment in modern education approach Aletéia Cristina Maia Rodrigues Danielle Pioto de Melo Sansoni Heraldo Carlos Silva dos Santos Sheila Costa Pinto Xerfan Flávia Maria Aragão Arruda	59

**9 FORMAÇÃO DE UMA CONSCIÊNCIA CRÍTICA ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO
LIBERTADORA DE FREIRE – Conscience of a critical training through education
Freire’s approach**

Alcinéa de Kássia Pereira de Souza

Isabela Cristina Guimarães Barbosa

Luiz Alberto Rodrigues da Conceição

Flávia Maria Aragão Arruda 67

**10 INDISCIPLINA ESCOLAR: uma realidade da sociedade contemporânea – School
indiscipline: a reality of the contemporary society**

Rizelda da Silva Beserra Dantas

Yngrid Lima Varjão 71

LITERATURA INFANTOJUVENIL E SUAS APLICAÇÕES NA PRÁTICA DOCENTE

Literature for children and youth and its applications in teaching practice

Cinéia Spitznagel Pacheco¹
Marilda F. Stortti¹

Resumo: A literatura infantojuvenil é a arte da palavra escrita voltada para as crianças e para os jovens, com características particulares. Para que produza o efeito esperado, a literatura infantojuvenil precisa ser bem trabalhada e desenvolvida em sala de aula. É através dela que surgem os leitores, sendo que os primeiros livros a serem apresentados ao educando são parte da literatura infantojuvenil. Boa parte do conhecimento de valores adquiridos pelo ser humano se dá pela leitura de textos literários infantis. É importante, diante deste cenário, apresentar à sociedade a maior fonte de riqueza cultural, incentivar a leitura de textos literários, identificar as fases da literatura infantojuvenil e suas características, saber utilizar e quando utilizar determinado livro, reconhecer a escolha dos alunos e promover o desenvolvimento intelectual nos alunos. A partir da leitura de materiais impressos escolhidos de acordo com o tema a ser desenvolvido e com o conhecimento adquirido ao longo da formação acadêmica, podemos compreender que a literatura infantojuvenil, embora seja utilizada na sala de aula em especial nos primeiros anos da educação, ainda precisa ser estruturada e tomar novos caminhos. Consequentemente, a falta de incentivo à leitura de textos literários e da criação de novas metodologias que venham fazer da literatura infantojuvenil uma prática diária dos alunos, poderá, ao longo do tempo, formar uma sociedade cada vez mais pobre culturalmente e gerar problemas irreversíveis para os jovens de hoje.

Palavras-chave: Literatura infantojuvenil. Prática docente. Valorização do ser.

Abstract: The children and youth literature is the art of the written word toward children and young people with particular characteristics. In order to produce the expected effect, the children and youth literature must be well worked and developed in the classroom. It's through that readers arise, and the first books to be presented to the student are part of children and youth literature. All knowledge of values acquired by a human is by reading children's literary texts. It is important, on this scenario, Present to society the major source of cultural wealth, encourage the reading of literary texts, identify the stages of children and youth literature and its characteristics, be able to use and when to use some books, recognize the choice of students and promote the intellectual development in students. From the reading of printed materials chosen according to the theme to be developed and the knowledge acquired throughout the academic background, we can understand that the children and youth literature, although it is used in the classroom, especially in the early years of education, still needs to be structured and take new ways. Consequently, the lack of encouraging reading of literary texts and the creation of new methodologies that will make children and youth literature a daily practice of students, may, with the time, to form a society culturally poor and generate irreversible problems for youth today.

Keywords: Children and youth literature. Educational practice. Valuing of the human.

Introdução

Atualmente, vivemos em um novo contexto social. Milhares de meios de comunicação, inúmeros produtos tecnológicos, avanços e pesquisas sofisticadas têm se mostrado como um caminho espetacular, mas ao mesmo tempo incerto.

Ao passo que vivemos nossas vidas com modernidades, nossa mentalidade, e da nova geração, está em fase de mudança, procurando também inovação. Criando e recriando, fazendo e desfazendo, a arte da palavra humana se modifica, se inova. A literatura, esta que está escrita

¹ Centro Universitário Leonardo Da Vinci – UNIASSELVI – Rodovia BR 470 - Km 71 - nº 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281-9090 – Site: www.uniasselvi.com.br

nos livros e flui na mente do ser humano, é uma constante responsável na formação da consciência de mundo dos pequenos e dos jovens.

Saber escrever para jovens e crianças exige conhecimento das tendências históricas, sociais e culturais. Conhecer as temáticas e as peculiaridades que diferenciam as literaturas de ontem e de hoje são requisitos básicos para os docentes na área da educação, sendo este requisito indispensável no planejamento e no desenvolvimento de suas atividades em sala de aula.

Identificar as fases da literatura infantojuvenil no Brasil, bem como suas características, são importantes estratégias para se estabelecer o que trabalhar e por que trabalhar com textos literários desde a primeira formação que o aluno receberá na escola. A partir da leitura de materiais escritos inteiramente voltados para a literatura e de conhecimentos já obtidos, nortearmos esta produção acadêmica.

Na primeira parte do desenvolvimento, abordamos a primeira fase da literatura infantojuvenil, suas características e alguns autores que representam esta época. Na sequência, apresentamos a fase atual marcada pela liberdade e modernidade nas produções literárias e finalmente explicitamos a importância e o principal papel da literatura na aplicação docente, as considerações finais e a lista de referenciais utilizados para a organização do trabalho.

Literatura infantojuvenil: fases

A literatura é a arte da palavra, a palavra que fascina, que nos leva a sonhar, a misturar o real com o imaginário, a ter certeza que sonhamos mesmo estando acordados: acordados não de um sono noturno, mas de um sono fictício. De acordo com Cademartori (2010, p. 35):

Se toda a literatura, da mais simples a mais complexa, faz a seu modo uma representação do mundo, faz parte da apreciação de uma obra examinar se o modelo de mundo construído possibilita ao leitor que antecipe possibilidades existenciais que ele ainda não experimentou. Se fizer isso, permitirá a transposição do lugar-comum.

A literatura infantojuvenil, assim como os demais tipos de literatura, divide-se em fases, sendo cada uma delas marcada por determinadas características. A partir de agora, abordaremos a fase inicial da literatura infantojuvenil e como ela encontra-se hoje, quais são suas principais características e seus principais representantes.

A fase inicial da literatura infantojuvenil

Por muito tempo, a literatura infantojuvenil apenas reproduziu as concepções idealizadas pelos adultos, de acordo com a mensagem que precisavam transmitir para os pequenos. Com as constantes mudanças que aconteceram, podemos entender que a principal delas ocorreu na mentalidade do ser humano. Uma sociedade se transforma ao passo que seus pensamentos se modificam e uma nova concepção do mundo se apresenta ao ser humano. A assimilação dos novos pensamentos acontece desde a infância, por isso tal processo ocorre de maneira gradual e a literatura ocupa um espaço de suma importância para a transformação de um povo:

Tal procedência pode parecer absurda aos “distraídos” que ainda não descobriram que a verdadeira evolução de um povo se faz ao nível da mente, ao nível da consciência de mundo que cada um vai assimilando desde a infância. Ou ainda não descobriram que o caminho essencial para se chegar a esse nível é a palavra. Ou melhor, é a literatura - verdadeiro microcosmo da vida real, transfigurada em arte. (COELHO, 2000, p. 15)

A transformação social revolucionou os pensamentos humanos e refletiu nas concepções

apresentadas na literatura infantojuvenil, a partir da qual o escritor tem a liberdade de juntar suas experiências com a imaginação, ir para além dos horizontes, inventar pessoas, lugares, situações, mas está sujeito aos limites impostos pelos leitores: o leitor precisa se identificar com os personagens, com a história, precisa atribuir suas experiências e o seu conhecimento na obra lida. A obra não pode decepcionar seu leitor, pois assim, poderá não obter sucesso.

As obras infantis que respeitam seu público são aquelas cujos textos têm potencial para permitir ao leitor infantil possibilidade ampla de atribuição de sentidos àquilo que lê. A literatura infantil digna do nome estimula a criança a viver uma aventura com a linguagem e seus efeitos, em lugar de deixá-la cerceada pelas intenções do autor, em livros usados como transporte de intenções diversas, entre elas o que se passou a chamar de “politicamente correto”, a nova face do interesse pedagógico, que quer se sobrepor ao literário (CADEMARTORI, 2010, p. 17).

A importância da literatura infantojuvenil foi se consolidando a partir do momento que passou a integrar a pauta das políticas públicas da educação e da cultura. Ainda hoje não temos um país de leitores, mas já estamos mais próximos deste acontecimento. A leitura é uma importante ferramenta na dispersão da literatura, não sendo possível utilizar uma sem que se utilize a outra. Cademartori (2010, p. 9) aponta que “[...] a criança que costuma ler, que gosta de livros de histórias ou de poesia, geralmente escreve melhor e dispõe de um repertório mais amplo de informações”.

É inegável a junção que estabelece a literatura e a educação, mas é importante sabermos que não cabe a esse gênero o papel de subsidiar a educação formal. O literário representa os costumes, crenças e ideais que os adultos querem repassar para a criança.

É como entretenimento, aventura estética e subjetiva, reordenação dos próprios conceitos e vivências [...]. Mas não foi movida pelo reconhecimento desse potencial que a escola, inicialmente, voltou-se para a literatura infantil. A educação formal passou a valorizar essa produção com vistas a interesses mais imediatos. Viu nela um bom instrumento do ensino da língua, modo de ampliar o domínio verbal dos alunos. Acreditava-se no slogan “quem lê, sabe escrever” (CADEMARTORI, 2010, p. 8)

A criança era, há séculos, considerada como um adulto em miniatura. Desta percepção se faz necessária a intervenção da literatura infantojuvenil. Cademartori (2010, p. 43) aponta que:

A criança, na época, era concebida com um adulto em potencial, cujo acesso ao estágio dos mais velhos só se realizaria através de um longo período de maturação. A literatura passou a ser vista com um importante instrumento para tal, e os contos coletados nas fontes populares são postos a serviço dessa missão. Tornam-se didáticos e adaptados à longa gênese do espírito a partir do pensamento ingênuo até o pensamento adulto, evolução do irracional ao racional.

Na primeira fase da literatura infantojuvenil, eram apenas reproduzidas as histórias trazidas da Europa. Somente no final do século XIX é que começaram a surgir os primeiros livros publicados e escritos pelos brasileiros. O Brasil vivia, na época, um período de mudança de monarquia para república, o grupo social emergente buscava atender suas reivindicações em busca de mais liberdade política, melhores negócios, dinheiro mais acessível e novas oportunidades na área da educação.

A literatura infantil, assim como manifestações da cultura popular e agráfica, prestam-se a que, na alfabetização, a criança dê continuidade às experiências expressivas que já experimentou e lhe seja assegurada uma relação ativa com a sua língua, pelo conhecimento das potencialidades expressivas do código (CADEMARTORI, 2010, p. 71).

Os primeiros livros escritos para crianças vieram para atender os interesses desta classe dominante. Assim surgem as exigências impostas aos escritores. O problema estava em como fazer, se até então a solução era traduzir obras estrangeiras ou adaptá-las, reduzindo obras para adultos, entre outras soluções.

Destas traduções, temos por herança histórias como Chapeuzinho Vermelho, a Bela Adormecida, Cinderela, que eram histórias contadas por adultos, até que pessoas como Charles Perrault (1628-1703), da França, Jacob (1785-1863) e Wilhelm Grimm (1786-1859), da Alemanha, as escrevessem para o público infantil.

Este percurso da literatura infantojuvenil já percorre cerca de cem anos. Entre os pioneiros a adaptarem histórias para as crianças temos Carl Jansen, nascido na Alemanha. Ele veio morar no Brasil quando era ainda jovem. Deste autor temos Robinson Crusóé (1885) e Viagens de Gulliver (1888).

No começo, a literatura infantil se alimenta de obras destinadas a outros fins: aos leitores adultos, gerando as adaptações; aos ouvintes das narrativas transmitidas oralmente, que se convertem nos contos para crianças; ou ao público de outros países, determinando neste caso traduções para a língua portuguesa. Há um último segmento que vale a pena citar: as obras destinadas à escola (ZILBERMAN, 2005, p. 18)

Com o passar do tempo, com as inovações e com o crescimento deste estilo literário, surgem as primeiras obras de literatura infantojuvenil do Brasil, os primeiros autores a criarem histórias no contexto do nosso país, dando início à fase atual brasileira da literatura infantojuvenil.

A fase atual da literatura infantojuvenil

Para muitos autores, a fase atual se inicia com as publicações do mais prestigiado autor da Literatura Infantojuvenil no Brasil: Monteiro Lobato. Impossível falarmos de Literatura Infantojuvenil sem ao menos mencionar seu nome. Regina Zilberman (2005, p. 21) afirma que “um escritor é muito popular quando o mundo que criou escapa a seu controle, como se as personagens vivessem independentemente dele”.

De Monteiro Lobato vêm as conhecidas personagens: Emília, Dona Benta, Visconde de Sabugosa e também o espaço no qual vivem estas personagens: o Sítio do Picapau Amarelo (série atualmente adaptada para a televisão). Outras obras, como Reinações de Narizinho e Emília no País da Gramática, por exemplo, também são do autor.

O autor criou um tipo específico de história, cuja sequência foi desenvolvida sempre com os mesmos personagens. Não era necessário inventar novos personagens a cada história criada, bastava que fossem acrescentados novos episódios até que conseguisse formar mais um livro. Esta sistemática proporcionou um fortalecimento às personagens de Lobato, que adquiriram identidade própria, sendo até hoje conhecidas por várias gerações e utilizadas para fins de comercialização de produtos.

Outros autores também se apresentaram, como Viriato Correia, em seu livro *Cazuza* (1938), uma das mais conhecidas obras de ficção nacional destinada à infância. Muitas outras obras foram elaboradas desde esta época até os dias atuais com mais intensidade e modernidade, reproduzindo a imagem, a figura, o colorido, elementos fundamentais para despertar a atenção do pequeno leitor. Cademartori (2010, p. 35) afirma que “a criança, em geral, não se interessa por livros que não lhe trazem nada de novo, não lhe surpreendem com algo que ela ainda não pensou”. Não se pode descartar, porém, que não são elas que, na maioria das vezes, escolhem seus livros. São os próprios adultos (pais e professores, especialmente) que fazem a escolha e acabam por cobrar a leitura posteriormente.

As aplicações na prática docente

Ensinar é uma atividade prazerosa, assim como ler. No momento em que ensinamos acabamos aprendendo também. A literatura, especialmente a literatura infantojuvenil, é uma constante auxiliadora no processo do desenvolvimento de valores, já que está relacionada com a demonstração de atitudes corretas, costumes e ideias.

Coelho (2000, p. 15) nos orienta:

No que diz respeito às atividades com literatura e a expressão verbal, o espaço-escola deve se diversificar em dois ambientes básicos: o de estudos programados (sala de aula, bibliotecas para pesquisa etc.) e o de atividades livres (sala de leitura, recanto de invenções, oficina da palavra, laboratório de criatividade, espaço de experimentação etc.).

Os espaços para estudos programados, como a sala de aula, biblioteca, são criados para desenvolver o mecânico, ou seja, aquilo que é sempre imposto pelo professor, que não deixa, em muitos casos, de ser importante. O espaço programado permite a cópia de texto do quadro, a pesquisa de material complementar, aplicação de avaliações escritas, entre outras.

Os espaços para as atividades livres, como a sala de leitura, recanto de invenções, oficina da palavra, são espaços que estimulam o pensamento do aluno, quando precisa criar um objeto, um texto ou reproduzir uma imagem. Estes espaços precisam ser mais explorados pelos professores, visto que promovem o desenvolvimento intelectual dos educandos, principalmente na área de literatura.

A poesia e a narrativa oferecem à criança em fase de alfabetização a oportunidade de experimentar a potencialidade linguística, descobrindo as diversas possibilidades de nomeação que mediará sua exploração e entendimento do mundo. O livro e a leitura, apresentados à criança nos seus primeiros anos, podem apresentar a ela sedutora razão para um esforço empreendido no processo de alfabetização. O papel da literatura nos primeiros anos é fundamental para que se estabeleça uma relação ativa entre falantes e língua, o que não ocorre sem desenvolvimento de afeto e emoções (CADEMARTORI, 2010, p. 63).

Desde os primeiros anos de aprendizado, tanto em casa quanto no ambiente escolar, os livros já devem ser inseridos no contexto dos alunos, pois é através deles que se têm o primeiro contato com literatura. O livro, inicialmente, pode ser visto como um brinquedo, com muitas imagens e poesias. Segundo Cademartori (2010, p. 61):

A poesia infantil, de início apresentada oralmente, irá, de modo gradual, possibilitar o contato da criança com seu suporte: o livro. A versificação, nessa etapa, se insere no mundo infantil como mais um jogo, continuidade de uma manipulação das unidades linguísticas já iniciada, e na qual o significado não tem primazia. A poesia infantil estrutura-se de modo a não se enquadrar com as soluções convencionais da língua e, fundamentalmente, não entrega um sentido habitual, de onde vem seu caráter de descoberta, de apresentação de novas articulações.

Saber como introduzir a literatura na vida dos alunos de maneira adequada, respeitando o seu gosto, é uma tarefa um pouco difícil, pois cada aluno possui um olhar diferente, e escolhe as leituras de acordo com o que chama a sua atenção. Incentivar a leitura pode ser um desafio a ser enfrentado pelos docentes em nossas escolas atuais. A literatura infantojuvenil abre caminhos para a formação de leitores, levando os alunos à imaginação, à criatividade, à fuga da realidade.

A obra literária recorta o real, sintetiza-o e interpreta-o através do ponto de vista do narrador ou poeta. Sendo assim, manifesta, através do fictício e da fantasia, um saber sobre

o mundo e oferece ao leitor um padrão para interpretá-lo. Veículo do patrimônio cultural da humanidade, a literatura se caracteriza, a cada obra, pela proposição de novos conceitos que provocam uma subversão do já estabelecido (CADEMARTORI, 2010, p. 23).

O interesse pelo imaginário em nenhum momento inibe o real, pelo contrário, este interesse pode ajudar em situações corriqueiras. Os sentimentos, as emoções, as atitudes, são mais fáceis de serem entendidas através da associação entre o real e o imaginário, quando, de certa forma, estas sensações ficam mais evidentes.

O prazer reside exatamente em saber quais são as regras e subvertê-las. As variadas formas de subversão da realidade, que livros para crianças costumam fazer, não anulam, é claro, o que é real, apenas jogam com ele, deixando-o em suspensão no espaço e tempo da leitura. A ideia de ordem estrita de fatos e fenômenos, sem formas de extensão ou analogia, é insuportável para as crianças. Por isso, a ficção e a poesia são formas viáveis - e prazerosas - de lidar com as diferentes faces do real. Possibilitam à criança identificar e examinar percepções, sentimentos, fatos, situações, formando, assim, conceitos. Lidam, desse modo, com a realidade concreta, por meio da que foi simbolicamente construída. A linguagem recorta o mundo, a literatura o modela (CADEMARTORI, 2010, p. 33).

A literatura infantojuvenil é um universo que oferece várias possibilidades e, se explorada em seu grande potencial, pode enriquecer nossa sociedade de cultura e conhecimento, atribuir valores, ensinar preceitos de boa conduta. Precisamos de cultura para termos um país melhor, pois o passo para a mudança ocorre na mentalidade do ser humano.

Considerações finais

Diante da maneira como a literatura infantojuvenil vem sendo trabalhada nas escolas, embora hoje seja mais utilizada do que há alguns anos, ainda não se explora toda a capacidade de inovação e criação que produz no ser humano. Não basta apenas colocar o livro diante da criança ou jovem, é preciso mostrar a ele o quanto sua leitura é importante e que sua interpretação é fundamental para obtenção do conhecimento e aprendizado de valores.

O livro não pode ser imposto pelo professor, mas precisa apenas ser apresentado como forma de atividade prazerosa e lúdica. Quem opta por ler ou não aquele livro é o aluno, já que cada leitor escolhe a leitura de acordo com suas necessidades e identificação com o material exposto. Dar subsídios para o imaginário e promover atividades mais envolventes em sala de aula são propostas que ainda precisam ser colocadas em prática.

Embora se criem projetos educacionais voltados para a aplicação da literatura infantojuvenil, como roda de contos, exposições, entre outras, estas ações não utilizarão ainda todo o potencial dos textos literários voltados para os jovens e para as crianças, porque a maneira de utilização ainda precisa ser mais complexa e profunda e necessita atender a todo tipo de leitor.

Referências

CADEMARTORI, Ligia. **O que é literatura infantil**. São Paulo: Brasiliense, 2010.

COELHO, Nelly Novaes. **Literatura Infantil**. São Paulo: Moderna, 2000.

ZILBERMAN, Regina. **Como e por que ler a literatura infantil brasileira**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

Artigo recebido em 15/06/15. Aceito em 17/08/15.

LITERATURA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: a influência da contação de histórias no processo de formação de pequenos leitores

Literature in childhood education: the influence of storytelling on the small readers' formation process

Tânia Silva Neumann Barroso¹
Cláudia Regina da Silva¹

Resumo: Neste estudo pretende-se refletir sobre questões voltadas às práticas pedagógicas, enfatizando a contação de histórias no cotidiano escolar, dentro da educação infantil, mostrando como a arte de contar e recontar histórias, enquanto memória inventada, influi na constituição do processo de ensino e aprendizagem. Buscamos sustentação teórica em estudiosos da literatura infantil, que servem de parâmetro para os educadores que estão inseridos diariamente no contexto da sala de aula. Como objetivo geral, busca-se compreender o campo da literatura, da linguagem oral, da contação de histórias e sua influência no processo de formação de pequenos leitores. A partir dos resultados, interpretamos que os valores, os assuntos, a linguagem, os interesses e a apresentação dos livros correspondem ao desenvolvimento das crianças; exploram as histórias de modo que a leitura visual, as imagens, as letras, os diferentes repertórios linguísticos, constituem-se, criticamente, na formação inicial deste leitor em potencial.

Palavras-chave: Literatura infantil. Formação de leitores. Contação de histórias.

Abstract: This study aims to reflect on issues facing the teaching practices, emphasizing storytelling in everyday school life, in childhood education, showing how the art of telling and retelling stories as memory, invented influences the formation of the teaching and learning process. We use theoretical support for scholars of children's literature which serve for the students who are entered in the context of the classroom. As a general purpose, there is the understanding of the field of literature, oral language, storytelling and its influence on the young readers' formation process. We interpret the values, subjects, language, interests and the presentation of the books correspond to the development of children; explore the stories so that the visual reading, pictures, letters, different linguistic repertoires, it is critically constitute the initial formation of this potential reader.

Keywords: Children's literature. Readers' formation. Storytelling.

Introdução

Literatura é arte. Literatura infantil é arte. Contar histórias é arte. É a arte do fantástico universo das histórias. Ler uma história é um momento que pode se dar de modo individualizado ou coletivamente.

Um livro, ao ser contado, pode ser apresentado de diferentes modos e enunciados. As contações de história podem ocorrer em diferentes contextos: familiares, escolares, espaços públicos, bibliotecas, livrarias; podem acontecer de maneira improvisada, planejada, programada com bastante antecedência, por meio de professores, pais, tios, avós, profissionais deste mundo imaginário e lúdico, e até pelas próprias crianças que criam e recriam suas histórias, a partir da uma “leitura de imagens” que lhes é apresentada.

“Era uma vez...”: esse início de frase, tão conhecido nas histórias, tem como companheiro inseparável um objeto de diferentes formas, tamanhos, espessuras, cores, formatos, desenhos que traz o nome em comum: - o livro. Não há receita pronta para a escolha de um livro a ser trabalhado na Educação Infantil. Este deve atender às necessidades fundamentais da infância, bem como levar em conta o desenvolvimento psicológico, intelectual e espiritual da criança.

¹ Centro Universitário Leonardo Da Vinci – UNIASSELVI – Rodovia BR 470 - Km 71 - nº 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281-9090 – Site: www.uniasselvi.com.br

Nesse sentido, os valores, os assuntos, a linguagem, os interesses e a apresentação dos livros devem corresponder ao desenvolvimento das crianças e explorar as histórias de modo que a leitura visual, as imagens, as letras, os diferentes repertórios linguísticos, se constituam criticamente na formação deste leitor em formação.

Contar é arte e como toda arte merece apreço e pesquisa. Ao contar uma história, a voz, o ritmo, o espaço, o tempo, o meio, os sujeitos... diferentes aspectos necessitam ser estudados e analisados. Segundo Coelho (2006, p. 13):

Constatada a importância da história como fonte de prazer para a criança e a contribuição que oferece ao seu desenvolvimento, não se pode correr o risco de improvisar. O sucesso da narrativa depende de vários fatores que se interligam, sendo fundamental a elaboração de um plano, um roteiro, no sentido de organizar o desempenho do narrador, garantindo-lhe segurança e assegurando-lhe naturalidade.

O roteiro possibilita transformar o improvisado em técnica, fundir a teoria à prática. Neste sentido, o planejamento é fundamental. Ao estudar uma história para a respectiva contação, o narrador ou contador precisa contemplar algumas etapas, tais como: escolha da história, estudo da história infantil, formas de apresentação das histórias e a narração delas. A apreciação, por parte do narrador da história que se pretende contar, é fundamental. Coelho (2006, p. 14) ressalta que:

A história é o mesmo que um quadro artístico ou uma bonita peça musical: não poderemos descrevê-los ou executá-los bem se não os apreciarmos. Se a história não nos desperta a sensibilidade, a emoção, não iremos contá-las com sucesso. Primeiro é preciso gostar dela, compreendê-la, para transmitir tudo isso ao ouvinte.

Nesta perspectiva, buscamos trazer este trabalho na forma de projeto multidisciplinar com a turma de cinco anos de um centro de educação infantil (municipal), tendo como objetivo geral compreender o campo da literatura, da linguagem oral, da contação de histórias, para subsidiar análises das concepções no processo de formação desse leitor em formação.

Leitura: comunicação com o mundo

A leitura é um dos meios que o indivíduo possui de se comunicar com o mundo, de ter contato com novas ideias, pontos de vista e experiências que, talvez, sua vida prática não lhe proporcione. Não ler causa prejuízos que vão desde o precário desenvolvimento pessoal e profissional até a ampliação das desigualdades sociais. Assim, surge a formação de uma sociedade leitora. Sabemos que grande número dos brasileiros só domina os princípios básicos de leitura e da escrita. Outros leem, mas não entendem sequer textos simples. Então, como fazer um trabalho significativo na Educação Infantil, que vise à interação com a literatura?

A literatura infantil, desde sua origem, foi utilizada como um instrumento educacional, um reforço para fixar os costumes da sociedade em cada época. Tanto é verdade, que até hoje é questionado se a literatura infantil deve ser um instrumento de educação ou de divertimento.

Para analisar essas questões, precisamos levar em conta, primeiramente, que o aparecimento da literatura infantil tem características próprias, pois “decorre da ascensão da família burguesa em contrapartida do enfraquecimento das grandes propriedades e da aristocracia fundiária do novo status concedido à infância, na sociedade, e da reorganização da escola, que se torna aberta para todas as classes sociais” (COELHO, 2006, p. 24).

Isso foi o que deu à literatura infantil, desde sua origem, a assombrada intencionalidade que se modifica de acordo com a época e os valores da sociedade vigente. Com o surgimento das escolas e das literaturas, a ideologia que ambas possuíam era controlar o desenvolvimento

intelectual da criança, manipulando suas ideias e sentimentos. Esse pensamento baseava-se na concepção de infância que permeava o final do século XVII e do século XVIII, período em que foram escritos os primeiros livros para crianças, pelos pedagogos.

A escola, no período destacado anteriormente, não trabalhava com a realidade do mundo infantil, e negava a convivência social, apenas ensinando as normas ditas por aqueles que tinham o poder, ligada à expansão e aperfeiçoamento do ensino escolar e uma pedagogia controladora.

O professor colaborava no processo de dominação, submetendo-se, também, às classes poderosas, e assim, as histórias contadas, as literaturas, a escola e os livros compartilhavam uma mesma função, reproduzindo o mundo adulto e interferindo nas ações individuais das crianças. Além disso, interferia no mundo imaginário incutindo ideologias e impedindo a reflexão. E isto, de alguma forma, compromete não só a ação leitora, mas sobretudo a singularidade humana, conforme comenta (BRAGATTO FILHO, 1995, p. 26):

Ora, se o homem, como bem o sabemos, é um sujeito de ideias, que concebe sistemas racionais, científicos e filosóficos, ele é também um sujeito de emoção e ação, quer dizer, dono de uma sensibilidade e de uma vontade, ele ama, quer e luta porque é livre. Portador de um imaginário individual que se nutre de outro, o coletivo, pois, como ser social e histórico, interage com seus parceiros. Ele é essencialmente o sujeito criador da cultura.

Esses dados são importantes para que compreendamos o porquê das discussões sobre o que deveríamos designar como literatura; essa visão histórica se confronta com o pensamento do que se designa por literatura e sua função nos dias atuais.

Onde e como contar histórias?

Como historicamente a literatura infantil foi muito associada à função pedagógica do livro e da leitura, o primeiro lugar que nos ocorre para a contação de histórias é a escola. Sem dúvida, é o lugar no qual ela mais encontra aplicabilidade, conforme Ceccantini (2004, p. 272):

A escola foi tomada como espaço físico e social adequado, devido ao fato de crer-se que o texto literário, nesse ambiente, deve circular com maior frequência, tendo em vista ser ela, hoje, a principal responsável pela mediação de leitura literária na sociedade.

Para que a leitura literária aconteça com qualidade na escola, os leitores devem estar bem acomodados, de preferência sentados no chão com almofadas ou tapetes, livres de barulho. Este local depende muito, também, de quem conta as histórias. Os cenários imaginários podem ser transformados, como a sala de aula, que se transforma em pátio de castelo, a sala do trono pode ser embaixo de uma árvore, transformada na torre mais alta da fortaleza, ou ainda numa praça, num campo, num palácio, aproveitando para dar a cada lugar o desenho necessário para enriquecer a narração. Quanto mais aconchegante e sossegado for o local, melhor. Contar histórias para crianças cansadas, com sono, com fome, ou vontade de ir ao banheiro não é nada gratificante, mas ler para as crianças interessadas, atentas, curiosas, é sempre oportunizar que elas possam sorrir e gargalhar, com situações vividas pelos personagens, tornando-as cúmplices deste momento de brincadeiras, suscitando o imaginário, e respondendo suas curiosidades.

Cada contador cria sua forma pessoal, tenta colocar suas vivências e administrar da melhor forma possível, vendo se há a necessidade de somente contar, ler ou memorizar todo o texto. Trabalhar a “contação de histórias” é abrir as cortinas do mundo para uma plateia de seres que buscam a construção do “seu ser” como sujeitos de uma sociedade.

Não existe segredo ou regra para contar histórias. Algumas técnicas, decorrentes de

experiências, e muitos ensaios, no qual o ouvinte possa encontrar nos olhos do contador o seu porto seguro, são suficientes. Assim, o fato de contar histórias é uma linguagem única e que pode ser desenvolvida por qualquer pessoa que tenha no coração um ninho aconchegante para recebê-las e compartilhá-las.

Histórias simples, interessantes e de gêneros variados, as quais fazem com que as crianças viajem no tempo e espaço, podem ser uma escolha acertada em alguns momentos. Percebe-se que as histórias contadas, principalmente as fábulas, têm maior recepção das crianças. Talvez por trabalharem narrativas que agregam valores, como amor, caridade, justiça, honestidade, respeito, responsabilidade, e também por serem curtas e bastante diretas, integrando o conhecimento, a família, a escola, a vida em sociedade.

Nesse sentido, é importante lembrar que dominar alguns elementos para ler ou contar histórias é garantir, certamente, o sucesso da literatura-viva. Sisto (2005, p. 122) dá algumas recomendações do que o contador deve observar “para contar melhor”:

- Olhar para a sua plateia - não fixando seu olhar para o chão, para o teto, ou numa pessoa.
- Linguagem de acordo com a idade das crianças (plateia) - nunca infantilizando a linguagem, exagerando nos diminutivos, e usar o mesmo tom de voz durante toda a história.
- Tornar expressivo o que se diz - as palavras têm “coloridos e texturas” diferentes e se adaptam ao que queremos dizer, com a ênfase e a intenção que colocamos nelas. As palavras são diferentes, têm pesos e alturas diferentes.
- Atentar para o ritmo da fala - o nervosismo e a inexperiência nos levam a falar rápido demais.
- Não ser óbvio demais, nem didático, nem moralista, nem doutrinário, nem preconceituoso (sem preocupação de passar uma mensagem ou moral para o ouvinte).
- Ser capaz de cativar o ouvinte e suscitar o desejo de novas leituras.
- Ser capaz de provocar arrepios, levar à percepção de novas coisas, ampliar a imaginação.

Outra consideração levantada pelo autor é que um contador de histórias é um agente de sua língua, portanto deve haver adequação em sua linguagem, conforme a narrativa, preservando a literalidade do texto, com um vocabulário claro e preciso, sem uso de termos e falas técnicas.

Considerações finais

As histórias possibilitam a articulação entre objetividade e subjetividade, “espaço entre”, no qual se situa o trabalho pedagógico. É, portanto, um recurso riquíssimo que pode promover a criatividade, a criticidade e a sensibilidade do pequeno leitor. O conteúdo mítico, as ações praticadas pelos personagens e os valores morais implícitos na narrativa, permitem projeções que facilitam a elaboração de questões emocionais, muitas vezes expressas em sintomas que se apresentam na aprendizagem.

A compreensão dos enredos, a análise dos conteúdos e a estrutura linguística subjacente ao texto, permitem ao professor investigar questões cognitivas presentes no processo de aprendizagem, mediando a construção da leitura e não somente as atividades.

Para mediar o contato com a literatura infantil, faz-se necessário que o professor se aproprie da função e das características exercidas pela mesma. Precisa, antes de tudo, conhecê-la e isso se faz por meio da leitura. Como mediador do processo de formação de pequenos leitores, o professor precisa ser um leitor competente, crítico; assim, sua prática pedagógica se efetivará de modo significativo.

Referências

CECCANTINI, Cardoso Tápias Luís João. **Infantojuvenil**: memória de Gramado. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2004.

COELHO, Betty. **Contar histórias**: uma arte sem idade. 10.ed. São Paulo: Ática, 2006.

BRAGATTO FILHO, Paulo. **Pela leitura literária na escola de 1º grau**. São Paulo: Ática, 1995.

SISTO, Celso. **Textos e pretextos sobre a arte de contar histórias**. Curitiba: Positivo, 2005.

Artigo recebido em 15/06/15. Aceito em 17/08/15.

A LINGUAGEM IMAGÉTICA NO PROCESSO INICIAL DE FORMAÇÃO DE LEITORES

The imagery language in the initial process to the reader's training

Tatiane Martins de Quadros¹

Márcia Cristina Neves Voges¹

Resumo: O tema desta pesquisa bibliográfica diz respeito à linguagem imagética no processo inicial de formação de leitores. O assunto é relevante para a educação, já que possibilita refletir acerca das suas contribuições no ensino, na sala de aula. A presença da literatura entre as tarefas escolares é algo necessário, pois a atividade fundamental que pode ser desenvolvida por ela para a formação dos alunos é a leitura. Vê-se a escola como uma instituição social em que os docentes podem incentivar os educandos ao hábito da leitura; possibilitar momentos para que possam assumir atitudes críticas em relação ao mundo, conhecer a si mesmos, através das diferentes mensagens e indagações que a literatura oferece, a fim de buscar um ensino de qualidade para encaminhar a formação de grandes leitores.

Palavras-chave: Literatura. Linguagem imagética. Leitura. Formação de leitores.

Abstract: This paper presents the imagery language of the readers' formation in the initial process. The subject becomes relevant for education, because it allows reflecting on the contributions in teaching. The literature is something necessary as the fundamental activity that can be developed by it for the training of students is reading. The school is seen as a social institution that teachers should encourage students the habit of reading; allow time for them to take critical attitudes toward the world, know themselves through the different messages and inquiries that literature offers in order to get a quality education to direct the formation of large reader.

Keywords: Literature. Imagery language. Reading. Reader's formation.

Introdução

O mundo, hoje, está carregado das mais diversas tecnologias. As informações estão prontas para quem delas quiser fazer uso. Contudo, o hábito da leitura, muitas vezes, fica de lado.

O ensino de literatura vem enfrentando diversas mudanças no decorrer do tempo. Historicamente, pode-se dizer que a responsabilidade deste ensino está vinculada à escola. Entretanto, ainda é um grande desafio.

A necessidade da literatura entre as tarefas escolares é algo incontestável e importante, pois constitui atividade fundamental e que pode ser desenvolvida para a formação dos alunos no âmbito da leitura.

Com o auxílio de Lajolo (2001), podemos dizer que uma obra literária é um objeto social muito específico. “Para que ela exista, é preciso, em primeiro lugar, que alguém a escreva e que outro alguém a leia. E, para ela passar das mãos do autor aos olhos do leitor, várias instâncias se interpõem: editor, distribuidor e livreiros são três delas” (LAJOLO, 2001, p. 17).

O aluno, ao deparar-se com um texto poderá realizar mais de um tipo de leitura. No entanto, dentre elas, destaca-se, por sua importância, a linguagem imagética. Conforme Coelho (2000), os estudos de psicologia aplicada à pedagogia mostram que o conhecimento infantil se processa basicamente pelo contato direto da criança com o objeto, o qual promove o encontro com o imaginário literário e também o desenvolvimento psicológico.

¹ Centro Universitário Leonardo Da Vinci – UNIASSELVI – Rodovia BR 470 - Km 71 - nº 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281-9090 – Site: www.uniasselvi.com.br

Crianças que não possuem oportunidades de despertar o seu imaginário poderão, futuramente, tornar-se indivíduos pouco criativos e, conseqüentemente, sem sensibilidade para compreender a sua própria realidade.

A escola, como instituição social, através de seus docentes, poderia incentivar os alunos ao interesse e hábito pela leitura, assim como identificar o valor da linguagem imagética no processo inicial de formação de leitores, além de focar o quanto a literatura pode ser importante na própria sala de aula. Desta forma, compreende-se as contribuições valiosas que a linguagem imagética e literatura podem proporcionar ao ser humano.

As palavras de Petit (2009, p. 7) nos auxiliam a compreender o poder que a literatura adquire em nossas vidas: “A leitura tem o poder de despertar em nós regiões que estavam até então adormecidas. Tal como o belo príncipe do conto de fadas, o autor inclina-se sobre nós, toca-nos de leve com suas palavras e, de quando em quando, uma lembrança escondida se manifesta [...]”.

A literatura e suas contribuições na sala de aula

Muitas são as discussões e debates que visam buscar meios para a qualidade de ensino da literatura no Brasil. O incentivo ao hábito pela leitura deveria começar cedo, em casa, e aperfeiçoar-se na escola, para assim continuar pela vida inteira. No entanto, pelo que percebemos, não é o que vem sendo praticado.

Segundo Santos (2013, p. 3):

[...] muitas vezes, a literatura é metodicamente submetida a rotinas padronizadas, perdendo seu sentido mais profundo. Torna-se mera soma de palavras e frases, concebida como um sentido preestabelecido, ou seja, os alunos leem somente para transcrever recursos estilísticos, para estudar análise sintática, procurar palavras no dicionário, estudar normas gramaticais e aprender modelos de conduta moral. Esta última, muito enfatizada na escola, sobretudo na literatura infantil, apresenta textos somente com o intuito de que as crianças assimilem padrões de conduta adequada à ordem social.

Práticas como essas podem ser fatores determinantes para o distanciamento da literatura, ao contrário do que se espera.

A literatura busca, em seu conceito, valorizar a família, a escola, o cotidiano, entre outros pontos importantes que há na vida humana; proporciona ao leitor a oportunidade de aprender sobre os medos, lutas, angústias, amor, coragem e o mundo que o cerca. A presença desta, no ambiente escolar, propicia a exploração de diversas possibilidades de educação, tanto no desenvolvimento emocional, social e cognitivo do aluno. Em seu interior, tem o poder de divertir, de viver situações existenciais, entrar em contato com novas ideias e, ao mesmo tempo, estimular a aprendizagem; já o seu exterior é vinculado ao belo, ao prazer e também à aquisição de conhecimentos.

O leitor, ao entrar em contato com o livro, estabelece uma relação íntima, física, da qual todos os sentidos participam: os olhos colhendo as palavras na página, os ouvidos ecoando os sons que estão sendo lidos, o nariz inalando o cheiro familiar de papel, cola, tinta, papelão ou couro, o tato acariciando a página áspera ou suave, a encadernação macia ou dura, às vezes, até mesmo o paladar, quando os dedos do leitor são umedecidos na língua. (MANGUEL, 1997 apud COSSON, 2010)

Conforme Wiese (2012), a literatura contribui para a formação dos seres humanos, oferecendo-lhes métodos e estilos, retratando-os em seus desejos, angústias e prazeres, contribuindo para que consigam descobrir-se e conceituar-se, assim como para a melhoria do bem-estar

da humanidade. Contudo, cabe à escola incentivar este ensino, inculcar em seus alunos que a literatura é algo bom, natural e prazeroso.

Na sala de aula, o ensino de literatura torna-se indispensável. Ao observar o significado deste, pode-se concluir que as contribuições, em relação às outras áreas do conhecimento, são inúmeras. A incapacidade de interpretar, de analisar, de avaliar e de criticar tem sido um grande obstáculo, o que impede o aluno de assumir seu lugar social. De acordo com Petit (2009), de vinte anos para cá, a proporção de leitores entre jovens diminuiu. A reflexão que fazemos a partir do pensamento da autora é que este número deveria ter aumentado ao levarmos em consideração a maior escolarização na atualidade. Apesar desta constatação, a literatura continua a ser uma ferramenta de sucesso na educação, ou seja:

A competência de leitura, adquirida nas trocas que, enquanto leitor, ela realiza, aperfeiçoa-se ao longo da vida e pode mantê-la conectada a toda produção de pensar, agir e criar, realizada pela humanidade e registrada em formato de textos escritos. A força dessa aprendizagem constrói consciência e atitudes eficazes ao longo da vida. (COSTA, 2009, p. 24)

Despertar o gosto pela leitura é um dos principais papéis da escola na formação dos alunos. As instituições e, principalmente, os docentes, devem fazer uso dos inúmeros meios que podem contribuir para este ensino: dispor de uma boa biblioteca, organizar momentos de leitura livre em que o professor também leia, possibilitar aos alunos a escolha de suas leituras, o empréstimo de livros na escola, planejar atividades, garantindo que as de leitura tenham a mesma importância que as demais; oportunizar aos alunos momentos para que possam assumir atitudes críticas em relação ao mundo, conhecer-se a si mesmo, através das diferentes mensagens e indagações que a literatura oferece, enfim, buscar um ensino de qualidade para encaminhar a formação de grandes leitores.

A linguagem imagética

Defende-se o texto infantil numa perspectiva dialógica e em um sentido de favorecer a imaginação e a fantasia, contudo não se pode deixar de ressaltar, como ponto de suma importância, a linguagem imagética no processo inicial de formação de leitores.

Quando contamos uma história, fazemos uso de estruturas próprias da linguagem oral, podendo incluir aos componentes verbais gestos, entonação e pausa. Na formação de leitores é preciso somar outros elementos à linguagem verbal. Um deles é a linguagem não-verbal que se utiliza de signos visuais. (SANTOS, 2013, p. 125)

De acordo com Ferrara (2007), as imagens têm sido o veículo de expressão e comunicação humana desde a Pré-história. Como forma de comunicação adquiriu dimensões extraordinárias, tanto que permeia a vida cotidiana com mensagens visuais que norteiam a organização da atividade humana em sociedade.

Os livros com imagens destinadas ao público infantil garantem força desde a década de 1920. Atualmente, conforme Coelho (2000, p. 186, grifos do autor), prazeres, descobertas ou conhecimentos são ativados pela linguagem imaginética. Vejamos:

As pesquisas, no âmbito da psicanálise ligada à pedagogia, provaram que a linguagem das imagens era um dos *mediadores* mais eficazes para estabelecer relações de prazer, de descoberta ou de conhecimento entre a criança e o mundo das formas - seres e coisas - que a rodeiam e que ela mal começa a explorar.

O livro de imagem é um recurso de aprendizagem que pode ser utilizado em qualquer idade. Camargo (apud COSSON, 2010, p. 123) expõe esta assertativa com maior clareza:

[...] não é um mero livrinho para crianças que não sabem ler. Segundo as experiências de vida de cada um e das perguntas que cada leitor faz às imagens, ele pode se tornar o ponto de partida de muitas leituras, que podem significar um alargamento do campo de consciência: de nós mesmos, de nosso meio, de nossa cultura e do entrelaçamento da nossa com outras culturas, no tempo e no espaço.

O objetivo da leitura não-verbal vai além da atividade de decodificação: as imagens em movimento reservam emoções e despertam curiosidade, as quais o texto escrito fracamente expressa. Santos (2013) afirma que se faz necessário explorar ao máximo o livro infantil através de atividades, a fim de perceber que a leitura não é somente uma, mas múltipla, e que as imagens comunicam.

Considerações finais

Reconhecer as contribuições que a Literatura pode proporcionar, assim como identificar a importância da linguagem imagética no processo inicial de formação de leitores, é um dos principais caminhos para atingir um ensino de qualidade.

Crianças que não possuem oportunidades de despertar o seu imaginário poderão, futuramente, ser indivíduos pouco criativos e, conseqüentemente, sem sensibilidade para compreender a sua própria realidade.

Com efeito, grande parte das pesquisas realizadas mostram a contribuição do livro de imagens no processo de desenvolvimento do leitor inicial. A partir disso, ele se sente impelido à busca da significação da linguagem escrita, portanto, à busca da leitura, do livro. Cabe à escola proporcionar a esse indivíduo-aluno o acesso ao livro de literatura.

Podemos dizer, então, que a escola possui uma tarefa ímpar na vida dos discentes, pois, com a leitura do literário é que se abrem as portas de vários mundos. Tais mundos não se fecham quando um livro termina ou a leitura é finalizada; eles permanecem no leitor; são incorporados como vivência. Eis aqui a função social da escola que valoriza a leitura em seu espaço.

Referências

COELHO, Nelly Novaes. **Literatura infantil**: teoria, análise, didática. São Paulo: Moderna, 2000.

COSSON, Rildo. **Literatura**: ensino fundamental. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010.

COSTA, Marta Morais da. **Literatura infantojuvenil**. Curitiba: IESDE Brasil S.A, 2009.

FERRARA, Lucrécia D'Aléssio Ferrara. **Leitura sem palavras**. São Paulo: Ática, 2007.

LAJOLO, Marisa. **Literatura**: leitores & leitura. São Paulo: Moderna, 2001.

PETIT, Michele. **Os jovens e a leitura**. 2. ed. Editora 34, 2009.

SANTOS, A. J. C. e. **Literatura infantojuvenil**. Indaial: Uniasselvi, 2013.

WIESE, Harry. **Teoria da Literatura**. Indaial: Uniasselvi, 2012.

Artigo recebido em 15/06/15. Aceito em 17/08/15.

LITERATURA NA ESCOLA

Literature at school

Márcia Regina de Souza¹
Márcia Cristina Neves Voges¹

Resumo: O objetivo deste trabalho é promover uma reflexão sobre a importância da literatura na escola. Na primeira parte do trabalho, são descritas algumas características e conceitos importantes sobre a leitura e as relações que se estabelecem entre texto e leitor no ato da leitura. Na segunda parte, apresenta-se uma abordagem reflexiva sobre a literatura na escola e como o espaço escolar oferece à criança e ao jovem o intercâmbio com a obra literária, para despertar o interesse pela leitura. O que significa para o aluno a leitura de obras literárias na escola? Abordase, na terceira parte do trabalho, a formação do leitor na escola. A responsabilidade do professor como mediador entre o aluno, o livro e o texto, desde a sala de aula, através das estratégias que permitem o desenvolvimento da leitura, bem como a seleção dos textos apresentados aos alunos, que deverão atender ao gosto, às necessidades, às expectativas deles, até toda a rede de conhecimento que a obra literária pode oferecer-lhes também no espaço extraescolar, como suporte para ampliar a cultura, o pensamento, a consciência crítica e o aprimoramento intelectual e espiritual, fundamentos de uma formação humana plena e duradoura. Nas considerações finais, apresentam-se as respostas às questões levantadas durante as reflexões feitas no decorrer do trabalho.

Palavras-chave: Leitura. Literatura. Escola.

Abstract: The objective of this research is to promote a reflection about the importance of literature in school. In the first part of the research, some important features and concepts about reading and the relationship established between the text and the reader in the act of reading are described. The second part presents a reflective approach to literature in school and how the school provides space for children and youth exchanges with the literary work, to awaken interest in reading. What does it mean for the student to read literary works at school? It was discussed in the third part of the research the reader's formation in school. The teacher's responsibility as a mediator between the student, the book and the text from the classroom, through strategies that enable the development of reading, as well as the selection of the texts presented to the students, which should look to their preferences, their needs and their expectations, to the whole network of knowledge that the literary work can also offer them in extra educational space, such as support for expanding the culture, thought critical thinking and intellectual and spiritual growth, fundamentals of full and lasting human development. In the considerations, the answers to the questions raised during the discussions done during the work are shown.

Keywords: Reading. Literature. School.

Introdução

Uma obra literária, antes de tudo, é uma obra de arte. Como arte, a literatura suscita emoções, desencadeia reações e reflexões naquele que a lê. O leitor, em contato com o texto literário, aprende, descobre, deleita-se, inventa, surpreende-se, pensa. Agita seu mundo interior, mesmo que da forma mais sutil.

Por essa capacidade que tem a literatura de influenciar o homem desde tempos imemoriais, antes mesmo de ela ser uma arte escrita, quando existiam apenas as narrativas míticas, é que a necessidade da aproximação do texto literário e do aluno na escola se faz essencial.

Não é apenas para que o aluno conheça a literatura que ele deve ler textos literários. Tampouco para que apenas desenvolva suas competências linguísticas ou para que conheça melhor a história e a cultura das sociedades que ambientaram cenários, personagens e enredos.

¹ Centro Universitário Leonardo Da Vinci – UNIASSELVI – Rodovia BR 470 - Km 71 - nº 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281-9090 – Site: www.uniasselvi.com.br

A leitura de obras literárias também não deve ter como único objetivo o conhecimento dos gêneros e estilos.

Desenvolver o hábito de ler livros deve ser parte de um ideal maior de formação intelectual e espiritual e também da busca do autoconhecimento. A literatura permite ao ser humano ampliar sua visão de mundo e, por consequência, o leva a descobrir e desvendar seu próprio mundo subjetivo, interior, transformando-o.

É indelével a marca que os livros deixam na vida de qualquer pessoa. Propiciar à criança esse contato com os textos da literatura desde cedo é um meio eficaz de educar. Por isso, o presente trabalho busca, sucintamente, analisar, refletir e propor questões sobre a importância da presença da literatura na escola.

A leitura e o leitor

A complexidade do processo da leitura engloba uma série de fatores, uma rede de elaborações que serve, necessariamente, ao ato de “compreensão do texto escrito” (SOLÉ, 1998, p. 23).

Nesse sentido, a leitura pode ser classificada como atividade ligada à cognição, tendo como características o reconhecimento e a decodificação de sinais gráficos (letras/palavras), porém, a leitura não acontece apenas na realização destas ações, já que elas, por si só, não garantem a compreensão textual.

O conhecimento atualmente disponível a respeito do processo de leitura indica que não se deve ensinar a ler por meio de práticas centradas na decodificação. Ao contrário, é preciso oferecer aos alunos inúmeras oportunidades de aprenderem a ler usando os procedimentos que os bons leitores utilizam. É preciso que antecipem, que façam inferências a partir do contexto ou do conhecimento prévio que possuem, que verifiquem suas suposições - tanto em relação à escrita, propriamente, quanto ao significado. É disso que se está falando quando se diz que é preciso “aprender a ler, lendo”: de adquirir o conhecimento da correspondência fonográfica, de compreender a natureza e o funcionamento do sistema alfabético, dentro de uma prática ampla de leitura. (BRASIL, 1997, p. 53)

Portanto, a leitura demanda outras competências como a reflexão, a interpretação, a análise, a síntese, a avaliação, a organização etc. É no somatório dessas experiências durante a leitura que ela se realiza como ato de compreensão textual. A partir dessa realização é que o leitor, então, concede significado ao texto, atribui-lhe um sentido que poderá estar intrinsecamente ligado ou a uma necessidade material, objetiva (ler o letreiro de um ônibus, por exemplo) ou às suas próprias experiências e realidade de vida, às suas expectativas, ao seu mundo interior, subjetivo (ler uma obra literária). Assim, os objetivos da leitura podem ser variados, prestam-se a muitas utilidades, desde informativas até formas mais elevadas do prazer estético, da fruição de uma obra de arte escrita.

A leitura desenvolve o leitor. O leitor é um ser presente apenas durante o ato da leitura, mas, potencialmente, ele é anterior a ela, pois:

[...] o leitor pré-existe à descoberta do significado das palavras escritas; foi-se configurando no decorrer das experiências de vida, desde as mais elementares e individuais às oriundas do intercâmbio de seu mundo pessoal e o universo social e cultural circundante. (MARTINS, 2003, p. 17)

O leitor que se concretiza na leitura traz em si uma bagagem de conhecimentos prévios, vivências que são só suas, produto de sua cultura, suas inter-relações com o meio em que vive,

e isso contribuirá para a construção significativa do processo de leitura, pois existe entre o texto e o leitor uma relação de troca.

O texto se apresenta ao leitor, revela-se a ele, o induz, o conduz, o instiga, o interroga e a ele responde, o retira da passividade. Assim o leitor em potencial, munido das ferramentas subjetivas contidas em sua bagagem de conhecimentos, constrói o sentido do texto e transforma-se no leitor em ato ou “leitor ativo” (SOLÉ, 1998, p. 22).

Quando o leitor se torna ativo, aquela relação de troca torna-se, em níveis mais elevados das operações do pensamento, uma relação também dialética. A relação dialética entre texto e leitor se dá nas perspectivas e propostas que o texto oferece ao mesmo, o qual formula questionamentos que o levam a fazer deduções, e dessas deduções surgem novas premissas que suscitam outras deduções, as quais podem ou não corroborar e vir ao encontro das expectativas de leitura, num processo contínuo de construção de teses e antíteses, análise e síntese.

Texto e leitor também mantêm entre si uma relação dialógica, isto é, quando “a leitura se realiza a partir do *diálogo* do leitor com o objeto lido” (MARTINS, 2003, p. 33). Esse diálogo só é possível sob a perspectiva de uma leitura ativa, participante.

O leitor competente é aquele que compreende o texto escrito e não apenas o decifra como código, visto que a decodificação é apenas uma das etapas do processo de ler, e para o qual a leitura é uma prática constante. Tal prática leva à maturidade do leitor, passando por diversos níveis conforme avança a experiência leitora, tornando-o um leitor fluente.

Literatura na escola

Dentre os muitos conceitos formulados para definir o que é literatura, pode-se concebê-la como um fenômeno da linguagem, produto da experiência individual, social e cultural. (COELHO, 2000).

Sob essa perspectiva, tendo em vista ser a escola um espaço de interação sociocultural, a literatura, além de promover o desenvolvimento das habilidades linguísticas da escrita e da fala, é fator fundamental para a formação humana do aluno.

[...] a escola é, hoje, o espaço privilegiado, em que deverão ser lançadas as bases para a formação do indivíduo. E, nesse espaço, privilegiamos os estudos literários, pois, de maneira mais abrangente que quaisquer outros, eles estimulam o exercício da mente; a percepção do real em suas múltiplas significações; a consciência do eu em relação ao outro; a leitura do mundo em seus vários níveis e, principalmente, dinamizam o estudo e conhecimento da língua, da expressão verbal significativa e consciente - condição sine qua non para a plena realidade do ser. (COELHO, 2000, p. 16)

Sendo a escola esse espaço de formação humana, o contato com o universo literário através do ambiente escolar é fundamental para a criança e para o jovem. A literatura oferece apoio, suporte, subsidia e transmite um legado de informações que são essenciais para a construção da personalidade do indivíduo. Sabemos que num país onde a realidade social não permite que a maioria das crianças inicie sua formação como leitores na família, cabe à escola propiciar-lhes esse contato.

Mesmo quando se questiona se a função da literatura na escola é apenas pedagógica, isto é, presta-se apenas a fins educativos, de instrução, ou ideológicos, como a transmissão de determinados valores impostos pelas classes dominantes às classes dominadas, não se desqualificam os estudos literários feitos na escola, desde que eles sejam a ponte que leve o aluno a desejar ler também fora do ambiente escolar.

Por isso, a leitura na escola não deve ser apenas atividade integrante da disciplina de

Língua Portuguesa ou Literatura, ela deve ser atividade-fim em todos os âmbitos do espaço escolar. O objetivo é que o aluno leia naturalmente e tenha voz para interpretar leituras com liberdade, com arbítrio, com formulação de seus próprios juízos acerca do livro que lê, da história, do significado que ele mesmo dá ao texto literário.

Não se pode pedir a um aluno que leia um clássico da literatura, por exemplo, pensando em oferecer-lhe o sentido do texto como sendo esse ou aquele; pois não se estão formando críticos literários. A leitura prazerosa, destituída do compromisso de ser apenas uma tarefa escolar, proporciona uma epifania, uma iluminação à mente do leitor.

“O texto literário constitui uma forma peculiar de representação e estilo em que predominam a força criativa da imaginação e a intenção estética”. (BRASIL, 1998, p. 26). Quando o texto literário vem ao encontro do gosto e das expectativas do leitor, mesmo que essas expectativas sejam implícitas, desconhecidas pela consciência do sujeito, ele cumpre essa função estética. O prazer da descoberta de uma realidade nova que é compreendida e apreendida.

Restringir a obra literária à dimensão física do livro é, pois, tratá-la como mero instrumento didático. Páginas e páginas lidas não garantem a apreensão dos significados nem levam à compreensão leitora. Resumos, resenhas, exercícios exaustivos e cansativos como preenchimento de questionários e fichas de leitura não levam a criança a gostar da leitura.

Tais elementos são muito utilizados no ensino porque dão a falsa impressão de que o aluno será levado a conhecer a obra. Mas eles serão ineficazes se colocarem o aluno não como agente que constrói uma relação com a obra, que com ela dialoga, que a ela indaga e responde, mas como um leitor passivo, apático, concentrado apenas em pesquisar nomes, personagens, descrever passagens e analisar detalhes do enredo, sem que com a obra tenha, previamente, estabelecido um vínculo emocional. A obra tem de suscitar emoções profundas que conectem o leitor com dois mundos: o real e o verossímil.

Por isso, torna-se fundamental despertar o interesse dos alunos pela literatura, pelo valor da obra literária como fonte de conhecimento, de autoconhecimento, pois ambos são capazes de transformar o indivíduo.

Formando leitores na escola

Não é um trabalho fácil para o professor despertar o interesse dos alunos pela leitura, muito menos torná-los conhecedores e amantes da literatura. Diversos são os desafios para fazer os alunos tomarem gosto pela leitura de obras literárias: a falta de bibliotecas nas escolas, ou a presença de bibliotecas precárias; acervo sem diversificação ou de pouca qualidade; ausência de espaços para leitura individual, contação de histórias ou rodas de leitura, elementos que incentivam o gosto literário; o despreparo e a falta de conhecimento do professor, que muitas vezes também não tem o hábito da leitura e conhecimento literário suficiente para ser repassado aos alunos etc.

Alguns teóricos também questionam o ensino de Literatura que, como uma disciplina que deveria promover a leitura e o conhecimento literário, acaba por ter efeito inverso devido aos métodos empregados, e defendem a leitura na escola como uma atividade mais comprometida com a fruição, o deleite e o prazer estético, numa forma de desenvolver nos alunos o gosto literário, conforme Martha (2008, p. 18) expõe:

Do ponto de vista da formação do leitor, deve-se estar atento para a distância existente entre o conhecedor e o consumidor de literatura. Na verdade, a escola preocupa-se em transmitir ensinamentos sobre a literatura e não em ensinar a ler. A educação formal tem por objetivo repassar dados sobre a história dos autores e das obras, cobrar exercícios de análise de textos para emissão de juízos, buscando fazer de todo leitor um conhecedor de literatura. O resultado, em nosso contexto, é o fracasso: o aluno não se

torna um especialista, nem se converte em leitor.

Conforme Moraes, Branco e Marinho (2007), formar um público leitor na escola é um caminho árduo e que exige a delimitação, por parte do professor, das principais competências linguísticas, as quais exigem o contato com uma diversidade de textos e o uso de estratégias que promovam a sua compreensão. Assim, o caminho torna-se menos árduo, pois a leitura é apresentada de forma paulatina e em escala ascendente, no que se refere à complexidade dos textos e dos gêneros textuais.

As seguintes estratégias de leitura configuram-se como recurso para o professor: estratégias de seleção, de antecipação, de inferências e de verificação. Essas estratégias demandam procedimentos que devem ser mobilizados antes, durante e depois da leitura.

Procedimentos mobilizados antes da leitura: compreender os objetivos da leitura; utilizar os conhecimentos prévios a respeito do tema, assunto, questão e/ou conteúdo da leitura; prever o texto e aquilo que não está escrito (ler nas entrelinhas), fazendo deduções e inferências.

Procedimentos mobilizados durante a leitura: considerar os objetivos da leitura e levantar as informações essenciais para a consecução desses objetivos; extrair a(s) ideia(s) fundamental(is) contida(s) no texto; estabelecer inter-relações entre as ideias que o texto apresenta e os conhecimentos prévios do(s) leitor(es); questionamento e reflexão a partir das ideias reconhecidas durante a leitura.

Procedimentos mobilizados depois da leitura: análise e interpretação do que foi lido (vocabulário, gênero etc.); elaboração de resumos; extensão das ideias e formulação das respostas obtidas com as questões e reflexões levantadas na leitura, de forma a tornar a leitura contextualizada, crítica e consciente da realidade.

Além dessas estratégias e procedimentos, o professor deve também trabalhar com a diversidade de gêneros textuais de acordo com os objetivos planejados e também os interesses de leitura dos alunos. Ouvir a voz dos alunos e suas opiniões é essencial.

O professor mediador entre obra e leitor deve criar um ambiente propício para a discussão reflexiva dos textos a partir das impressões que deixaram nos leitores, de forma livre e respeitosa à individualidade de cada um.

Considerações finais

Para o presente trabalho, estabelecemos como objetivo principal analisar a presença da literatura na escola, a importância do contato da criança e do jovem com o universo literário.

Oferecer aos alunos a possibilidade de conhecer a riqueza dos mundos da literatura, da fantasia e da imaginação, o sonho, o maravilhoso, o fantástico, outras realidades possíveis, é abrir-lhes as portas para o mundo real, para novas oportunidades de aprendizado, novas experiências.

Tudo isso nos traz a certeza de que estimular o hábito da leitura de obras literárias contribui para a formação humana do aluno, pois a Literatura abre caminho para todos os outros saberes. Quem lê tem acesso ao conhecimento, desenvolve a capacidade de olhar a realidade de forma crítica, questionadora e adquire a consciência transformadora dessa realidade.

Para gostar de ler, no entanto, não basta que o aluno leia muito, mas sim que ele leia bons livros, obras com as quais ele poderá identificar-se e descobrir-se em constantes diálogos e interações.

Referências

COELHO, Nelly Novaes. **Literatura infantil**. São Paulo: Moderna, 2000.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: apresentação dos temas transversais e ética. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1998.

MARTHA, Alice Áurea Penteadó. **Leitor, leitura e literatura**. Teoria, pesquisa e prática: conexões. Maringá: Eduem, 2008.

MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura?** Coleção Primeiros Passos 74. São Paulo: Brasiliense, 2003. Disponível em: <<http://www.pt.scribd.com/doc/30652716/O-que-é-leitura-Maria-Helena-Martins>>. Acesso em: 22 jul. 2014.

MORAES, Elody Nunes; BRANCO, Graça; MARINHO, Luzia Fonseca. **Desenvolvendo a competência leitora**. São Paulo: Moderna, 2007. Disponível em: <<http://www.pt.slideshare.net/FatimaCosta10/desenvolvendo-competencialeitora>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

SOLÉ, Isabel. **Estratégias de leitura**. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

Artigo recebido em 15/06/15. Aceito em 17/08/15.

O APERFEIÇOAMENTO E O INCENTIVO À LEITURA

The improvement and the encouraging reading

Géssica Abreu da Silva Paz¹
Rizelda da Silva Beserra Dantas¹

Resumo: Mostrar a importância do aperfeiçoamento e do incentivo à leitura no Ensino Médio é o objetivo deste trabalho. Neste sentido, a leitura é um caminho que leva o aluno a desenvolver a imaginação, emoções e sentimentos de forma prazerosa e significativa. Em contato com o mundo da leitura, o aluno desenvolve sua criatividade e suas habilidades cognitivas. Portanto, a leitura contribui para a formação da personalidade, valoriza os sentimentos, cultiva a sensibilidade, instiga a compreensão da realidade e, principalmente, projetar no educando o prazer de ler.

Palavras-chave: Leitura. Aperfeiçoamento. Incentivo à leitura.

Abstract: This article shows the importance of reading and encouraging improvement in high school. In this sense, reading is a way that leads the student to develop imagination, emotions and feelings of pleasurable and meaningful way. In contact with the world of reading the student develops his/her creativity and his/her cognitive abilities. Therefore, reading contributes to the formation of personality, values feelings, cultivates sensitivity, and instigates understanding of reality and especially can, designing in the student the pleasure of reading.

Keywords: Reading. Improvement. Encouraging reading.

Introdução

A leitura é essencial para a construção da personalidade e para o desenvolvimento do ser humano. É um caminho que busca por motivação, necessidade, prazer, divertimento e também, muitas vezes, por obrigação. Portanto, a literatura é fundamental para auxiliar na construção, pois é nela que o indivíduo ocupa o espaço privilegiado de acesso à leitura.

Observa-se que muitos alunos modificam o seu jeito de pensar e agir ao ter o contato com a literatura, passando a adquirir mais confiança à medida que se sentem capazes de criar e dominar sua emoção e sua imaginação, além de demonstrar a sua realidade em forma de fantasia, dos desenhos, das brincadeiras, das histórias e das músicas.

Contudo, para que isso ocorra, é necessário que o professor introduza na sua prática pedagógica a literatura, e que esta disponha de informação que venha a contribuir para o desenvolvimento do aluno, estimulando-o a buscar diferentes caminhos para as resoluções de problemas.

A fase escolar é muito importante na vida do indivíduo, é o primeiro contato que ele tem com outra realidade fora de casa, o que irá despertar nele diversos interesses. Por isso, é importante trabalhar e aprimorar a leitura diariamente na sala de aula.

Espera-se que este trabalho possa auxiliar na reflexão de eventuais problemas que alguns professores enfrentam nas escolas no momento de trabalhar a leitura, pois o aluno presta atenção naquilo que é novo e interessante para ele.

A leitura no dia a dia dos alunos

A leitura é muito importante na vida do ser humano, pois saber ler não é apenas decodifi-

¹ Centro Universitário Leonardo Da Vinci – UNIASSELVI – Rodovia BR 470 - Km 71 - nº 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281-9090 – Site: www.uniasselvi.com.br

car as letras ou palavras, mas também atribuir significados ao que lê. Ela amplia o entendimento do mundo, propicia o acesso à informação com autonomia, permite o exercício da fantasia e da imaginação, estimulando, assim, o aluno a uma reflexão crítica e à troca de ideias.

A ato de ler, por ser um fenômeno complexo, proporciona diversas possibilidades de entendimento, e não se limita apenas em decifrar, mas em levar o indivíduo à construção do conhecimento. Portanto, para se ter um entendimento do que é leitura, é necessário conhecer o seu conceito. Para tanto, vamos fazer uso das informações constantes no dicionário Aurélio (1988, p. 390): "Leitura. S.F. 1. ato ou efeito de ler; 2. Arte ou hábito de ler; 3. Aquilo que se lê; 4. O que se lê, considerado em conjunto. 5. Arte de decifrar e fixar um texto de um autor, segundo determinado critério".

Todo indivíduo, de qualquer idade, em contato com o livro sente curiosidade em manuseá-lo, e é assim que começa a surgir a interação com a linguagem, colocando o leitor no mundo imaginário das letras. Muitas crianças só têm contato com o livro quando chegam à escola, outros agem como uma mera obrigação, uma vez que deveria ser um prazer ler um livro. Quando a criança, desde cedo, tem contato com livros, terá um maior prazer na leitura. Souza (1992, p. 22) ressalta que:

Leitura é, basicamente, o ato de perceber e atribuir significados através de uma conjugação de fatores pessoais com o momento e o lugar, com as circunstâncias. Ler é interpretar uma percepção sob as influências de um determinado contexto. Esse processo leva o indivíduo a uma compreensão particular da realidade.

A leitura é fundamental para o desenvolvimento intelectual do ser humano. Uma leitura de qualidade representa a oportunidade de ampliar a consciência, a visão do mundo. A tecnologia vem contribuindo para o distanciamento do homem com o livro e acaba comprometendo a relação leitor versus livro. Para Maria (2002, p. 21) "Ler é ser questionado pelo mundo e por si mesmo, é saber que certas respostas podem ser encontradas na produção escrita, é poder ter acesso ao escrito, é construir uma resposta que entrelace informações novas àquelas que já se possuía".

A dificuldade que o indivíduo encontra com relação à leitura é a interpretação de textos e imagens, comprometendo a assimilação e a compreensão. Muitos alunos leem, mas não conseguem compreender o que leram, apenas decodificam os signos da língua, ou seja, são analfabetos funcionais. Freire (1994, p. 8) afirma que: "Aprender a ler, a escrever, alfabetizar-se é, antes de mais nada, aprender. Ler o mundo, compreender seu contexto, não numa manipulação mecânica de palavras, mas numa relação dinâmica que vincula linguagem e realidade".

Cada ser lê o mundo a partir de suas vivências, tendo suas reflexões através de sua própria existência. Considera-se leitor quando este passa a compreender o que lê, não apenas uma leitura feita por uma linguagem verbal, mas também de conceitos não-verbal. Segundo Antunes (2009, p. 49), língua é: "[...] uma forma de atuação social e prática de interação lógica [...]", por isso, todo material é fonte de informação, mas nenhum deve ser utilizado com exclusividade.

Quando lê o que está a sua volta, o ser humano é o sujeito da leitura e é devido a sua experiência que o espaço é reconhecido. A leitura pode acontecer e o indivíduo passa a compreender o mundo e tornar-se integrante do processo de construção do conhecimento para que sua compreensão seja carregada de significados e experiências valiosas.

A leitura é algo muito importante em todos os sentidos do ser humano, é uma forma de interação das pessoas de qualquer área ou classe social, ou seja, ela permite ao homem situar-se com os outros. É a principal ponte de crescimento para o ser humano, independente da área que atua; é o acesso ao nosso conhecimento e auxilia as pessoas a caminhar para lutar pelos seus direitos e, assim, exercer sua cidadania.

O verdadeiro saber não está diretamente ligado ao grau de instrução do indivíduo, mas é necessário que o indivíduo mude a maneira de agir e pensar e tenha um amadurecimento sobre a leitura, e, assim, passa-se a acreditar no potencial transformador de cada um.

É imprescindível que cada indivíduo tenha clareza de que ser um bom leitor significa perceber o caráter utilitário do ato de ler e que, para compreender as várias funções da leitura, precisa refletir sobre o papel social da mesma; está intimamente ligada ao conhecimento de mundo, ou seja, à valorização do conhecimento que cada ser possui sobre um determinado assunto. Antunes (2005, p. 77) afirma que a "Leitura envolve diferentes processos e estratégias de realização na dependência de diferentes condições do texto lido e das funções pretendidas com a leitura".

É no meio familiar que o aluno começa a ter acesso à leitura, e através dela que o indivíduo se torna responsável socialmente e culturalmente. A família e a escola se completam, ou seja, quando estão unidas, o aluno terá um melhor desempenho, seja na escola ou na vida social. É função da família educar os impulsos e os sentimentos de seus filhos e deixar claro que é responsabilidade dos pais a formação educacional dos mesmos. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no Art. 2º:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1996)

Portanto, a leitura é a porta para a descoberta de novos conhecimentos.

Desde a infância, o homem já desenvolve a sua mente devido à leitura, e assim ela torna-se algo crucial para a aprendizagem do ser humano, pois é através dela que podemos enriquecer nosso vocabulário, obter conhecimento.

Ler não significa identificar as palavras, mas fazê-las ter sentido, compreender, interpretar, relacionar e reter o que for relevante. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997, p. 69-70):

A leitura é o processo no qual o leitor realiza um trabalho ativo de compreensão e interpretação do texto, a partir de seus objetivos, de seu conhecimento sobre o assunto, sobre o autor, de tudo o que sabe sobre a linguagem etc. Não se trata de extrair informação, decodificando letra por letra, palavra por palavra. Trata-se de uma atividade que implica estratégias de seleção, antecipação, inferência e verificação, sem as quais não é possível proficiência. É o uso desses procedimentos que possibilita controlar o que vai sendo lido, permitindo tomar decisões diante de dificuldades de compreensão, avançar na busca de esclarecimento, validar no texto suposições feitas.

O indivíduo que lê com frequência é capaz de defender suas opiniões, lutar por seus direitos e conhecer os seus deveres, sentindo-se comprometido com seu estar no mundo, estabelecendo relações entre as informações e sua vivência, tornando-se um leitor crítico, consciente de sua importância na sociedade.

A escola tem a função de ensinar a ler e escrever, ampliando o domínio dos níveis da leitura e da escrita. Cabe a ela, portanto, estabelecer a importância da leitura em seus diferentes níveis, para que o educando amplie o seu repertório com exposição de maior diversidade de gêneros textuais. Kleiman (2002, p. 13) afirma que:

[...] sem o engajamento do conhecimento prévio do leitor não haverá compreensão. Ou seja, é por meio da interação entre o conhecimento linguístico, o textual, o conhecimento de mundo, que o leitor consegue construir o sentido do texto. Todos os conhe-

cimentos que ficam armazenados na memória de longo prazo podem ser resgatados para que haja compreensão.

No entanto, sabe-se que a escola tem um plano a cumprir e dentro dele as atividades de linguagem devem ser realizadas e avaliadas. Então, ela tem obrigação de proporcionar a seus alunos acesso ao conhecimento, e a leitura apresenta, sem dúvida, um lugar de grande destaque.

Bibliotecas com acervo diversificado e em boas condições, espaço físico adequado, boa iluminação podem ser peça fundamental para que o aluno se sinta à vontade no ambiente da biblioteca e inicie o contato com o mundo literário.

Durante algum tempo, o processo de alfabetização baseava-se em ensinar a decodificação do sistema linguístico. Ler e escrever eram alcançados devido à decodificação e da cópia do sistema que era apresentado. Ao entrar na escola, o aluno traz consigo sua competência linguística, e esta auxilia no desempenho da oralidade, bem como a adquirir a língua escrita.

Não basta apenas ler, é necessário que haja compreensão do que se lê, provocando questionamentos e tornando um leitor crítico e capaz de posicionar-se como um cidadão. O leitor crítico movido por sua intencionalidade não só desvela o significado pretendido pelo autor, mas também se posiciona, dando início a um confronto das ideias projetadas, portanto, é preciso partir da compreensão para se adquirir um grau maior de consciência e atenção.

Quando o aluno parte da compreensão do texto, ele será capaz de argumentar, concordar ou não, com a ideia do autor, iniciando, nesse momento, uma independência enquanto leitor crítico que democraticamente pode selecionar seus textos, livros, de acordo com a sua necessidade. Soares (1996, p. 14) afirma que “Compreender um texto significa compreender a relação dinâmica que ele mantém com um determinado contexto, bem como perceber criticamente a objetividade dos fatos desses contextos, como instituída pelo autor.”

Há uma grande importância no desenvolvimento da leitura e compreensão de texto no que diz respeito à vivência social, política e cultural do indivíduo. A compreensão das mensagens, sejam elas verbais ou não-verbais, proporciona uma cultura múltipla que exige do indivíduo uma habilidade política, uma competência técnica e um bom desempenho linguístico. Orlandi (2006, p. 38) ressalta que: “A leitura é um processo no qual o ‘leitor’ é um sujeito ativo que processa o texto e este lhe proporciona seus conhecimentos, o próprio leitor constrói o sentido do texto”.

É lendo que se amplia os conhecimentos. Desse modo, evidencia-se o importante papel da escola: ela deverá garantir que esta atividade seja proporcionada com o intuito de promover a formação pessoal. Para isso, a leitura não pode ser apresentada como uma atividade mecânica, mas como uma atividade construtiva e empenhada do aluno, como algo a ser compreendido por referência àquilo que a criança já sabe e àquilo que quer saber para alcançar os seus objetivos.

Devido a isso, a leitura deve ser oferecida de forma instigante e prazerosa a partir do momento que a criança está aprendendo a ler. Dessa forma, será apresentada, através dos aspectos essenciais, para um bom desempenho e a partir daí será adquirido uma bagagem mais aprofundada de conhecimento, que poderá ajudá-la nos estudos subsequentes.

A literatura e sua exploração em sala de aula

A leitura é uma prática sociocultural que deveria ser um hábito transmitido de pai para filho. No entanto, sabe-se que na maioria dos casos isto não acontece, e que o aluno só tem contato com a leitura quando entra na escola.

Porém, para que isso aconteça, é necessário incentivo e promoção de momentos de interação e debate sobre os mais diversos assuntos, por meio de várias iniciativas em torno da

leitura, o estudo e a busca por respostas em diferentes meios de informação, acessíveis a partir da intervenção pedagógica da escola.

A escola tem que estar preparada para formar leitores, para não fazer da leitura um mero instrumento pedagógico, com a finalidade de só reproduzir. A sensibilização da escola e dos profissionais envolvidos é mais do que fundamental para a efetivação do processo de leitura.

Assim, percebe-se que o trabalho do professor deve ser considerado uma ponte para fazer o aluno chegar ao livro de forma prazerosa, sem ser cobrado e muito menos sufocado. Para que isso venha prevalecer, o professor não deve se limitar ao ensino da leitura, mas, principalmente, criar condições para o educando realizar a sua própria aprendizagem, conforme seus próprios interesses, necessidades, fantasias. Ou seja, o professor, como mediador, não deve ser um auxiliar do diálogo entre o texto e o leitor. Isso não significa que ele deverá ler para o aluno, mas, ao contrário, passará a ler com o aluno. Segundo Carvalho (1984, p. 47), a literatura:

É a arte de ouvir e de dizer, logo, nasce o homem. Suas origens se assinalam com o uso da palavra: filogeneticamente o homem aprendeu a falar-dizer antes de ler e escrever, como ontogeneticamente acontece à criança, portadora de sua bagagem linguística, antes de se alfabetizar. E essa capacidade de ouvir e de dizer é o ponto de partida para a literatura.

A leitura é uma forma de recreação importante para o aluno, principalmente para o seu desenvolvimento intelectual, psicológico e afetivo. Esta desempenha papel fundamental na vida do indivíduo, pela riqueza de motivações, sugestões e de recursos que oferece ao seu desenvolvimento.

É através dela que o educando terá privilégio de desenvolver seu potencial intelectual e cognitivo, ampliando, ao mesmo tempo, a sua visão das regras e a cultura que a sociedade lhe impõe.

A literatura é um dos meios mais eficazes de desenvolvimento e da formação do ser humano. Sua utilização busca trabalhar a imaginação de modo a contribuir para a formação e o processo de construção da personalidade das pessoas. Portanto, é um instrumento que permite ao professor ensinar ao aluno ler corretamente, como também permite a interação social e favorece a formação de um leitor crítico. Quanto mais cedo o aluno tiver contato com os livros, mais cedo perceberá o prazer que a leitura produz.

Estratégias de aprendizagem e incentivo da leitura no Ensino Médio

O conhecimento amplia todos os caminhos do ser humano. Portanto, ao trabalhar com métodos que despertem a atenção do aluno, desenvolve-se o interesse deste, principalmente pela leitura, pois vivemos rodeados de tecnologia que despertam a curiosidade da criança. Se o professor não utilizar meios que agucem a curiosidade dos seus alunos, ele não conseguirá estimulá-lo para a prática da leitura.

O ambiente precisa ser o primeiro a ser organizado, com a finalidade de proporcionar momentos de descoberta e prazer com a leitura. A tecnologia está cada vez mais avançada e o professor não pode continuar com os procedimentos rotineiros e defasados de leitura, pois, o aluno precisa de estímulo e criatividade, só assim irá sentir prazer com o livro.

As estratégias de leitura são muitas e não devem ser usadas como uma lista a ser seguida. Devem ser escolhidas de acordo com a finalidade e o conhecimento de cada realidade da sala de aula, pois não se tem regras a seguir, isto é, não se pode dizer que se tem uma ordem a ser utilizada. Portanto, para que tragam benefícios, o professor precisa atender, primeiramente, os objetivos dos alunos. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 2001, p. 22):

Ao professor cabe planejar, implementar e dirigir as atividades didáticas, com o objetivo de desencadear, apoiar e orientar o esforço de ação e reflexão do aluno, procurando garantir aprendizagem efetiva. Cabe também assumir o papel de informante e de interlocutor privilegiado, que tematiza aspectos prioritários em função das necessidades dos alunos e de suas possibilidades de aprendizagem.

A leitura é uma atividade constante na nossa vida, é uma habilidade que deve ser adquirida desde cedo. Quando o educando é estimulado em casa ao hábito de leitura, ao chegar à escola ele terá melhor desenvolvimento, e a escola, deverá proporcionar aos seus alunos acesso ao conhecimento e à leitura, através de um lugar especial, tranquilo e com boas condições, que é a biblioteca. É dentro deste espaço que o aluno se sentirá estimulado e começará a ter um contato maior com o mundo dos livros. Para Bamberg (1987, p. 50), “[...] a oportunidade de ler, ou seja, a disponibilidade de livros representa um papel decisivo no despertar interesses de leitura”.

O livro é uma fonte importante no aprendizado do aluno e deve ser trabalhado através de projetos que estimulem a literatura na sala de aula, promovendo, assim, uma emancipação do saber, rompendo a ideia tradicional de trabalhar a leitura.

Toda prática da leitura tem que ter um novo olhar dos professores para que novas metodologias sejam utilizadas para chamar a atenção do aluno. A contação de histórias é uma estratégia que oferece aos educandos momentos de prazer, interação, atenção e interesse a novas leituras, acima de tudo enriquece o vocabulário, facilitando a expressão oral e escrita do leitor. Ela pode ser acompanhada de oficinas de artes, na qual o aluno interpretará o seu entendimento de acordo com a sua imaginação e criatividade. Lajolo (2001, p. 106) afirma que:

Cada leitor, na individualidade de sua vida, vai entrelaçando o significado pessoal de suas leituras com os vários significados, que ao longo da história de um texto, este foi acumulando. Cada leitor tem a história de suas leituras, cada texto, a história das suas.

Trabalhar com vários gêneros textuais, como os contos de fadas, auxilia no desenvolvimento psicológico e ajuda na compreensão dos problemas emocionais, além de contribuir para o desenvolvimento da linguagem. A música também pode ser usada como uma ponte no estímulo no processo de aprendizagem da leitura, revelando sua importância, pois, por meio dela, o aluno explora o contexto em que está inserido e pode desenvolver sua área cognitiva. Segundo Hummes (2004, p. 22):

A música pode contribuir para a formação global do aluno, desenvolvendo a capacidade de expressar através de uma linguagem não verbal os sentimentos e emoções, a sensibilidade, o intelecto, o corpo e a personalidade [...] a música se presta para favorecer uma série de áreas da criança. Essas áreas incluem a ‘sensibilidade’, a ‘motricidade’, o ‘raciocínio’, além da ‘transmissão e do resgate de uma série de elementos da cultura’.

É um meio que está presente no dia a dia das pessoas, sendo, assim, um dos elementos que se considera formador. Para que isso ocorra, o professor precisa conhecer as necessidades de sua clientela, para que a música venha promover a aprendizagem e a interação do aluno com a leitura.

Entretanto, os métodos são importantíssimos para desenvolver um estímulo na prática da leitura, mas o professor tem que estar consciente do quanto é importante sua ação em sala de aula, pois por meio de sua motivação, ele poderá, ou não, estimular a prática da leitura. O essencial não é usar apenas os métodos, e sim gostar de trabalhar essas formas diversificadas, com o intuito de buscar o despertar da curiosidade do aluno.

Deve-se estimular e propiciar, ao alcance do aluno, livros que estimulem e proporcionem satisfação de quem está lendo, como: os contos de fada, poesia, os mitos, o folclore, fã-

bulas, e, através destes instrumentos, desenvolvê-los dentro do teatro, que é um universo dos sonhos e caminhos da descoberta da imaginação, que desenvolve a personalidade dos alunos como cidadãos.

Além das atividades elaboradas em sala de aula, outro incentivo importante é a biblioteca escolar, que tem uma grande influência e responsabilidade nessa prática de leitura. O ambiente da biblioteca deve ter um acervo diverso, dando foco, principalmente, à idade do leitor, boas condições físicas, literaturas atuais, peças fundamentais, para que o aluno frequente o ambiente com mais assiduidade. Nesta mesma linha teórica, Neves (2001, p. 223) assegura que:

A biblioteca, como serviço de informação, insere-se no âmbito dos recursos pedagógicos, ou melhor, constitui-se como o laboratório, por excelência, da práxis educativa. [...] ensina a localizar e usar informações, quer estejam registradas sob suporte impressos ou não-impressos. Estimula o desenvolvimento e/ou fortalecimento do hábito de leitura, condição indispensável para que o usuário possa usufruir dos benefícios do acesso à informação.

Assim, a biblioteca pode vir a ser um espaço que apresenta a leitura como uma atividade natural e prazerosa, e, para muitos, é uma oportunidade única ao acesso aos livros, pois não tem outro ambiente que seja variado de livros não didáticos. Portanto, a ausência de bibliotecas nas escolas públicas faz com o que o aluno não tenha recursos variados de incentivo à leitura, e para que haja essa prática estimulante, deve ter principalmente um profissional capacitado para isso, pois o professor será o mediador dos livros, mas o bibliotecário tem como responsabilidade fornecer informações e preocupar-se com a atualização dos acervos literários, propiciando aos leitores textos de qualidade para seduzi-los cada vez mais.

A biblioteca como meio de emancipação no aprendizado da leitura para os educandos

O surgimento da biblioteca escolar se deu devido a evolução do direito à educação, pois no século passado a educação não era direito de todos, eram poucos os que tinham acesso a ela. Aos poucos, perdeu o caráter religioso e assumiu um propósito de todos. Muitos acontecimentos surgiram e devido a eles, surgiu a implantação de uma educação para todos, mas, mesmo assim, continuou uma divisão de classes, pois só a elite tinha esse acesso mais frequente.

Desde a sua origem, a biblioteca passou a ser um local por excelência para expor a leitura de forma livre e prazerosa, um ambiente que oportuniza a todos o acesso aos livros que não são didáticos. Esse espaço não deve conter apenas acervo de livros literários, mas deve contar com um profissional que transmita aos leitores segurança e afeto com os livros, e que ajude também o professor na indicação de livros, fazendo, assim, uma troca de conhecimentos, deixando claro que a biblioteca é um centro de cultura e conhecimentos e não um ambiente que apenas armazena. Corrêa et al. (2002, p. 107) ressalta que:

O bibliotecário desempenha [...] funções educativas, contudo, diferentes das que um educador escolar desempenha em sala de aula. Sua função educativa concentra-se no sentido de auxiliar a comunidade escolar na utilização correta das fontes de informação, dando um embasamento para que o educando saiba usufruir esses conhecimentos [...]. Ele ensina a socialização, através do compartilhamento de informações, de utilização de materiais e ambientes coletivos, preparando, assim, o educando no desenvolvimento social e cultural. Já o educador/professor deve ultrapassar a transmissão da informação e o uso de materiais informativos, trabalhando conhecimentos contextualizados, estabelecendo ligações com aspectos gerais da vida em sociedade, contribuindo para a formação de cidadãos com capacidade crítica e transformadora.

Portanto, para que esse profissional consiga fazer esse elo professor-aluno e leitura, precisa assumir seu papel disseminador da leitura, gostando de ler e incentivando a cada leitor que utilize aquele ambiente da prática da leitura. A biblioteca escolar, segundo Hilleshein e Fachin (2003, p. 37), “[...] é um espaço em que as crianças encontram material para complementar sua aprendizagem e desenvolver sua criatividade, imaginação e senso crítico”.

A escrita de textos passou a ser uma conquista da humanidade, pois é através da leitura que o ser humano absorve e transforma o conhecimento em processo contínuo em seu dia a dia. No entanto, o aprendizado da leitura no decorrer dos tempos possibilitou a emancipação e assimilação dos valores da sociedade para o aluno.

Percebe-se que a literatura tem um papel estimulador, desenvolve um espírito crítico, abre diversas possibilidades de aprendizagem. A prática da leitura tem uma dimensão social, enriquece e provoca uma reflexão em cada leitor, e para conquistar esse público é necessário realizar atividades não só na sala de aula, mas também na biblioteca, que os aproximem dos livros, incentivando-os e familiarizando-os da importância da leitura para a vida deles.

E para que haja todos esses princípios, a escola deve se preocupar em situações voltadas para a construção do conhecimento por meio da leitura, motivando com métodos diferenciados, que desde cedo a criança já tenha contato com o livro e acesso frequente à biblioteca.

Quando se faz uma atividade coletiva, proporciona-se um entrosamento entre professor, bibliotecário e aluno, e, assim, oportuniza, desde o educador ao aluno, conhecer o que a biblioteca possui com relação ao assunto que pretende ministrar em classe, oferecendo aos adolescentes trabalhos acompanhados de referências.

O professor tem que se planejar para que, pelo menos uma vez na semana, seja destinada uma aula para visita à biblioteca com todos os alunos, e, com a ajuda do bibliotecário, mostrar a coleção, o espaço físico, os limites da biblioteca e os cuidados.

Diante desse espaço, o professor, como o grande mediador, precisa valorizar a prática da leitura em sala de aula de diversas maneiras, não pelo fato de ler por ler, mas a leitura como forma de aprendizagem e interação com os outros e com o mundo. Sendo assim, é necessário rever a forma de trabalhar a leitura, ou seja, não só levar o aluno ao ambiente da biblioteca, mas trazê-la até a sala com atividades diversificadas e construtivas.

Existem várias vantagens em estimular a leitura, basta que se planeje e assim se possa transformar essa prática em ação, pois, a biblioteca, pode ir até o leitor, mas para que isso ocorra é necessária uma parceria entre professor e bibliotecário, direcionando a informação de maneira objetiva e prazerosa.

Material e métodos

A metodologia faz parte de todo trabalho científico. É ela que afirma teoricamente o tema escolhido, dando consistência ao estudo e tendo como finalidade direcionar os tópicos abordados, definir o tipo de pesquisa que será utilizado, enfim, é através da metodologia que se aprimora o conhecimento. Barros e Lehfeld (1990, p. 29) ressaltam que “A pesquisa é um esforço dirigido para a aquisição de um determinado conhecimento que propicia a solução de problemas teóricos, práticos e/ou operativos; mesmo quando situados no contexto do dia a dia.”

Sendo considerada um procedimento formal, a pesquisa científica, para ser realizada, necessita de uma metodologia adequada para, assim, alcançar os objetivos definidos. Portanto, a presente pesquisa enquadra-se numa linha metodológica bibliográfica, uma forma de levantar conhecimentos disponíveis sobre o tema, para auxiliar e compreender o problema objeto de investigação. Dessa forma, a pesquisa bibliográfica é indispensável para o desenvolvimento do trabalho, sendo que ela pode ser utilizada para diferentes fins, como afirma Koche (1997, p. 122):

Para ampliar o grau de conhecimento em uma determinada área, capacitando o investigador a compreender ou delimitar melhor um problema de pesquisa; para dominar o conhecimento disponível e utilizá-lo como base ou fundamentação na construção de um modelo teórico explicativo de um problema, isto é, como instrumento auxiliar para a construção e fundamentação das hipóteses; para descrever ou sistematizar o estado da arte, daquele momento, pertinente a um determinado tema ou problema.

Esse tipo de pesquisa é um instrumento indispensável para qualquer pesquisa, uma vez que a pesquisa bibliográfica tem o objetivo de conhecer as contribuições teóricas existentes sobre um determinado tema ou problema.

Lakatos e Marconi (1996) ressaltam que a pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, compreende toda bibliografia já publicada com relação ao tema em estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fitas magnéticas e audiovisuais: filmes e televisão. Tem como finalidade colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre o assunto.

Portanto, a pesquisa iniciou pelas observações no decorrer dos estágios, partindo, assim, para o processo de pesquisa, através de buscas bibliográficas, levantamento de autores que discutem as questões que configuram o problema de pesquisa, fazendo uso de métodos para a busca de informações. Conforme Chizzotti (2001, p. 90), as observações participantes ocorrem da seguinte forma “é obtida por meio do contato do pesquisador com o fenômeno observado, para recolher as ações dos atores em seu contexto natural, a partir de sua perspectiva e seus pontos de vista”.

Nas pesquisas científicas, a observação se enquadra em uma das técnicas de coleta de dados imprescindível, buscando, através da práxis diária, descobrir problemas que merecem ser estudados, visando a sua compreensão ou solução.

Resultados e discussão

A literatura desempenha papel fundamental na vida do ser humano, não apenas pelo papel recreativo que desempenha, mas também pela riqueza de motivações, sugestões e de recursos que oferece ao seu desenvolvimento.

É através da leitura que o aluno passa a descobrir e entender a realidade do mundo diferente do seu cotidiano familiar, e diante dos símbolos que desperta a curiosidade para o mundo da leitura. Para que isso ocorra, é necessário estimular e propiciar a prática da leitura, pois, com a leitura e os livros, o jovem encontrará caminhos, crescerá e se desenvolverá na busca de soluções para as suas inquietações e problemas de ordem intelectual, social, afetiva, ética e moral.

A leitura é um dos fatores básicos para que o educando busque a sua realização como pessoa humana, incumbindo às novas gerações uma grande responsabilidade, contribuindo em sua formação sob todos os aspectos. Ao longo da pesquisa, buscou-se mostrar a importância do aperfeiçoamento e do incentivo da leitura no Ensino Médio, tendo assim uma base teórica no qual se fortalece com a contribuição dos autores citados no decorrer do texto.

Conclui-se que a leitura é essencial e precisa ser trabalhada na sala de aula com mais importância pelos educadores, tendo também a parceria da família. O professor pode aproveitar essa fonte maravilhosa e usar sua criatividade e despertar, a cada leitura, um hábito de prazer do jovem.

No entanto, aprender não é apenas conhecimento escolar, mas sim uma viagem pelo mundo da imaginação. Com isso, o indivíduo conseguirá comunicar-se melhor, bem como desenvolver sua leitura e escrita.

É de suma importância estudar este tema, pois, através dele, podemos descobrir novas formas de ensino e maneiras descontraídas para que o aluno se interesse mais pela aprendizagem da leitura. Além disso, espera-se que este trabalho possa ajudar a solucionar problemas que alguns professores enfrentam nas escolas na hora de trabalhar a leitura, pois o aluno presta atenção naquilo que é novo e interessante para ele.

Diante disso, criam-se possibilidades para o desenvolvimento da leitura. Através da literatura, o educando descobre uma nova relação com diferentes sentimentos e visões de mundo, adequando, assim, condições para o desenvolvimento intelectual e a formação de princípios individuais para medir e codificar os próprios sentimentos e ações.

Considerações finais

A pesquisa nos leva a refletir sobre a importância do aperfeiçoamento e do incentivo da leitura no Ensino Médio, pois é fundamental que estejam nas práticas docentes e, acima de tudo, que o professor tenha capacitação para poder utilizar uma metodologia que aguace no aluno o prazer da leitura.

No entanto, o hábito da leitura é uma ação que engloba todo o indivíduo, isto é, a sociedade vive numa constante mudança e transformações. Quando o aluno chega à escola com o que sabe, precisa abrir outros caminhos. Dentro do ambiente escolar é que se deve aprimorar a prática da leitura e mostrar meios para que os educandos sejam capazes de buscar novos aprendizados e lutar pelos seus direitos.

O trabalho nos faz crescer, enriquece nossos conhecimentos não só como estudantes, mas também como profissionais e deixa livre para outros pesquisadores desenvolverem outras pesquisas na área, e possivelmente realizarem outras atividades que ajudem no processo de aprendizagem do indivíduo.

Referências

ANTUNES, Irandé. **Língua, texto e ensino**: outra escola possível. São Paulo: Parábola, 2009.

_____. **Lutar com palavras**: coesão e coerência. São Paulo: Parábola, 2005.

AURÉLIO. **Dicionário Escolar da Língua Portuguesa**. São Paulo: Nova Fronteira, 1988.

BAMBERG, Richard **Como incentivar o hábito da leitura**. São Paulo: Ática, 1987.

BARROS, Aidil de Jesus Paes; LEHFELD, Neide Aparecida. **Projeto de Pesquisa**: propostas metodológicas. Petrópolis: Vozes, 1990.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997. 126p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>>. Acesso em: 2 jun. 2015.

_____. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 2 jun. 2015.

CARVALHO, Bárbara Vasconcelos de. **A literatura infantil**: visão crítica e histórica. São Pau-

lo: Global, 1984.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CORRÊA, Elisa Cristina Delfini et al. Bibliotecário escolar: um educador? In: **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 7, n. 1, 2002.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. 29. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

HILLESHEIM, Araci Isaltina de Andrade; FACHIN, Gleisy Regina Bories. Biblioteca escolar e a leitura. In: **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 8/9, n. 1, 2003.

HUMMES, Julia Maria. Por que é importante o ensino de música? Considerações sobre as funções da música na sociedade e na escola. In: **Revista de Abem**, n. 11, set. 2004.

KLEIMAN, Angela. **Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura**. 8. ed. Campinas: Pontes, 2002.

KOCHE, José Carlos. **Fundamentos da Metodologia Científica: teoria da ciência e prática da pesquisa**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

LAJOLO, Marisa. **Do mundo da leitura para a leitura do mundo**. São Paulo: Ática, 2001.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1996.

MARIA, Luzia de. **Leitura e colheita: livros, leitura e formação de leitores**. Petrópolis: Vozes, 2002.

NEVES, Iara Conceição Bitencourt. (Org.). **Ler e escrever? Compromisso de todas as áreas**. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e leitura**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SOARES, Magda Becker. **Um olhar sobre o livro didático**. Presença Pedagógica. Belo Horizonte, v. 2, n. 12, nov./dez. 1996.

SOUZA, Renata Junqueira. de. **Narrativas Infantis: a literatura e a televisão de que as crianças gostam**. Bauru: USC, 1992.

Artigo recebido em 15/06/15. Aceito em 17/08/15.

A APROPRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO POVO PANKARARU

The ownership and consolidation of the Portuguese Language in Pankararu people

Rute Gomes Rodrigues¹
Rizelda da Silva Beserra Dantas¹

Resumo: O trabalho em questão abordará a forma como a língua portuguesa foi implantada pelos jesuítas e sua influência na cultura do povo Pankararu. Serão expostas algumas das leis que fundamentam a Educação Escolar Indígena, como objetivo de reflexão sobre as ações que estão sendo feitas e as que ainda estão no papel. A partir desse ponto, o foco será a Educação Indígena no povo Pankararu e as lutas e movimentos que foram realizados para que alguns direitos fossem conquistados, respeitados e cumpridos.

Palavras-chave: Língua portuguesa. Pankararu. Cultura.

Abstract: The research will approach how the Portuguese Language was established by the Jesuits and their influence to the Pankararu culture. It will be exposed some of the laws that underlie Scholar Indigenous Education, like aim to reflect about the actions that are being done and that are still on paper. From that point, the focus will be on Indigenous Education in Pankararu, and the fights and movements that have been realized for some rights could be acquired, respected and accomplished.

Keywords: Portuguese Language. Pankararu. Culture.

Introdução

A língua portuguesa foi introduzida nos países colonizados, através de várias maneiras. No Brasil, especificamente no estado de Pernambuco, na tribo Pankararu, a implantação da língua dos colonizadores portugueses será o objeto de estudo e pesquisa do trabalho em questão, por se acreditar que estudos científicos nessa área contribuem para a formação dos profissionais que lecionam língua portuguesa nas aldeias.

O descaso e a total ignorância dos colonizadores foram fatores que levaram a cultura de um povo a ser quase extinta, já que os jesuítas, responsáveis pela "alfabetização" dos índios, não levavam em consideração a cultura existente no local, nem as práticas tradicionais nos rituais realizados nas aldeias. Esse modelo de escola perpetuou-se por várias décadas, fazendo com que muitos abandonassem sua cultura para se "enquadrar" na sociedade brasileira, ou a cultura do colonizador.

Por se tratar de um assunto não muito debatido no meio acadêmico, os estudos ora realizados têm como objetivo efetuar algumas reflexões acerca da cultura de um povo que quase foi extinta, e também as contribuições que a língua portuguesa, e o seu ensino nas escolas indígenas, oferecem aos estudantes.

A tribo Pankararu tem esse nome por estar localizada em uma área rodeada de serras. Pankararu significa "serra de muitas pontas", localizada entre os municípios de Tacaratu, Petrolândia e Jatobá. O contato direto com os não índios foi um dos fatores para a aculturação dos indígenas que moravam nessas terras.

Diante disto, como ensinar a Língua Portuguesa e regras nas escolas indígenas, levando-se em consideração as especificidades desse ensino? Como intercalar os saberes tradicionais e os escolares? Os docentes de Língua Portuguesa estão preparados para lecionar no contexto

¹ Centro Universitário Leonardo Da Vinci – UNIASSELVI – Rodovia BR 470 - Km 71 - nº 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281-9090 – Site: www.uniasselvi.com.br

escolar indígena?

O estudo que ora se realiza, tomando por base alguns dados obtidos em pesquisas bibliográficas, buscará responder tais questões, diante das quais são colocados, muitas vezes, os educadores que se dedicam ao trabalho em ambientes escolares indígenas.

O contato com o branco e sua influência na língua Pankararu

Antes de falar sobre o contato do povo Pankararu com os colonizadores, é pertinente discorrer sobre o substrato. Mattoso Câmara Júnior, Wilton Cardoso e Celso Cunha trazem algumas definições sobre o substrato, a exemplo de “[...] nome que se dá à língua de um povo que é abandonada em proveito de outra que a ela se impõe, geralmente como consequência de uma conquista política” (CÂMARA JÚNIOR, 1981, p. 230).

Já Wilton Cardoso e Celso Cunha (1978, p. 238) definem substrato como sendo “[...] toda influência que a língua desaparecida imprime no idioma sobrevivente”. Significa, então, dizer-se que os remanescentes trazem marcas da língua dos antepassados.

Em outras palavras, substrato é a língua nativa de um lugar, que foi extinta, porém deixou vestígios, marcas, na língua do colonizador. Foi o que aconteceu com o povo Pankararu. Os índios não tiveram como se proteger da invasão do homem branco nas suas terras, bem como a invasão deste na língua e na cultura do povo.

O primeiro contato com o branco foi com o pesquisador Dr. Carlos Estevão, que veio registrar a existência dos índios que viviam na Canabrava, hoje, município de Tacaratu. A partir daí é que se deu o contato com os jesuítas, que introduziram a Língua Portuguesa, forçando os nativos a aprender a sua língua, o que acarretou o esquecimento de muitas de suas palavras de origem.

O contato com os professores brancos ocorreu a partir da presença de missionários católicos que estiveram entre os índios Pankararu por muito tempo. Ao retornarem para as suas terras, deixaram pessoas para ensiná-los, em escolas funcionando nas aldeias embaixo de pé de imbuzeiro, pé de cajueiro, com o objetivo principal de ensinar os índios a falar o Português. Isso ocorreu em virtude do interesse de que o índio falasse mais rapidamente o Português e pudesse ser dominado. Além disto, havia uma proibição de falar a língua materna, inclusive nos rituais, que eram realizados à noite, em cima das serras, às escondidas dos missionários. Por conta dos presentes recebidos, os índios tiveram grande interesse e os pais obrigavam os filhos a falar tudo que o professor branco ensinasse. Isso fez com que os índios deixassem de falar a língua indígena.

Em decorrência do domínio da língua, inicia-se situações de submissão. Como naquele tempo havia muita água, o cultivo de diversas e importantes árvores frutíferas e úteis à alimentação, servirão para, futuramente, o comércio, a exemplo da cana de açúcar, da qual se produzia a rapadura, o melado e o caldo de cana, que hoje só existe em suas lembranças. Para catequizá-los, ensinaram a ler na língua de colonização, facilitando, assim, o processo de catequização indígena, tentando acabar com a sua cultura. A partir daí, além da crença na “força encantada”, espíritos que são representados pelos praiás, passaram a acreditar na Doutrina Católica, começou a existir o Casamento, o Batismo, a Eucaristia, as Missas, Novenas e os penitentes, tudo isto implantado pelos jesuítas e também a partir da influência dos negros.

Os Pankararu foram, como a maioria dos povos indígenas no Brasil, alvo de políticas de miscigenação, conversão, perseguição e extinção, tudo para que se enquadrassem na sociedade nacional, além de se constituir mão de obra local para os posseiros que, aos poucos, tomaram suas terras para instalar os latifúndios.

Ainda a respeito dessa etnia, pode-se considerar que:

O etnônimo e o grupo social e territorialmente identificado como Pankararu são uma

espécie de cristalização de um movimento desse longo processo de transfiguração pelos quais os índios do Nordeste têm passado. A unidade 'pankararu' não é nem o ponto de partida de transformações, nem simplesmente o ponto de chegada, produto final e fechado de um processo único de construção social e invenção cultural. (ARRUTI, 1995, p. 77)

Diante desse quadro, muitos indígenas foram embora de suas terras assustados com a invasão, outros morreram lutando por suas terras e cultura, e os que ficaram foram ensinados a deixar sua cultura e língua, fazendo com que a cultura Pankararu fosse quase extinta.

A educação na tribo Pankararu após a introdução da língua portuguesa

Com a colonização, chegou a escola ao povo Pankararu, o que se deu através de professores brancos. Com eles, vinha toda uma forma de vida para ser imposta. Esse sistema de ensino não valorizava o contexto social, cultural e econômico do povo. As crianças Pankararu cresciam tendo de esconder o seu jeito de ser, sua forma de vida, pois viver certo era viver e falar como os brancos.

A Igreja e a escola muito contribuíram para que os nativos deixassem de falar a sua língua. Os professores brancos, por meio dos missionários católicos, mantiveram-se muito tempo nas aldeias, exercendo suas influências na aculturação desse povo nativo. Estas influências buscavam destituir os nativos da sua cultura: língua, crenças, costumes etc.

Com a implantação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), foram construídas duas escolas no território, nas quais professores brancos passavam o conhecimento considerado culto para os alunos que estudavam nas escolas do povo Pankararu. Foi construída uma escola na aldeia Serrinha, que recebeu o nome de Marechal Rondon, governante na época, e outra na aldeia Brejo dos Padres, a Escola Dr. Carlos Estevão, em homenagem ao antropólogo que contribuiu para o reconhecimento do povo Pankararu.

Mais tarde, com a criação da FUNAI, vieram mais professores brancos. Foi dada também oportunidade para professores índios que começaram a desenvolver seu trabalho junto ao seu próprio povo. Contudo, a metodologia escolar ainda seguia as ordens do governo, já que não existia a proposta de uma escola diferenciada.

A escola tradicional estava baseada no estudo codificado, através da soletração. Muitas das crianças frequentaram essa escola até conseguir escrever o nome, abandonando-a em seguida. Alguns chegavam a concluir a quarta série do Ensino Fundamental e passavam a trabalhar como professores.

Nesse período, a educação era fortemente marcada pela ditadura, que visava tão somente à integração dos índios ao contexto nacional, como estratégia de descaracterização da identidade indígena. As crianças e os jovens Pankararu eram severamente castigados com palmatória, ajoelhados sobre o milho ou ainda presos até a noite.

As leis começaram a mudar o contexto da educação nas escolas da área indígena

As leis que asseguram uma educação diferenciada nas áreas indígenas não são recentes. A Carta Magna, a Constituição Federal de 1988, reconhece a cultura e a diversidade dos povos indígenas. Assevera o texto constitucional que: "São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens." (BRASIL, 1988, p. 130).

A partir do conhecimento que os povos agora tinham a respeito da Constituição, houve várias manifestações e movimentos para que as escolas respeitassem a cultura, a maneira de viver dos povos indígenas e que essa identidade fosse lapidada e encorajada nos alunos indígenas.

Esses direitos adquiridos na Constituição possibilitam à escola indígena ser um instrumento de valorização da cultura tradicional sem restringir ou impor outros valores culturais, como eram incorporados antes, em que se valorizava a cultura da sociedade envolvente.

O Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas é um documento que surge dentro de um marco histórico, com um conteúdo de caráter geral e abrangente, apontando questões comuns aos professores e escolas, esclarecendo e incentivando a pluralidade e a diversidade das múltiplas programações curriculares dos projetos históricos e étnicos específicos. Este documento deixa claro que:

Mesmo marcada por diretrizes protecionistas, a legislação brasileira anterior à Constituição de 1988, que tratava dos povos indígenas, orientava-se pela gradativa assimilação e integração dos povos indígenas à comunhão nacional, de forma espontânea ou por processos legais e formais, porque os entendia como categoria transitória, fadada à extinção. Com a educação escolar não foi diferente. As leis da educação nacional sempre trataram todos os brasileiros como iguais ou na perspectiva da construção da igualdade étnica, cultural e linguística (BRASIL, 1998, p.31).

Tal documento foi criado a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para atender à diferenciação nas escolas indígenas, bem como suas especificidades, diminuindo, assim, a distância entre o discurso legal e as ações efetivamente postas em prática nas salas de aula das escolas indígenas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) é a lei maior da educação no país, sendo uma referência para que outras leis sejam criadas com vistas a que se contemplem todas as particularidades e pluralidades existentes no Brasil. No que diz respeito à educação indígena, os artigos 78 e 79 da LDBEN (BRASIL, 1996) dispõem que:

Art. 78. O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolver programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos:

I - proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências;

II - garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não índias.

Art. 79. A União apoiará técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento da educação intercultural às comunidades indígenas, desenvolvendo programas integrados de ensino e pesquisa.

§ 1º Os programas serão planejados com audiência das comunidades indígenas.

§ 2º Os programas a que se refere este artigo, incluídos nos planos nacionais de educação, terão os seguintes objetivos:

I - fortalecer as práticas socioculturais e a língua materna de cada comunidade indígena;

II - manter programas de formação de pessoal especializado, destinado à educação escolar nas comunidades indígenas;

III - desenvolver currículos e programas específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades;

IV - elaborar e publicar sistematicamente material didático específico e diferenciado.

Ainda em continuidade à educação indígena, no ano de 2001, foi promulgado o Plano

Nacional de Educação, o PNE. Assim como a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, também apresenta um capítulo sobre a Educação Escolar Indígena. Dividido em três partes, o capítulo 9 do PNE faz um diagnóstico sobre a oferta da Educação Escolar dos Povos Indígenas, apresenta as diretrizes norteadoras e os objetivos e metas a serem alcançados a curto e longo prazo.

No diagnóstico sobre a Educação Indígena, o Plano Nacional da Educação de 2001 enfatiza a oferta de educação antes focada na catequização e civilização dos índios, o reconhecimento de algumas entidades dos direitos dos povos e o abandono da cultura e tradição de muitos indígenas influenciados pela educação nas escolas. Segundo consta no Plano:

No Brasil, desde o século XVI, a oferta de programas de educação escolar às comunidades indígenas esteve pautada pela catequização, civilização e integração forçada dos índios à sociedade nacional. [...] Só em anos recentes esse quadro começou a mudar. Grupos organizados da sociedade civil passaram a trabalhar junto com comunidades indígenas, buscando alternativas à submissão desses grupos, [...] A escola entre grupos indígenas ganhou, então, um novo significado e um novo sentido, como meio para assegurar o acesso a conhecimentos gerais sem precisar negar as especificidades culturais e a identidade daqueles grupos. [...] O abandono da previsão de desaparecimento físico dos índios e da postura integracionista que buscava assimilar os índios à comunidade nacional, porque os entendia como categoria étnica e social transitória e fadada à extinção, está integrado nas mudanças e inovações garantidas pelo atual texto constitucional (BRASIL, 2001, p. 134-135).

Além disso, nessa primeira parte do capítulo 9 do PNE, reconhece-se ainda a necessidade de regularização das escolas indígenas, criação ou/e reorganização de regimentos, calendários, currículos, materiais didáticos e conteúdos adaptados às especificidades de cada povo indígena.

Na segunda parte desse capítulo, constam as diretrizes para a educação escolar indígena. Conforme se depreende dessa parte:

A Constituição Federal assegura às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

A coordenação das ações escolares de educação indígena está, hoje, sob responsabilidade do Ministério de Educação, cabendo aos Estados e Municípios, a sua execução. A proposta de uma escola indígena diferenciada, de qualidade, representa uma grande novidade no sistema educacional do País e exige das instituições e órgãos responsáveis a definição de novas dinâmicas, concepções e mecanismos, tanto para que estas escolas sejam de fato incorporadas e beneficiadas por sua inclusão no sistema oficial, quanto para que sejam respeitadas em suas particularidades.

A educação bilíngue, adequada às peculiaridades culturais dos diferentes grupos, é melhor atendida através de professores índios. É preciso reconhecer que a formação inicial e continuada dos próprios índios, enquanto professores de suas comunidades, deve ocorrer em serviço e concomitantemente à sua própria escolarização. A formação que se contempla deve capacitar os professores para a elaboração de currículos e programas específicos para as escolas indígenas; o ensino bilíngue, no que se refere à metodologia e ensino de segundas línguas e ao estabelecimento e uso de um sistema ortográfico das línguas maternas; a condução de pesquisas de caráter antropológico visando à sistematização e incorporação dos conhecimentos e saberes tradicionais das sociedades indígenas e à elaboração de materiais didático-pedagógicos, bilíngues ou não, para uso em suas escolas instaladas em suas comunidades (BRASIL, 2001, p. 136-137).

Já a terceira parte apresenta os objetivos e metas a serem alcançadas, tanto pelo Estado, órgão responsável pela educação indígena, como pelos profissionais que atuam nas escolas indígenas. No documento, observa-se como objetivos:

-
1. Atribuir aos Estados a responsabilidade legal pela educação indígena quer diretamente, quer através de delegação de responsabilidades aos seus Municípios, sob a coordenação geral e com o apoio financeiro do Ministério da Educação. [...]
 5. Fortalecer e garantir a consolidação, o aperfeiçoamento e o reconhecimento de experiências de construção de uma educação diferenciada e de qualidade atualmente em curso em áreas indígenas. [...]
 8. Assegurar a autonomia das escolas indígenas, tanto no que se refere ao projeto pedagógico quanto ao uso de recursos financeiros públicos para a manutenção do cotidiano escolar, garantindo a plena participação de cada comunidade indígena nas decisões relativas ao funcionamento da escola. [...]
 16. Estabelecer e assegurar a qualidade de programas contínuos de formação sistemática do professorado indígena, especialmente no que diz respeito aos conhecimentos relativos aos processos escolares de ensino-aprendizagem, à alfabetização, à construção coletiva de conhecimentos na escola e à valorização do patrimônio cultural da população atendida (BRASIL, 2001, p. 137-141)

As leis que asseguram a Educação Indígena e suas especificidades são bem claras, mas o que falta por parte do poder público é a sua execução na íntegra, e o que se nota também é que grande parte dos direitos dos povos indígenas, não só em relação à educação, mas também em outros aspectos, são negligenciados. Por isso, grande parte dos indígenas ainda faz movimentos e reivindicações para que esses direitos sejam assegurados e exercidos em sua totalidade.

A educação escolar indígena no povo Pankararu

A educação escolar indígena do povo Pankararu é perpassada pela história de lutas e movimentos que protagonizam os saberes tradicionais dos mais velhos, destacando a valorização dos costumes, crenças e rituais sagrados que contribuem para o fortalecimento da identidade cultural do povo.

Nesta perspectiva, a educação escolar indígena é um direito assegurado na Constituição Federal de 1988, em seus artigos 231, 210 e 215; na Lei Federal nº 9.394/94 (LDB); Parecer 14/99 e Resolução nº 03/99 do Conselho Nacional de Educação, bem como outros instrumentos nacionais e internacionais que legitimam a educação escolar indígena de maneira específica, diferenciada e intercultural para os povos indígenas.

A organização da educação do povo Pankararu se dá de modo democrático, com autonomia, e assim pode-se definir o modelo de organização e modelo de gestão, bem como exercer as práticas socioculturais, ou seja, pode-se decidir e participar da elaboração e implementação dos projetos-didáticos escolares, centrados na valorização dos processos e métodos próprios de ensino-aprendizagem dos alunos, utilizando a produção e confecção de materiais específicos relacionados ao contexto sociocultural do povo.

Em busca de uma vida mais digna e plena, os professores e lideranças indígenas em Pernambuco começaram a se organizar para buscar melhorias para as crianças Pankararu. Nesse processo, foi publicada a Resolução 03/99 do Conselho Nacional de Educação, a qual fixa as diretrizes nacionais para o funcionamento das escolas indígenas e indica que a oferta e execução da educação escolar indígena são de responsabilidade da esfera estadual.

Em novembro de 1999, na Aldeia Pé de Serra do povo Xucuru, foi criada a Comissão de Professores Indígenas de Pernambuco (COPIPE), é uma organização indígena autônoma, sem personalidade jurídica, mantida por eles mesmos, com a finalidade de articular a luta dos povos indígenas do Estado, para a garantia do direito à educação específica, diferenciada e intercultural, assegurada pela Constituição Federal de 1988. A COPIPE é representada por dois professores e uma liderança de cada povo indígena.

Em 2002, através de muita mobilização do movimento indígena, os povos indígenas de Pernambuco conseguiram que suas escolas fossem estadualizadas, conforme a resolução.

Entretanto, ainda falta a implementação da política estadual que foi definida para essas escolas com a participação da COPIPE e demais organizações da sociedade civil. Enquanto ocorria esse movimento, as escolas passavam por vários tipos de problemas, tais como: evasão escolar, baixo índice de aprendizado dos alunos, turma multisseriada, falta de material escolar, rede física inadequada e professores não indígenas lecionando nessas escolas. Em 2003, inicia-se o processo de retirada dos professores não indígenas das escolas Pankararu para a contratação dos professores indígenas. Esse foi um ano sem assistência nenhuma, falta de merenda, além de carência de materiais escolares básicos: caderno, lápis, pratos, carteiras etc.

Iniciou-se em 2002 a construção do Projeto Político-Pedagógico, e foi dada continuidade nos anos seguintes. A instituição escolar está historicamente associada a um projeto político-pedagógico. Assim sendo, ele representa os interesses do povo, o direito de expressar sua identidade, de aprender e valorizar sua história, o direito de conhecer os saberes tradicionais do povo, de participar dos rituais, das lutas, de ter contato com os mais velhos e com as lideranças, além de estar preparado para o contato com a sociedade envolvente. A presença do movimento indígena no debate foi que garantiu, na própria constituição, o direito a uma educação escolar própria, como se pode observar no artigo 210, parágrafo 2º: “O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.” (BRASIL, 1988, p. 122).

A Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional nº 9394/96 e Resolução nº 03/99, do Conselho Nacional de Educação são exemplos dessa conquista, pois normatizam e consolidam os direitos a uma escola específica, regulamentam a educação escolar diferenciada na sua estrutura e funcionamento, passando de escolas rurais jurisdicionadas pelos municípios para as escolas indígenas integradas ao Sistema Estadual de Ensino.

As escolas Pankararu têm como papel fundamental reforçar em cada indivíduo o ser Pankararu, desenvolvendo a cidadania indígena, a reafirmação da sua identidade étnica. Para isto, é necessário ter como referência a memória dos mais velhos e os saberes tradicionais como base para a elaboração de conteúdos, como modelo de gestão, para a elaboração do calendário escolar e para a avaliação cotidiana e para os projetos de alta sustentabilidade. Para o povo Pankararu, a escola não é o único lugar de aprendizado e o professor não é o dono do saber. Este é apenas o mediador do conhecimento.

A educação Pankararu vem crescendo a cada dia. Em 2009, foram estadualizadas mais duas escolas: a Escola Caxiado e José Luciano; a mais recente foi a Ramiro Dantas, em julho de 2011.

O CCLF (Centro de Cultura Professor Luiz Freire) foi um grande parceiro nas formações continuadas, na confecção de materiais e ações: as bibliotecas itinerantes, o processo de estadualização das escolas, construção do PPP, calendário específico, modelo de gestão das escolas, currículos de artes indígenas, o livro: “O meu povo conta com os mitos, lendas e história de antigamente”, o caderno do tempo, que trata das concepções de tempo de cada povo, o jornal: “A Borduna e álbuns fotográficos”, participação na realização das conferências estaduais para discutir a política estadual de educação escolar indígena, a construção do currículo intercultural, entre outras ações.

O povo Pankararu acredita que a escola específica, diferenciada e intercultural associada a outros fatores de ordem econômica pode contribuir para a garantia dos direitos humanos de estudantes e professores. É um importante espaço de fortalecimento e reprodução da cultura Pankararu. A educação escolar indígena precisa e deve ser de qualidade, essa é a arma para a garantia da cidadania indígena, da autonomia e da autodeterminação no combate à invasão de outras concepções de mundo, uma vez que a escola já representa uma ferramenta devoradora de culturas

e de identidade dos povos indígenas em todo território brasileiro. Assim, percebe-se que:

No Brasil, a busca pela construção de escolas indígenas capazes de articular esse duplo olhar concretiza-se em experiências inovadoras, em que a escola reflete e auxilia na construção do projeto histórico do grupo; na criação de novas associações de professores índios; no amadurecimento da reflexão desses professores sobre sua prática e sobre os objetivos e condições da escola desejada; nos documentos de seus encontros; na avaliação crítica dos projetos em curso; na produção e publicação de materiais didáticos específicos e no reconhecimento legal e institucional dos direitos indígenas a uma educação específica e diferenciada de qualidade (BRASIL, 1998, p. 36).

Diante de tantos impasses, com a luta do movimento indígena, houve avanços na conquista dos direitos. A partir do ano de 1988, a Constituição Federal reconhece o direito à educação escolar indígena com autonomia de apropriação desse espaço referenciado nos conhecimentos e práticas socioculturais dessa educação escolar próprios, diferenciados, e numa perspectiva intercultural.

Nesse sentido, existe um espaço carregado de lutas na perspectiva de recuperação das memórias e afirmação da identidade étnica nas políticas de educação, da especificidade, da interculturalidade, da valorização da diversidade linguística. Ao mesmo tempo, isso representa um paradigma, devido ao não atendimento das demandas através das políticas de formação dos índios professores em licenciatura indígena, especialização, produção de material didático e paradidático específicos, estruturação do espaço físico das escolas.

O tipo de escola que se deseja toma por base um modelo de desenvolvimento de autossustentação, ideais e necessidades de ter o projeto de vida e de futuro fortalecido na escola indígena. A demanda de inclusão nas ações afirmativas de educação superior para indígenas ainda é muito frágil e complexa pela grande necessidade da ampliação de políticas públicas na garantia de acesso e permanência na continuidade e sucesso na formação dos educadores. Essa escola reforça ações afirmativas e a política de cotas para inclusão de negros e índios que foram excluídos no acesso à educação superior.

As escolas Pankararu têm como objetivo formar cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres, preparar o aluno para enfrentar o mundo competitivo do branco, fortalecer e preservar a identidade e cultura indígena.

Formas de educação no povo Pankararu

A partir da estadualização, as escolas indígenas em Pernambuco deixaram de ser jurisdicionadas pelas secretarias municipais de educação, ficando em estado de abandono. Diante desse fato, as escolas indígenas sentiram a necessidade de se organizarem internamente.

A Coordenação Geral das escolas Pankararu, para melhor desenvolver e apresentar a sua comunidade um monitoramento de qualidade, no que diz respeito ao bom funcionamento das suas escolas nos diversos setores educacionais, resolveu instituir uma equipe capacitada e comprometida que atendesse aos critérios impostos pelo Estado, para desenvolver um trabalho coletivo, composto por doze escolas do povo Pankararu, com as seguintes perspectivas: administração escolar; coordenação administrativo-pedagógica; operacionalização dos serviços de escrituração escolar; melhor conservação da estrutura física do espaço escolar; oferecer um atendimento satisfatório aos trabalhadores em educação escolar. Diante disso, foi possível o desenvolvimento de um trabalho com maior qualidade, no âmbito das escolas indígenas do povo Pankararu.

A viagem de volta à educação Pankararu

Através do movimento indígena organizado, surgiu uma educação diferenciada, para a qual esmeraram-se professores, lideranças, alunos e comunidade, buscando maior qualidade do ensino e aprendizagem, além das melhorias físicas.

Esta luta tornou-se reconhecida pelo Estado brasileiro. Após muitos esforços, os povos indígenas conquistaram, via Constituição Federal e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, além de todo um aparato legal, composto de pareceres, resoluções e decretos, a garantia de uma escola específica e intercultural, baseada na necessidade de preservação, valorização e fortalecimento da cultura e das tradições, para existência de elementos suficientes para as relações positivas com outras sociedades no desenvolvimento do respeito aos rituais sagrados, às decisões da comunidade e à natureza, às festas tradicionais, à saúde e à vida da comunidade.

Partindo das danças, cantos, usos, costumes e da organização social, visando à integração no contexto educacional, introduz-se de forma interdisciplinar, via projetos específicos, a escola que se quer, por meio de diferentes temas e conteúdos experimentados na execução do ensino e da aprendizagem com qualidade, dentro das aldeias.

Essa escola diferenciada trata a criança e o jovem Pankararu como sujeitos da sua história, possibilita-lhes liberdade para viver a sua cultura com capacidade de desenvolver suas habilidades.

Ao longo deste período de desenvolvimento, a educação do povo Pankararu passa por várias etapas de desempenho, na perspectiva de executar uma educação diferenciada. Para isso, o povo mostra-se forte para vencer os desafios, mas enfrentam sérios problemas, como o desca-so das secretarias, além da divisão geográfica, imposta pelo Estado brasileiro.

A escola que o povo Pankararu quer

A escola é um espaço privilegiado da construção sistematizada de saberes e fazeres. Considerando-se as necessidades de investir e desenvolver uma educação que ofereça, além da qualidade pedagógica, também uma qualidade social, o trabalho dos envolvidos no processo, investiu na busca de atendimento e realização do sonho de todos. Esse sonho é uma escola diferenciada, que atenda às singularidades desse povo.

Almeja-se uma escola voltada totalmente para a cultura, por ser a forma de vida e resistência, para assim formar a criança Pankararu consciente e lutadora, vencedora dos obstáculos e preconceitos impostos pela sociedade que a rodeia. Ainda, uma escola em que existam projetos com perspectiva de atuação dentro das aldeias nos níveis do primeiro ao segundo grau.

Esta escola precisa ser direcionada à formação de uma criança Pankararu com plena habilidade de escrita e leitura, consciente de sua identidade étnica e cultural, que interprete situações e fatos amplos e mundiais, com base na participação e na tomada de decisões coletivas, envolvidas pelo diálogo, conversas, ideias e reflexões da comunidade. Além disso, que saiba trabalhar os números e interpretar criticamente os meios de comunicação, partindo das e voltando sempre às práticas culturais que envolvem o ser Pankararu.

Um exemplo de ensino voltado à prática cultural é o Toré. O som do Toré faz com que os índios vibrem pelas graças concedidas por Tupã (Deus). Para os índios, participar de um Toré é muito gratificante. Podem, livremente, soltar a voz que está dentro deles. Dançar o Toré é a forma mais concreta de agradecer a Tupã. A dança também passa o poder da presença de Tupã. É uma forma de comunicar-se com esse deus.

O Toré tem vários significados e interpretações. Suas letras revelam mistérios, os significados de suas letras falam da mãe natureza, dos pássaros, dos segredos religiosos e dos sentimentos tristes e alegres. A pintura corporal é símbolo fundamental e desejado nas danças.

É através da fumaça do campião (cachimbo), que se agradece uma graça concebida, para aqueles que acreditam na força do campião para curar as pessoas. A fé indígena é grandiosa e rica, pois mostra o quanto é importante o Toré na vida das pessoas.

Material e métodos

A pesquisa para a realização do trabalho é de cunho exploratório. Primeiramente, consiste de uma pesquisa bibliográfica, cujo foco é a história do povo Pankararu e a implantação da língua portuguesa pelos jesuítas, bem como as leis e a trajetória da Educação Escolar Indígena. Não poderia prescindir também da realização de entrevistas com membros da comunidade indígena e profissionais de educação que atuam na área indígena e lecionam Língua Portuguesa, procurando através desses questionamentos algumas respostas para as problemáticas citadas na primeira parte da pesquisa.

Para fundamentar a pesquisa, são necessários materiais bibliográficos e documentais, a exemplo dos Parâmetros Curriculares Nacionais e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Referencial Curricular para as Escolas Indígenas e os Parâmetros Curriculares da Educação Indígena, dentre outras publicações.

Por se tratar de um assunto não muito comum, a conversa e os questionamentos constituem a base para essa pesquisa, e o suporte teórico através de autores e publicações embasa o que foi discutido na comunidade indígena. Ao realizar as discussões e diálogos com os professores e comunidade, nota-se que muitos são a favor de que as lutas e conquistas, bem como as dificuldades encontradas na educação indígena sejam cada vez mais divulgadas no meio acadêmico.

Resultados e discussão

A educação nas escolas indígenas vem avançando, no decorrer dos anos, com relação ao número de alunos e à qualidade do seu ensino.

De acordo com o último censo escolar (BRASIL, 2008), existem 2.698 escolas indígenas, cuja maior parte encontra-se na região norte, com cerca de 1.677 estabelecimentos educacionais em áreas indígenas. De acordo com o que se poderia depreender das pesquisas:

[...] de modo geral, o crescimento da Educação Indígena, ao longo dos últimos dez anos, é muito expressivo. Nesse período, tomando como base os dados do Censo Escolar Indígena de 1999, o número de escolas quase duplicou, passando de 1.392 para 2.698 (em 2008), um acréscimo de 93,8%. A partir de 2004, o número de matrículas acompanha o crescimento paulatino dos estabelecimentos, registrando um aumento de 38%, de 2004 a 2008 - período em que o total de matrículas da Educação Básica sofreu redução. Após a implantação do Educacenso (2007), o quantitativo se estabiliza acima de 200.000 matrículas (INEP, 2009, p. 10).

As escolas indígenas vêm cumprindo o papel que se propõem a desempenhar. Diante disso, cabe ao poder público garantir os direitos a essas escolas, pois estes são garantidos por lei. O que cabe aos governantes é o total cumprimento dos preceitos legais e de todas as políticas públicas referentes aos povos indígenas. Isso não é algo tão difícil de se efetuar, já que seria suficiente colocar em prática o que é de direito não só dos índios, mas dos brasileiros.

Considerações finais

A Educação Escolar Indígena ainda busca o reconhecimento total das autoridades e da

sociedade em geral. Em muitas ocasiões, há um preconceito e desconfiança no que diz respeito a essa categoria de ensino.

Muitas pessoas acham que o ensino nas comunidades indígenas está longe de ser o ideal, e que só ensina a moldar o barro, fazer abanos, vassouras, ou seja, não se ensina para o mundo competitivo, mas para viver na aldeia em que está inserido, fomentando assim um preconceito desnecessário pela educação escolar indígena.

O ensino nas escolas indígenas alia os conhecimentos escolares aos do dia a dia dos alunos, seja em casa ou nos momentos culturais. Ao fazer isto, o professor estará contemplando o que os Parâmetros Curriculares Nacionais e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação dizem a respeito da educação e também o que as demais leis, o Referencial Curricular para as Escolas Indígenas e os Parâmetros Curriculares da Educação Indígena sugerem.

Ao se pensar o ensino nas escolas indígenas, percebe-se que este contempla e promove uma leitura de mundo maior que os das escolas tradicionais. Ela prepara o aluno para viver em sua comunidade de origem e para a sociedade em geral. O descaso e a ignorância de muitos, até mesmo os que vivem nas comunidades indígenas, é que fazem com que a credibilidade dessa modalidade de ensino esteja em baixa.

As dificuldades encontradas pelos professores, não só os de língua portuguesa, residem justamente em intercalar os saberes tradicionais e sistematizá-los em sala de aula. Isso ocorre por não haver formações específicas para os profissionais que atuam na Educação Escolar Indígena.

Diante desse quadro, o educador, acima de tudo, tem que ser pesquisador, não somente no que diz respeito à história e à cultura do seu povo, mas também dos assuntos tidos como fundamentais para a área de conhecimento que leciona.

Ensinar, no contexto da Educação Escolar Indígena, não é uma tarefa fácil, pois, as políticas públicas que asseguram todos os direitos desses profissionais não são cumpridas em sua totalidade, porém, os deveres são cobrados dia a dia, fazendo com que os professores se sintam desmotivados e desvalorizados no exercício de suas funções.

O que se espera é que, com os avanços no que diz respeito ao cumprimento das leis sobre a educação específica e diferenciada, seja revertido o quadro de descaso com as escolas indígenas. A maioria das escolas trabalha com o mínimo de condições, sejam elas estruturais, quadro de funcionários, merenda e material básico para iniciar o ano letivo, e isso só acontece pelo não cumprimento das políticas públicas.

Não adianta haver profissionais comprometidos com a causa indígena e principalmente com a educação se não há condições favoráveis para que essas pessoas exerçam plenamente suas funções. Mas mesmo com todas as dificuldades encontradas, muitos acreditam que é possível melhorar a qualidade do ensino nas escolas indígenas, e muito se conquistou. Essa é a forma de mostrar aos poderes públicos e à sociedade que educação indígena é viável e que os egressos dessas escolas são cidadãos conscientes e interessados em fazer a diferença no mundo.

Referências

ARRUTI, José Maurício Andion Arrut. Morte e Vida do Nordeste Indígena: a emergência étnica como fenômeno histórico regional. In: **Estudos Históricos**, vol. 8, n° 15. Rio de Janeiro: (s.n.), 1995.

BRASIL. **Plano Nacional da Educação**. Brasília: MEC, 2001.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Casa Civil, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompi-

lado.htm>. Acesso em: 22 jun. 2015.

_____. **Censo Escolar da Educação Básica**. Brasília: Ministério da Educação, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?id=11960&option=com_content&task=view>. Acesso em: 22 jun. 2015.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Casa Civil, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 22 jun. 2015.

_____. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas**. Brasília: MEC, 1998.

CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. **Dicionário de linguística e gramática**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

CARDOSO, Wilton; CUNHA, Celso Ferreira da. **Estilística e gramática histórica: português através de textos**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.

INEP. Ministério da Educação. **Um olhar sobre a educação Indígena com base no censo escolar de 2008**: estudo realizado a partir dos resultados do Censo Escolar da Educação Básica. Brasília: (s.n.), 2009.

Artigo recebido em 15/06/15. Aceito em 17/08/15.

A CULTURA E A LINGUAGEM

The culture and the language

Greyce Kelly Giovanella¹

Cláudia Regina da Silva¹

Resumo: O presente texto tem por escopo mostrar que a linguagem é direcionada de acordo com a cultura, pois, ela é essencial para o ser humano. É uma herança diretamente ligada ao convívio com a sociedade em que se está inserido. É por meio da linguagem que o homem divulga seu pensamento, seu conhecimento, sua cultura e por meio dela também adquire os conhecimentos de outros povos, aprendendo a respeitá-los e admirá-los, pois não há língua superior a outra, cultura inferior a outra, mas, sim, diferenças, antropologicamente falando. A linguagem pode ser expressa verbalmente ou por meio de signos, gestos, dentre outros recursos comunicativos.

Palavras-chave: Cultura. Linguagem. Povo.

Abstract: This text shows that the language is inherent to the culture, because the language is essential for humans. It is an acquired heritage in association with the society in which they are inserted. It's through the language that man shows their thoughts, their knowledge, their culture and also acquires the knowledge of other people, learning to respect them and admire them, because there is no superior language to another, inferior culture to another, but anthropologically differences. The language can be expressed verbally or through signs, gestures and other communicative resources.

Keywords: Culture. Language. People.

Introdução

A linguagem tem várias implicações. Não há como falar em linguagem sem citar o homem e a cultura. A comunicação humana depende da linguagem, que é adquirida dentro da sociedade da qual o indivíduo faz parte. É sabido que sem a vida em sociedade não haveria comunicação.

Cada sociedade possui sua linguagem, e a Antropologia, ciência que estuda o homem e a humanidade em sua totalidade, mostra que são os elementos linguísticos que distinguem uma sociedade de outra e que não há culturas superiores e inferiores, tampouco culturas mais belas que outras. Todas possuem igual valor, no contexto mundial. É por meio da linguagem que o homem adquire conhecimentos, os quais ele levará por toda sua vida. Vale lembrar que o acúmulo de conhecimento, seja adquirido na sua comunidade ou em comunidades diferentes e transferido de geração para geração, é denominado cultura.

Assim sendo, por meio do presente texto e pesquisa, busca-se, em um primeiro momento, apresentar um conceito de linguagem e de cultura, para depois discorrer acerca da cultura que se adquire por meio da linguagem.

A cultura através da linguagem

A aquisição da linguagem é um fator importante para a introdução do indivíduo na sociedade e no mundo letrado. É por meio da linguagem que o homem se comunica, expõe e organiza suas ideias, seus sentimentos, seus pensamentos, estabelece comunicação e interage no meio so-

¹ Centro Universitário Leonardo Da Vinci – UNIASSELVI – Rodovia BR 470 - Km 71 - nº 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281-9090 – Site: www.uniasselvi.com.br

cial em que vive. Todo este processo pode ocorrer pelas vias da linguagem escrita, falada, desenhada, cantada, ou por meio de símbolos, sinais e gestos. Cada indivíduo possui sua linguagem.

Antropologicamente e sociologicamente falando, a linguagem é um bem comum, adquirida dentro da cultura em que se insere o ser humano.

Para compreender a cultura através da linguagem e vice-versa, é importante que se tenha acesso ao conceito de cultura de linguagem.

Assim sendo, entende-se linguagem como a capacidade que o ser humano tem, e que é inata, de se comunicar verbalmente ou de qualquer outro modo, dentro de uma língua. Para comunicar-se verbalmente, é preciso ter o domínio da língua, que é o instrumento de ação social.

Segundo o Dicionário Priberam (2014), linguagem é a “[...] expressão do pensamento pela palavra, pela escrita ou por meio de sinais”. Pode-se compreender por linguagem também o significado das coisas, a voz dos animais, o estilo. Em continuidade à construção de um conceito de linguagem, Goffman (1980, p. 29) assevera que ela pode ser vista como “[...] o meio de comunicação e modo de estar no mundo. É na e através dela que há o entendimento ou não entre os homens. A fala é, portanto, uma atividade social porque é sempre endereçada ao outro com uma determinada intencionalidade, num momento e num espaço.”

Visto desta maneira, percebe-se que é por meio da linguagem que o ser humano interage com o mundo e a cultura que o rodeia. É por meio dela que o homem vive em sociedade, já que esta lhe possibilita essa faculdade.

Na linguagem popular, no cotidiano, as pessoas em geral falam em cultura desnecessária, sem se ocupar com o seu conceito. Tem-se que o conceito de cultura é muito amplo, já que o termo cultura é, em si, muito vasto, em vista de tudo que abarca. A palavra se perde no meio de tantas emoções e até preconceitos, inclusive quando se fala erroneamente em cultura superior e inferior, povo sem cultura e outras várias colocações apressadas. A exemplo disto, podemos citar a fala comum do dia a dia: “Falta cultura a essa pessoa.”, “Pessoa de pouca cultura.”, “O tal cidadão não tem cultura.” etc. Tal situação parecia resolvida com a criação da Antropologia Cultural, por volta do século XIX. Então, debruçada incansavelmente na questão cultura, a Antropologia surgiu como ciência e foi criado o conceito científico de cultura, desfazendo, assim, muitos preconceitos, até certo ponto.

O conceito já deixa claro não existir superioridade cultural, e sim relatividade. Entende-se por cultura tudo o que o homem faz, produz: seu artesanato, música, dança, língua, o modo de agir, suas crenças, manifestações diversas.

De acordo com Fídias Teles (1997, p. 111), conhecemos a definição etimológica para cultura. Vejamos:

Cultura é tudo que o homem criou, tudo que não é natural, ou que, sendo natural, o homem interferiu, aperfeiçoou, modificou, deteriorou, sofisticou. Cultura são as crenças gerais de um povo, seus costumes, ideologias, tecnologias, conceitos, artefatos, artes em geral, poesias, ciências, sistemas filosóficos, linguagem falada e escrita.

Em continuidade à elaboração de um conceito de cultura, Teles (1997) ainda se expressa acerca da cultura material como sendo esta criada pelo homem, a exemplo das cadeiras, armas, roupas, automóveis, computadores. Existe também a cultura imaterial, a qual engloba as criações intelectuais, ideias, pensamentos, utopias, filosofias, ou seja, tudo o que diz respeito ao intelecto. Ambos os fenômenos, normalmente, aparecem intercruzados.

No que se refere à relação entre linguagem e cultura, não há só uma relação, mas toda linguagem já é uma cultura. Embora exista todo um potencial biológico para o surgimento da linguagem, é a vida que vai propiciar o seu surgimento. São as relações entre os seres humanos,

as lutas, alegrias compartilhadas, as vitórias e os fracassos, a imitação dos sons da natureza, imitações com significados sociais (tribais e civilizatórios), que respondem pela formação da linguagem e, ao mesmo tempo, contribuem para a sofisticação da cultura e seu aprofundamento, quando esta linguagem se torna impressa.

O uso que se faz da linguagem pode aperfeiçoar a vida, ou destruí-la. Sobre isso, Teles (2010, p. 209) afirma que:

A cultura individualista, Marx teoricamente revisou-a. A cultura coletivista Nietzsche teoricamente revirou-a. Estamos às portas da síntese. Prestemos respeitosa atenção e carinho a qualquer pessoa dotada de sabedoria, sensibilidade e coragem. É quase simples. É por aí que construiremos uma síntese no século XXI. E a Educação pode contribuir muito. Educação em resistência a uma civilização despedaçada por valores culturais confusos, de certo modo convulsos.

Nos dias atuais, não há como falar em educação sem falar em cultura e linguagem. A linguagem é o produto de toda a cultura adquirida com o decorrer da história e da expressão comunicativa. Sendo assim, não haveria cultura se não fosse a linguagem e vice-versa, já que ambas se complementam.

Para falar sobre a língua de uma nação, é preciso conhecer sua trajetória histórico-social, para depois compreender o valor da deflagração da linguagem deste povo, pois, a linguagem é tanto produto quanto instrumento de transmissão de informações.

Ainda com relação à linguagem, poder-se-ia depreender que esta é um traço cultural adquirido, considerando-se que não se cria uma linguagem, mas esta é adquirida na comunidade da qual o indivíduo faz parte. Ela não tem finalidade em si mesma, é, sim, um fator de comunicação social, ou seja, pode mudar constantemente, evoluir a partir das atuações dos membros de sua comunidade.

No que se refere também à cultura através da linguagem, pode-se pensar, de início, nas festas que propiciam pausas à natureza da vida, permitindo certo equilíbrio social. Tomemos como exemplo o Carnaval. Primeiro, veio a “ordem” para romper o cotidiano das pessoas e seus tédios, aí vem a palavra latina *Carmen Levare*, Carne Solta, enfim, Carnaval. Ao seguir esta palavra, as pessoas rompem parcialmente com o estilo tradicional de vida, para depois dar continuidade ao mesmo estilo que rompeu. É uma dialética. E por falar em dialética, esta palavra está ligada a um fenômeno que elevou aos píncaros a cultura grega. Heráclito falava nas lutas dos contrários. Sócrates ensinava que vida e morte se interecessitam. Então, uma grande construção cultural foi estimulada pela linguagem.

Dando um salto histórico da antiguidade para a época contemporânea, encontra-se a palavra dialética estremecendo o mundo. A linguagem, no que se refere à dialética, provocou profundas transformações no planeta e até revoluções e guerras.

Em contraponto a uma cultura materialista, em que o homem passa a acreditar mais em si do que nas forças místicas, temos a cultura cristã pacifista, dentro da qual o uso da linguagem exerce forte influência na vida, evitando apatias e revoluções permanentes, detendo uma escala que poderia dar término à nossa vida. As culturas religiosas exercem, através da linguagem, grande influência.

As palavras às vezes salvam, às vezes matam. Palavras repetidas podem criar uma cultura. Cultura esta que pune, como, por exemplo, no Brasil, contra quem desfere palavras carregadas de racismo, machismo, preconceitos em geral.

Há tentativas hoje de barrar a opressão do branco contra o negro, adulto contra idoso e criança, do homem contra a mulher. É uma tentativa clara de enfraquecer uma cultura por meio da linguagem (cultura linguística da opressão do mais forte), substituindo-a, também através

da linguagem por outra cultura mais igualitária, marcada por justiça, respeito, direitos iguais, direitos humanos etc.

Todavia, uma cultura de guerra pode se beneficiar de palavras pacificadoras para desencadear menos guerras. Isto foi feito em nome de Deus, da pátria, em nome da liberdade. Diante disso, é preciso muito cuidado com o uso da linguagem, pois ela pode contribuir muito para a queda de uma cultura e surgimento de outra, sem que conheçamos bem seus valores qualitativos.

É comum ouvir pessoas falando em culturas e línguas superiores, que o inglês é melhor que o português, que a língua francesa é mais bela que a espanhola. Trata-se de pura utopia e etnocentrismo. Isso precisa ser extinto, já que, neste sentido, não há culturas superiores e inferiores, todas têm sua singularidade e, dentro desta, seu valor particular, o qual é atribuído por quem nela se insere. Antropologicamente falando, as culturas são diferentes, mas jamais feias, estranhas ou inferiores. O que é bonito para um pode ser feio para outro, o que é estranho para um povo é produto de inspiração para outro. De acordo com Melo (1959), apesar de todas as diversidades, todas as línguas humanas têm um fundo em comum. Além disto, o que ainda persiste idêntico é o pensamento, ou seja, as operações intelectuais significadas e sintetizadas em sistemas de verdades científicas. Desta forma, a única hipótese explicativa deste fato é a unidade específica da humanidade, estando ligada a diversidade das línguas às diferenças individuais, socializadas pelas raças e as nações.

Dito de outro modo, toda língua tem sua importância e este fator antropológico cultural (linguagem) é que distingue um povo do outro. A comunicação entre diversos povos depende da cultura linguística. O homem acumula conhecimentos porque aprendeu sua língua e dela necessita para comunicar-se com outras sociedades, levando sua cultura, adquirindo outras culturas, acumulando, assim, conhecimentos variados, que lhe serão úteis durante a vida. Sendo assim, é necessário que haja sempre o respeito com toda e qualquer cultura.

Considerações finais

Falar em linguagem remete às relações culturais cotidianas. O ser humano necessita comunicar-se para compreender o pensamento, identificar, reconhecer e respeitar a diversidade linguística e cultural disseminada na sociedade.

Não basta saber que é através da língua que se divulga a cultura e que cada língua possui seu valor. É preciso fazer algo para deflagrar a ideia de que a cultura é algo diversificado e que, nessa diversidade, recebe a devida valoração de quem nela se insere. Valeria também mostrar que toda linguagem cultural tem seu valor e o respeito precisa ser empregado.

A escola, como agente social de mudanças, deveria trabalhar o tema cultura através da linguagem, criando projetos que valorizem todas as línguas, etnias, diversidade de culturas existentes, pois esse é um grande passo para o fim dos preconceitos culturais tão presentes atualmente.

Diante disso, compreendemos que a cultura linguística nos torna seres ativos na sociedade e, por sermos mediadores do conhecimento, temos o dever de mostrar aos educandos que todas as raízes linguísticas devem ser respeitadas pois, internalizando este conhecimento, pode-se formar não apenas cidadãos críticos, mas cidadãos integrados e atuantes na sociedade.

Referências

DICIONÁRIO PRIBERAM. Disponível em: <www.priberam.pt/dlpo/linguagem>. Acesso em: 9 jun. 2014.

DIDEROT, Denis. Disponível em: <<http://www.citador.pt/frases/citacoes/a/denis-diderot>>.

Acesso em: 11 jun. 2014.

GOFFMAN, Erving. A Elaboração da face. In: FIGUEIRA, Servulo Augusto. (Org.). **Psicanálise e Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.

MELO, Gladstone Chaves de. **Conceito e Método da Filologia**. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1959.

TELLES, Fídias. **As verdades contra os fracassos da vida - Por uma Pedagogia Antropológica**. Porto Alegre: Alternativa, 2010.

_____. **A construção antropológica do Terceiro Milênio**. Mafra: Nosde, 1997.

Artigo recebido em 15/06/15. Aceito em 17/08/15.

O AMBIENTE VIRTUAL NA EDUCAÇÃO MODERNA

The virtual environment in modern education approach

Aletéia Cristina Maia Rodrigues¹
Danielle Pioto de Melo Sansoni¹
Heraldo Carlos Silva dos Santos¹
Sheila Costa Pinto Xerfan¹
Flávia Maria Aragão Arruda¹

Resumo: Na atualidade, é incontestável a relação indissolúvel entre o mundo virtual e o mundo físico. As ferramentas disponibilizadas na rede mundial provocam uma verdadeira revolução. Para muitas pessoas, que estão incluídas nas gerações X e Y tudo isso pode parecer um exagero, no entanto o tempo é inexorável e a humanidade se renova a cada segundo. Os jovens e adolescentes passam muito tempo conectados. Assim, o seu meio social é virtual e passa a ter grande relevância em suas vidas. Neste contexto, este artigo vem informar e propor uma alternativa pedagógica no intuito de aproximar o aluno do professor, a escola da comunidade, e ainda, a longo prazo, redirecionar a educação, deixando de lado pedagogias tradicionais e ampliando os horizontes do ensino, para que os pais de amanhã, que hoje são nossos alunos, estejam conscientes do seu papel na educação. Isso se dará com a inclusão das redes sociais em atividades intra e extraclasse no projeto político-pedagógico das escolas, cuja finalidade é propor uma metodologia menos formal, tornando o estudo mais dinâmico, interessante e motivador, tanto para o educando quanto para o educador.

Palavras-chave: Educação. Tecnologia. Redes sociais.

Abstract: Nowadays, is unquestionable the indissoluble link between the virtual and the physical world. The available tools on the worldwide web provoke a revolution. For many people, which are included in the X and Y generations, everything may seems like an overkill, but the time is inexorable and humanity is renewed every second. Young people and teenagers spend a lot of time connected. Thus, the social environment is virtual and replaced by great relevance in their lives. In this context, this article was written to inform and offer an alternative education in order to approach students and teachers, the the school of the community ans even in a long way, redirect education, leaving traditional pedagogies and expanding teacher's horizons, for tomorrow's parents, that today are our students, will be conscient about the role in education. This will happen with the inclusion of social networks in the curriculum, whose purpose is to propose a formal approach, making the study more dynamic, interesting and motivating for the student and for the teacher.

Keywords: Education. Technology. Networks.

Introdução

Apesar de toda evolução no decorrer da história da educação, percebe-se que poucos passos foram dados se considerarmos a verdadeira expectativa da sociedade de hoje, que toma a escola como principal meio de transmitir o conhecimento e a socialização para as novas gerações.

Da maneira como existe entre nós, a educação surge na Grécia e vai para Roma, ao longo de muitos séculos da história de espartanos, atenienses e romanos. Deles deriva todo o nosso sistema de ensino e, sobre a educação que havia em Atenas, até mesmo as sociedades capitalistas mais tecnologicamente avançadas têm feito poucas inovações (BRANDÃO, 2005, p. 35).

¹ Centro Universitário Leonardo Da Vinci – UNIASSSELVI – Rodovia BR 470 - Km 71 - nº 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281-9090 – Site: www.uniasselvi.com.br

Assim, entende-se que a educação deveria servir como instrumento libertador e emancipador para cada indivíduo, que, por sua vez, capacitado, evoluído e crítico, deveria colaborar para a evolução do seu país. Os alunos da escola atual são crianças e adolescentes capazes de realizar multitarefas, ou seja, escutam música e debatem um assunto no WhatsApp ao mesmo tempo em que estudam para as provas. As redes sociais, principalmente o Facebook, vêm revelando uma juventude mais capaz de opinar e se posicionar sobre temas diversos. São, sem dúvida, pessoas mais atentas e conscientes de si dentro da sociedade, ou seja, o adolescente alienado é coisa do passado. O sistema perdeu as rédeas da educação no momento em que a tecnologia unificou o mundo, tornando a distância geográfica quase que inexistente, de certa forma.

O indivíduo era adestrado pelos “comandantes da nação” apenas para servir. Era-lhes ensinado o essencial para executarem suas profissões e continuarem sempre a fazer parte da massa incapaz de pensar, criar e criticar. A rede mundial está mudando esses cenários enraizados na estratégia capitalista e opressora, evidenciados pelas mídias manipuladoras. O Facebook, portanto, oferece oportunidades inovadoras e únicas, facilitando a comunicação e promovendo o aprendizado bilateral, conforme sugere Paulo Freire (1987, p. 17): “Quem mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela”.

Como sabia Paulo Freire, o processo de libertação não acontece unilateralmente, e sim em conjunto, ou seja, socialmente, e é exatamente isso que vem acontecendo atualmente. Tanto o oprimido quanto o opressor têm tomado consciência da capacidade transformadora da juventude aquecida pelas redes sociais, que se percebe como ser social capaz de opinar e pensar de maneira autônoma sobre o mundo e sua sociedade. É neste momento que a responsabilidade do professor deve ser pensada e repensada para evitar o aborto dessa geração. Para tanto, o professor deve estar preparado e atualizado, assim encarnar seu papel de formador político e social.

O educador e a Geração Z

Para educar hoje, é preciso assumir que o contexto mudou e que os jovens são diferentes: pensam, relacionam-se e aprendem de novas maneiras. O aluno atual faz parte da Geração Z: crianças e jovens que nasceram quando o planeta já estava repleto de tecnologias digitais. Vive com fones nos ouvidos e controles na mão. Vasculham sem parar em busca de novidades, sem se aprofundar no que encontram. Não leem manuais de instruções: aprendem *just in time*, à medida que precisam do conhecimento. Preferem fazer várias coisas ao mesmo tempo e em alta velocidade.

A chamada Geração Z, conhecida também como Geração Digital, é caracterizada por todos aqueles nascidos a partir da metade dos anos 1990. Bortolazzo (2012, p. 6) caracteriza o estilo de vida destes novos indivíduos da seguinte forma:

O mundo desses jovens sempre foi habitado por internet, celular, *e-mail* e, de certa forma, são convocados e incitados por novidades a todo o momento. É uma geração que prescinde de informações e estímulos, mesmo que se tornem obsoletos minutos depois. Essa nova leva de jovens chama a atenção dos educadores no século XXI, já que estão prestes a ingressar nas universidades e vêm demonstrando um comportamento distinto das outras gerações no que diz respeito às formas de aprendizagem e aos modos de circulação do conhecimento.

Grande parte desses alunos não chegam à escola com curiosidade para conhecer coisas novas, porque já têm, no dia a dia, múltiplas oportunidades para aprender. No entanto, como

qualquer outra criança e jovem, têm muita energia e são capazes de mergulhar de cabeça em projetos que valham à pena. Desejam ser acolhidos e compreendidos, trazendo em si um mundo de potencialidades. A Geração Z, que nasceu no mundo digital, é assídua jogadora *on-line*: gosta de se comunicar, consumir, trabalhar e estudar com processos que envolvam mecanismos de jogo, bate-papos e brincadeiras.

Em contraponto a essa realidade latente, as novas tecnologias que tanto têm nos ajudado, trazendo com seus avanços uma torrente de soluções e desafios que a escola precisa para criar e difundir informações, têm também trazido preocupações para um dos principais protagonistas desse processo: o professor.

Apesar de tanto avanço cibernético, ainda existem professores que não conseguem se familiarizar com o novo modelo social e, portanto, precisam aprender a utilizar toda essa inovação. Dessa forma, Palfrey e Gasser (2011, p. 13) nominaram Colonizadores Digitais aqueles que estão menos familiarizados com esse ambiente, também conhecidos como Imigrantes Digitais, “[...] que aprenderam tarde na vida a mandar *e-mails* e usar as redes sociais [...]”.

A agilidade com que as novidades tecnológicas surgem e que, em pouco tempo, desaparecem, agravam ainda mais a situação do docente que não consegue acompanhar essas inovações. O quadro negro passou a ser branco e evoluiu ainda mais para telas de plasmas interativas. O que foi novidade na década passada não se ouve mais falar e o que era tecnologia de ponta há seis anos já está se tornando obsoleto. É incontestável o quanto as novas tecnologias têm contribuído para o desenvolvimento e o avanço do conhecimento humano; no entanto, deve-se considerar que a velocidade pela qual fomos “tomados” por essa nova revolução, também tem um lado negativo, que é a obsolescência programada em prol do capitalismo, e, infelizmente, ou felizmente, estamos no meio desse furacão. Esse novo cenário tecnológico surpreendeu tanto as instituições escolares como os profissionais do ensino. O papel do educador deve ser pensado com carinho, dada a sua importância no processo de ensino-aprendizagem e principalmente no âmbito político e social. Ele necessita de tempo, estímulo e dedicação para se integrar ao novo ambiente de aprendizagem e ensino que está emergindo a sua volta.

A rede social

A falta de interesse pela escola é um fator relatado pela maioria dos alunos que abandonaram os estudos. Um dos problemas mais comuns no ensino tradicional é o aprendiz não ver sentido na tarefa. Os conteúdos repassados no formato impresso (próprio do ensino tradicional) não são mais atraentes. Hoje, apoia-se a ideia de que a interação nas redes sociais é muito atrativa para os alunos, verdadeiros nativos digitais. Eles já naturalizaram o uso dessas tecnologias, aumentando seu interesse e sua competência no uso do conhecimento e da informação.

O Facebook pode ser considerado um meio de comunicação de massa, como exemplifica Morin (1967, p. 14) “Massa social é um aglomerado gigantesco de indivíduos compreendidos aquém e além das estruturas internas da sociedade (classes, família, etc.)”.

A cibercultura tem um papel relevante no desenvolvimento da sociedade, possui uma grande potencialidade como nova forma de comunicação, o que encanta os jovens, caracterizando uma nova forma de viver, descentralizando, assim, as informações, como sugere Lévy (1999, p. 47): “A universalização da cibercultura propaga a co-presença e a interação de quaisquer pontos dos espaços físico, social ou informacional”.

Uma escola alinhada com a cibercultura deve reformular o currículo, oferecendo, em vez dos conteúdos isolados e distantes da realidade, o conhecimento conectado em redes de saberes. O potencial existe porque, fora das escolas, tanto os professores quanto os alunos já se utilizam desses espaços de comunicação e diálogo virtualizados.

A preparação do professor e seus direitos

Nem todos os professores estão preparados para trabalhar com as redes sociais e nem outras tecnologias paralelas. Para isso, as instituições de ensino precisariam disponibilizar programas de formação continuada aos seus professores para o uso de tecnologias na educação. Deve-se pensar em formas coletivas de exercer o trabalho pedagógico, levando em consideração saberes docentes teóricos e práticos que, ao mesmo tempo, considerem a comunidade escolar como parte integrante de toda ação educativa. Como indica Hypolito (1999, p. 98-99):

Profissionalismo tem que significar a melhoria do trabalho profissional, mas também a melhoria da qualidade social do ensino. Assim, as comunidades, grupos e movimentos sociais têm que ser auscultados quanto à qualidade social da educação — não sendo reduzidos a “clientes”, como quer o neoliberalismo, mas como agentes que possuem identidades de raça, sexo e classe que, muitas vezes, podem colidir com as identidades construídas pelos docentes. Dessa maneira, a profissionalização tem que incluir o senso político de lidar com a ideia de que as definições de currículo, conteúdos e métodos, devem resultar menos da sabedoria iluminada do profissional e mais das inter-relações com as realidades culturais nas quais se circunscreve o ato educativo.

Os exemplos de profissionalismo, embora possam colaborar para uma melhor percepção das reformas sobre o cotidiano escolar e a caracterização profissional dos docentes, não podem ser tomados como verdade absoluta, pois não há modelos fixos. Essa constante busca da melhoria no processo de ensino-aprendizagem necessita partir também dos próprios profissionais. Estes devem buscar por conta própria sua atualização, lendo livros e pesquisas sobre a prática pedagógica tecnológica. Para que tudo isso aconteça de forma justa, vem à tona uma questão trabalhista e profissional a ser levada em conta.

Tanto a formação continuada dos professores quanto o próprio tempo gasto na elaboração e no uso das ferramentas tecnológicas deve ser enquadrado no tempo de trabalho do docente, que tem esse direito previsto em lei. São 40 horas remuneradas, e segundo o artigo 2º da Lei 11.738/2008 (BRASIL, 2008), 1/3 da jornada de trabalho do professor deve ser destinada às atividades extraclasse. É a chamada hora-atividade, tempo que o professor tem, dentro de sua carga horária, para estudar, preparar aulas, corrigir atividades e atender os pais. Não seria justo acumular todas essas coisas para o professor fazer em seus horários de folga ou mesmo nos fins de semana, sobrecarregando esse profissional tão merecedor da sua importância na sociedade.

Como utilizar as redes sociais na educação

Muitos são os motivos que nos levam a acreditar que as redes sociais são a mais inovadora ferramenta pedagógica no momento. Nossos alunos acessam com frequência essas plataformas, pode-se dizer que são seu legítimo hábitat. Além de muitos outros pontos, as redes sociais têm um potencial inestimável para gerar a interação, que é um dos principais desejos do docente diante de seus alunos, uma vez que o professor, ao conhecer o meio social de seus alunos, poderia planejar suas aulas de forma que atendessem às expectativas de ambos. As aulas seriam, sem dúvidas, menos impessoais e, conseqüentemente, mais prazerosas e produtivas. As possibilidades são incontáveis.

Seria esse momento definido como uma educação do futuro, para a qual o professor futurista deveria se formar, preparando-se para instigar e enfrentar o incerto, tendo em vista que a sociedade na qual está inserido é constantemente invadida por enxurradas de informações e novidades.

Matos e Schrainer (2010, p. 56) trazem uma perspectiva de como deve ser o professor futurista:

Nesta conotação enfoca-se este novo professor que precisa entender tanto de técnica quanto do ensino. É um professor-tutor. Enquanto professor, irradia entusiasmo pela descoberta, pelo aprender e pelo conhecimento. Estimula os alunos a investigar a certeza e criar novos caminhos para se atingir os objetivos. Não sente medo de ir além. Ao contrário, convida os alunos para seguirem juntos. Já na posição de tutor, o professor torna-se um conhecedor das tecnologias. Sabe utilizá-las, e ainda, como empregá-las na aprendizagem.

Os professores que atuam recebem diariamente em suas salas de aula alunos nativos digitais, que interagem no dia a dia no mundo digital. Daí a necessidade de se prepararem para os desafios tecnológicos inseridos excessivamente na sociedade e no ambiente escolar.

O próprio perfil, que é um recurso básico nas redes sociais, já é uma ótima ferramenta de incentivo. O mural do Facebook hoje oferece uma caixa de textos, notas, imagens, vídeos, avaliações, comentários, eventos etc. dos seus amigos. Mostra também as atualizações de páginas que você curte e dos grupos a que você pertence. O “mural” pode servir, portanto, de espaço de comunicação e de discussão; alunos e professores podem ser marcados para incentivar as participações. Mensagens internas, com o uso da ferramenta “mensagem”, possibilita abrir um canal de conversa com um ou mais usuários, servindo de um importante canal de comunicação; já a ferramenta “eventos” pode ser utilizada para lembrar prazos, encontros, palestras etc.

Ainda há outros recursos muito funcionais, como a criação de grupos, que são espaços *on-line* em que as pessoas podem interagir e compartilhar recursos e comentários. É uma maneira de alunos e professores trabalharem em projetos colaborativos. É possível criar grupos abertos, privados e fechados, o que ajuda a preservar a privacidade de seus membros e dos temas discutidos. Quando um membro posta algo no grupo, como um link para um artigo, uma questão ou uma atividade, outros membros receberão uma mensagem do Facebook com a atualização.

Ética e educação nas redes sociais

Nos tempos de hoje, é necessário compreender que a ética começa na infância, pois, trata-se de valores transmitidos por gerações. Nossas crianças são a esperança de um futuro melhor e têm o poder de reinventar as relações, os comportamentos e as formas de aquisição das informações. Portanto, é necessário refletir quais valores são estes que estamos transmitindo às nossas crianças e adolescentes, que muitas vezes preferem se relacionar através das redes sociais, priorizando o individual e descartando o coletivo.

Ignorando e desconhecendo a legislação, nossas crianças e jovens expõem sua privacidade, sem cautela; usam redes sociais antes da idade permitida; praticam e sofrem *bullying* virtual. A internet é uma ferramenta nova e de constante transição, portanto, é importante que se desenvolva um processo de educação que torne os indivíduos mais críticos e conscientes.

Sugerimos um projeto de educação e ética nas redes sociais, um trabalho que vai além da sala de aula, e que os educadores sejam algo mais do que meros agentes repassadores de conteúdos curriculares, pois o uso excessivo da internet talvez seja o resultado da maneira como as pessoas estão se relacionando fora dela.

É de grande importância entender que os novos meios de comunicação tecnológica são mais uma forma de expressão da nossa sociedade, mais um ambiente no qual pessoas estão se encontrando, envolvendo-se e construindo coisas em comum. Se usada de forma positiva, pode gerar grandes frutos, porém, as redes não substituem as relações face a face.

Por isso, defendemos que os valores éticos de um indivíduo devem ser repassados do mundo real para o mundo virtual, embora cada espaço requeira um tipo de comportamento diferenciado, pois, para muitas pessoas, existir é estar nas redes. Neste espaço, cada comportamento precisa de cuidados redobrados, porque gerenciar a privacidade nas redes é um desafio; jovens e crianças podem aprender sozinhas a usar as redes, mas não aprendem sozinhas a ter cuidados nos ambientes públicos.

Propomos, então, um projeto de orientação e uso ético e seguro das ferramentas de tecnologias digitais, pois nós, educadores, temos ou deveríamos ter maior domínio sobre as noções de cidadania.

Conclusão

A internet, que antes era usada apenas para momentos de lazer e descontração pelos jovens, agora passa a ser grande fonte de conteúdo e informação, podendo ser usada de diversas formas para complementar o que é dito em sala de aula. No entanto, é de suma importância adentrar nos fundamentos éticos e morais desta questão.

Defendemos que também é papel dos educadores a proposta de reflexão e educação do uso responsável dos recursos tecnológicos na escola, porém, não há como falar em renovação do ensino, se essas tendências continuarem fora da formação dos professores e gestores escolares. Incluir o uso das redes sociais no currículo pedagógico hoje é um desafio essencial para o futuro dos nossos alunos. Eles precisarão ter consciência de que devem agir com civilidade no mundo *on-line*, para que possam apropriar-se das ferramentas tecnológicas da melhor forma possível.

Por fim, as mudanças precisam começar agora, caso contrário, a máquina do ensino continuará do mesmo jeito que fica um computador que trava: ineficaz, lento e entediante.

Referências

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **As cotas na Universidade Pública Brasileira**: será esse o caminho? Campinas: Autores Associados, 2005.

BRASIL. Lei Nº 11.738, de 16 de Julho de 2008. Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111738.htm>. Acesso em: 22 maio 2015.

BORTOLAZZO, Sandro Faccin. **Nascidos na Era Digital**: outros sujeitos, outra geração. XVI ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino/UNICAMP. Campinas: Junqueira & Marin, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HYPOLITO, Álvaro Moreira. **Trabalho docente e profissionalização**: sonho prometido ou sonho negado? Desmistificando a profissionalização do magistério. Campinas: Papyrus, 1999.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

MATOS, Elizete Lucia Moreira; SCHRAINER, Juliana. Professor, Educação, Sociedade e a Inclusão das Redes Sociais. In: BONETI, Lindomar Wessler (Orgs.). **Inclusão Sociodigital: da teoria à prática**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2010.

MORIN, Edgar. **Cultura de massa no século XX**. Rio de Janeiro: Forense, 1967.

PALFREY, John; GASSER, Urs. **Nascidos na era digital: entendendo a primeira geração de nativos digitais**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

Artigo recebido em 15/06/15. Aceito em 17/08/15.

FORMAÇÃO DE UMA CONSCIÊNCIA CRÍTICA ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO LIBERTADORA DE FREIRE

Conscience of a critical training through education Freire's approach

Alcinéa de Kássia Pereira de Souza¹
Isabela Cristina Guimarães Barbosa¹
Luiz Alberto Rodrigues da Conceição¹
Flávia Maria Aragão Arruda¹

Resumo: O presente estudo versa sobre os diversos enfoques contidos nas concepções de filósofos e pensadores sobre a problemática da educação na perspectiva de uma mentalidade conservadora, que perpassa o panorama brasileiro, cujo objetivo é indicar, através de Paulo Freire e outros autores, os caminhos necessários à superação dessa situação caótica e ideológica, que se traduz numa reprodução autoritária e de resistência às novas propostas. Trata-se de um trabalho bibliográfico, que traz contribuições necessárias à compreensão da natureza educativa. Destacar a importância de se abordar tendências, tanto a tradicional como a libertadora, possibilitando um diálogo tecido nas diferentes atitudes pedagógicas, certamente atingida pela reflexão se consolidará em outras maneiras de agir enquanto educador que constrói e é construído diariamente, sem se acomodar com o papel orquestrado pelo sistema. Em contraposição, este profissional busca ser questionador, e assim, criar formas dialógicas essenciais na sua prática, exercitando a liberdade de forma crítica, interconectado com o fazer humano. Consequentemente, o alunado, através desse aprendizado significativo, é precursor de ideias e conhecimentos formais ou de outra natureza, dentro de uma visão ética e responsável por seu papel nessa sociedade.

Palavras-chave: Ideologia. Educação. Consciência social.

Abstract: This study deals about various approaches contained in the conceptions of philosophers and thinkers on the subject of education in the perspective of a conservative mentality that permeates the Brazilian panorama, whose purpose is to indicate, by Paulo Freire and other authors, the paths necessary to overcoming this chaotic and ideological situation, which translates into an authoritarian reproduction and resistance to new proposals. It is a bibliographical work, which brings contributions necessary for the understanding of the educational structure. Highlight the importance of addressing trends, both traditional as liberating, allowing a dialogue in different pedagogical attitudes certainly hit by the reflection will be consolidated into other ways of acting as an educator who builds every day without settling the paper orchestrated by the system. In contrast, this professional search be questioning, and thus create dialogic essential forms in their practice, exercising freedom critically interconnected with human approach. Consequently, the student body through this meaningful learning is a precursor of ideas and formal knowledge or otherwise, within an ethical and responsible vision for her role in this society.

Keywords: Ideology. Education. Social conscious.

Introdução

Trabalhar tanto a concepção filosófica, quanto a formação da consciência crítica através da educação libertadora de Paulo Freire, resume-se a uma oportunidade única de tecer um diálogo voltado às raízes nacionais, fazendo um percurso pelos demais movimentos históricos e políticos que nos ajudam a compreender as construções das sociedades, que vão se perpetuando, ora trazendo avanços, ora retrocessos. De acordo com a percepção de Freire (2011, p. 108), “existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar”.

A presente abordagem enfatiza as perspectivas educativas inovadoras em contraposição aos modelos ultrapassados, que insistem numa situação ideológica e capitalista, principalmente

¹ Centro Universitário Leonardo Da Vinci – UNIASSELVI – Rodovia BR 470 - Km 71 - nº 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281-9090 – Site: www.uniasselvi.com.br

nos moldes brasileiros, que trazem em seu bojo resquícios de uma cultura europeia e uma tradição religiosa de origem jesuítica.

Ao considerar tal premissa, trabalhar-se-á, a princípio, a concepção burguesa sobre a educação enquanto forma de opressão e continuidade de uma classe majoritária, com o aporte teórico de estudiosos e filósofos que contribuíram para identificar a problemática mantenedora dessa compreensão, assim como as modalidades tecnicistas do período. Em seguida, abordar-se-á a educação no cenário da legislação e suas principais tendências, principalmente a tradicional, na qual é reproduzido um sistema que insiste em massificar ou “coisificar” o homem, o que é rebatido por Freire (1996, p. 59) quando afirma que “o respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros”.

Assim, pontuar-se-á, através de um pensamento marxista, que é traduzido sobre o capital e o seu valor dimensionado, em detrimento do ser que produz cada vez mais para suprir as necessidades do mundo moderno e ao mesmo tempo é consumista em potencial desse mercado, que inova sem importar o custo do empreendimento.

Observa-se que, independentemente dessa postura, reside na educação uma resposta que viabilize a superação de tais pressupostos. Cabe aos educadores tomarem as rédeas e, conforme Freire e outros estudiosos, vislumbrar uma saída que somente se dará através do processo educativo, como também para a sociedade “se entender” enquanto participante da construção desse sujeito cultural e social, que possa exercer com criatividade o seu papel de cidadão crítico.

Cumprem-se assim os objetivos pretendidos pela educação, que deverá trabalhar o sujeito dentro de sua realidade, ou seja, no seu contexto, buscando outros recursos pedagógicos que se aproximam da vivência de cada um. Demo (2011, p. 21), com relação à política social diz que “[...] o pobre somente consegue livrar-se da pobreza se for protagonista central, sabendo pensar”.

A concepção burguesa na educação

A civilização, durante muitas décadas, se debateu com as dificuldades postas pelo modelo manual, o qual restringia o estilo de vida. Com a invenção da roda, houve grande impulso e, à medida que foram criadas as máquinas, vieram outros benefícios. Com a chegada do vapor, veio a modernidade das fábricas e o homem foi remanejado do meio rural para compor a mão de obra dessas fábricas. De acordo com Aranha (2005, p. 45) “a estimulação e apropriação das invenções, tais como a máquina a vapor no século XVIII, alteraram completamente o modo de produção e as relações sociais”. Isso posto, os meios de produção ficam na posse dos donos do capital, surgindo daí a classe do proletariado, desprovida de bens e se colocando a serviço de uma classe que ditará as normas, modificando assim a maneira de viver das pessoas, até então rurais, para adequar-se à concepção burguesa e urbana. Segundo Aranha (2005, p. 46), “ao perder os instrumentos de trabalho e a posse do produto, o operário perde também sua autonomia, deixando de ser o centro de si mesmo, não escolhe horário, ritmo de trabalho, tampouco o valor de seu salário”.

Dessa maneira, a sociedade brasileira também se constituiu, até chegar aos tempos atuais. Ghiralde Junior (2003, p. 95), afirma que Marx concebia o capitalismo da seguinte maneira: “[...], em particular, produzem os fenômenos da reificação da consciência (a consciência tornando-se coisa) e do fetichismo da mercadoria (a mercadoria tornando-se algo vivo diante dos homens), o que transforma o homem em um ser alienado[...]”. Coerente com tal ideologia, a educação pautada nesse período era subsidiária do pensamento e reprodução burguesa, na qual os filhos dos operários eram inseridos em escolas diferenciadas das elites e tinham uma educação específica, voltada a manter a renovação do plantel de trabalhadores assalariados e acríticos.

A construção da educação no Brasil

No decorrer da história, todos os movimentos contrários à consolidação dessa prática conservadora trarão algumas conquistas em vários campos. Contudo, conforme Moraes (1989, p.106), “[...] a educação nacional vinha sendo trabalhada principalmente pela Igreja Católica com sua pedagogia tradicional [...]”, que contrapõe as tendências renovadoras surgidas, traduzida numa resistência observada até na atualidade.

Um dos movimentos bastante significativos foi o dos pioneiros, que contribuiu para romper os paradigmas até então postos à educação no Brasil. No sistema educativo, segundo Freire (2011, p. 81), “o educador que aliena a ignorância, se mantém em posições fixas, invariáveis. Será sempre o que sabe, enquanto os educandos serão sempre os que não sabem. A rigidez destas posições nega a educação e o conhecimento como processo de busca”. Seguindo uma postura opressora, que torna o educando como mero reproduzidor de um sistema repetitivo de conteúdo já preconcebido, no qual não cabe nenhum outro argumento.

A educação esbarra nas questões de autoritarismo advindas do período da ditadura, apesar de contar com a ênfase de educadores como Paulo Freire, opositor das ideias da elite dominante, inclusive das de origem estrangeiras, que foram implantadas no cenário brasileiro. A Constituição de 1988 já previa, através do seu artigo 205 (BRASIL, 1994, p. 123): “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será provida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Tais direitos, na época, soaram como esperança de acabar com tantos desmandos de uma classe vigente. Mesmo depois da implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, bastante delongada pela burocracia, ainda há resistência na sua efetivação. Claro que várias proposições são colocadas em debate tanto no cenário nacional como local.

Em busca de uma consciência crítica

Segundo Freire (2011, p. 109), “[...] pronunciando o mundo, os homens o transformam, o diálogo se impõe como caminho pelo qual os homens ganham significação enquanto homens”. O que deveria estar contido na concepção dos educadores, ao pensar na educação, é que ela seja democrática e ao mesmo tempo traga a realidade vivida pelo alunado e dela pudesse extrair conhecimentos significativos, que propiciassem a aquisição de uma consciência que modifica o entorno sem querer mudar o sujeito, ou seja, conhecer outras culturas em que os novos conhecimentos são pertinentes e necessários. Para isso, nada melhor que sair da experiência de cada um e construir o novo.

Numa experiência especificamente vivida em Belém, na escola pública, quanto à proposta de se criar uma faculdade de pedagogia, Demo (2011, p. 50) afirma que: “O grupo de professores manteve-se na maioria, em situação tradicional, no fundo, pretendendo reintroduzir a aula, também, e por ser algo mais cômodo. Ainda não se havia entendido que a mudança maior não se dá no aluno, mas no professor”. Percebe-se que a formação do professor ainda se mostra fragilizada. É imprescindível que haja maior investimento e compromisso dos futuros educadores em trabalhar mais focados no seu aperfeiçoamento.

Ao remeter a Freire (1996, p. 97), entendemos que “[...] o espaço pedagógico é um texto para ser constantemente ‘lido’, ‘interpretado’, ‘escrito’ e ‘reescrito’. Neste sentido, quanto mais solidariedade exista entre o educador e o educando no “trato” desse espaço, tanto mais possibilidades de aprendizagem democrática se abrem na escola”. Assim, é imprescindível entender os vários fatores que influenciarão, através da educação enquanto intervenção, nas questões pre-

sententes no mundo, que atendam à diversidade e tantas outras tecnologias afeitas à globalização.

Considerações finais

Ao final dessa abordagem, percebe-se a grandiosidade e o envolvimento de filósofos e educadores, que independentemente da situação vivida, colocaram-se como defensores de uma melhoria nos níveis de aprendizagem, por conceberem que o conhecimento não pode se restringir a uma pequena parcela social, em reforço a uma diferença entre ricos e pobres, no qual a escola se traduz numa ferramenta eficiente.

A escola precisa ter uma boa gestão, que seja democrática e conte com a participação de todos os segmentos escolares e comunitários. Outra questão que precisa ser refletida é o redimensionamento da formação, para fomentar a criatividade e ao mesmo tempo a criticidade, para que comece a transformar a prática docente e, conseqüentemente, os resultados entre os alunos.

Só assim ter-se-á uma aprendizagem de qualidade, na qual se aplicam as diversas concepções e delas se extraem condições favoráveis à formação de um cidadão em todas as suas dimensões, respeitado o seu conhecimento trazido do lar, seu repertório cultural, político e religioso, enfim, o sujeito no seu todo e não particularizado. Os métodos podem variar, por não existir uma única compreensão, porém se faz importante explorar todas as potencialidades, que trazem contribuições à aprendizagem.

Cabe ainda à família exercer seu papel de núcleo que preserva a tradição, e que nela sejam trabalhados valores éticos de conduta e respeito, tão necessários à nova geração. Ao Estado, cabe investir em políticas que atendam a demanda da educação, da saúde, entre outros, sabendo fazer valer a lei para todos.

Referências

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **Temas de filosofia**. São Paulo: Moderna, 2005.

BRASIL. **Constituição de 1988**. Brasília: Congresso Nacional, 1994.

DEMO, Pedro. **Pensando e fazendo educação: inovações e experiências educacionais**. Brasília: Liber Livro, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **Introdução à filosofia**. São Paulo: Manole, 2003.

MORAIS, Regis de. **Cultura brasileira e educação**. Campinas: Papiros, 1989.

Artigo recebido em 15/06/15. Aceito em 17/08/15.

INDISCIPLINA ESCOLAR: uma realidade da sociedade contemporânea

School indiscipline: a reality of the contemporary society

Rizelda da Silva Beserra Dantas¹

Yngrid Lima Varjão¹

Resumo: O presente estudo problematiza causas que contribuem para a indisciplina escolar e possíveis sugestões para que uma reflexão seja feita de modo a cooperar para o sucesso escolar. A indisciplina muitas vezes é vista como um problema social, haja vista que os alunos de hoje serão os profissionais de amanhã e constituirão, num futuro próximo, a sociedade. Este estudo pretende apresentar as teorias acerca da indisciplina escolar e o papel do professor na resolução dos conflitos no espaço escolar. Busca-se, dessa maneira, através de uma pesquisa bibliográfica, procurar e apresentar possíveis caminhos para amenizar tais situações. O trabalho do educador, nesse processo, torna-se imprescindível, pois além de observar a diversidade cultural, social e econômica, ele deve conhecer as histórias individuais que cada aluno traz para que o objetivo de cumprir o ato de ensinar com êxito abranja a todos. Os resultados preliminares demonstram a importância da definição de regras para a convivência no espaço escolar e como a escola tem a importante função de contribuir na formação de alunos autônomos e críticos. Por fim, enfatiza-se a formação do professor como um profissional reflexivo que auxiliará o aluno a conscientizar-se do seu papel transformador na sociedade atual.

Palavras-chave: Indisciplina escolar. Formação. Educação.

Abstract: This study discusses some of the causes that contribute to school indiscipline and possible suggestions for a reflection to cooperate for school success. The indiscipline often is seen as a social problem, because the students will be the future professionals in the society. This study aims to present theories about school indiscipline and the teacher's role in conflict resolution at school. In this way, through a literature review, this article wants to understand this school fragility, presenting possible ways to mitigate such situations. The teacher's work, in the process, it is essential, as well as observe the cultural, social and economic, it must know the individual stories that each student brings to the goal of fulfilling the act of teaching successfully covering the all. The preliminary results demonstrate the importance of setting rules for coexistence at school and how the school has the important function of contributing to the formation of autonomous and critical students. Finally, it is emphasized the formation of the teachers as a reflective practitioner that it will help the student to become aware of its transformative role in society today.

Keywords: School indiscipline. Teaching training. Education.

Introdução

Diversidade, mudança e fragmentação são algumas características da sociedade atual. Naturalmente, inserem-se nesse contexto de sociedade contemporânea demandas amplas e complexas e, com isso, inúmeros problemas e crises que não se restringem somente à parte econômica, mas também à educação e à instituição familiar.

A indisciplina tem sido uma realidade cada vez mais comum no meio social e no ambiente escolar. Ela não acontece por acaso, geralmente tem sua origem em uma base familiar desestruturada ou na própria violência vivenciada nos grupos sociais, ou seja, muitos dos atos de indisciplina que ocorrem na escola são reflexos de um momento histórico e das ações da própria sociedade.

A escola, em amplas linhas, tem entre seus objetivos, “propiciar a aquisição dos ins-

¹ Centro Universitário Leonardo Da Vinci – UNIasselvi – Rodovia BR 470 - Km 71 - nº 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281-9090 – Site: www.uniasselvi.com.br

trumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado (ciência), bem como o próprio acesso aos rudimentos desse saber” (SAVIANI, 2005, p. 14). Porém, no contexto que se encontra a sociedade atual, a escola, além de propiciar conhecimento, vem focando na resolução de problemas de relacionamento e convivência que dificultam o processo de ensino-aprendizagem e as relações interpessoais, ocasionados, muitas vezes, pela indisciplina.

Diante disso, a escola, a família e a sociedade necessitam criar estratégias para que a indisciplina não desvie a formação de cidadãos saudáveis. Contudo, qual é o papel da família? Qual é o papel da escola? O que o professor pode fazer na sua prática de ensino? Passa-se, a partir de agora, a refletir sobre a indisciplina na atualidade.

Indisciplina escolar: um desafio da atualidade

Diante dos avanços da sociedade, o ser humano busca sistematizar o seu meio, instituindo maneiras de organizar a sociedade como um todo. Para isso, ele criou inúmeras instituições sociais com diferentes finalidades.

Uma das instituições criadas pelo ser humano foi a escola. Mesmo que considerada em muitas sociedades como uma instituição secundária, é nesse ambiente que se disseminam e ampliam os saberes e se estruturam os futuros profissionais para a sociedade e para o mercado de trabalho. A escola adquiriu essa importância com o passar do tempo e com as percepções de que o saber é essencial e transformador. A indisciplina escolar não envolve apenas atitudes vindas de fora da escola, como os problemas sociais, a sobrevivência precária e a baixa qualidade de vida, mas atitudes desenvolvidas na própria escola, como a relação professor-aluno, o currículo oculto, entre outros.

Assim, lidar com o conhecimento científico e com a humanidade, que está em constante evolução, tornou-se uma exigência e um compromisso social que a escola assumiu perante os educandos e perante a sociedade. A realidade que se vive demonstra que tal papel, assumido pela escola, não está, de fato, sendo cumprido, uma vez que o atuar em sala de aula com excelência depende de muitos fatores, como boas condições estruturais, psicológicas, sociais, políticas, familiares, entre outras, que deveriam ser dignas para que o trabalho dos educadores se consolide no dia a dia na escola. Conforme Machado (2004, p. 129):

[...] o que de fato ocorre é que as condições de trabalho do professor são insatisfatórias, sobretudo do ensino fundamental. Essas condições incluem, naturalmente, a remuneração, mas não se esgotam nela. O regime de trabalho pode ser até mais importante do que a remuneração nominal. Mesmo que as escolas particulares não atentem para isso [...].

As condições que Machado (2004) aborda referem-se à valorização dada ao profissional de ensino que, conseqüentemente, acaba atingindo os alunos, uma vez que muitos educadores vivem sem tempo para si, trabalhando horas além do seu limite físico e mental. O profissional da área da educação, muitas vezes, limita-se a aulas expositivas e/ou teóricas porque não dispõe de tempo para organizar as aulas de maneira atrativa, gerando, em grande parte dos alunos, insatisfação, falta de interesse, baixo rendimento, resultando na indisciplina escolar. Contudo o tema necessita de atenção, pois, envolve macro e micro sociedades, ou seja, comunidade, família e escola. Caso não haja reflexão acerca da indisciplina, ela pode estimular os envolvidos ao mundo da violência e da criminalidade gradualmente. Para entender a real significação da indisciplina escolar, pode-se partir do conceito de disciplina, que, conforme postula Aquino (2003, p. 33):

A disciplina [...] equivaleria à saúde mental, e a docilidade constituiria seu critério maior. Desobedecer, portanto, seria sinal de problemas ligados à infraestrutura psicológica, mais precisamente à introjeção de determinadas funções morais apriorísticas, tais como: permeabilidade a regras comuns partilha de responsabilidades, reciprocidade, cooperação, solidariedade etc.

Nesses termos, como postula Aquino (2003), a indisciplina é o oposto, refere-se a um desequilíbrio, à falta de assiduidade, de reciprocidade e, maiormente, de responsabilidade. Assim, um aluno ou um professor indisciplinado é alguém que tem um comportamento desviante com relação a uma norma, explícita ou implícita, sancionada em termos escolares e sociais.

Apresentam-se, a seguir, as possíveis causas da indisciplina.

Causas da indisciplina escolar

A indisciplina escolar não é uma birra causada pela falta de amadurecimento, mas ela implica na “[...] não obediência às normas criadas ou situações muito abertas carentes de normas. Portanto, a disciplina se relaciona com a clareza das normas, [...] um complexo de proibições [...]; ex.: aluno que fala alto [...]” (NOFFS, 1989, p. 40). Por muitas vezes, tem em suas raízes motivos advindos da vivência do aluno, da história de vida, do ambiente familiar e/ou das companhias.

A família que é, em suma, iniciadora do processo de aprendizagem, é influenciadora direta ou indiretamente da indisciplina escolar, já que é a base, a estrutura inicial, a origem de toda a formação do ser humano. As relações de convivência que os alunos têm em seus lares são as mesmas que eles têm em sala de aula e, principalmente, no seu comportamento diário com os colegas. Assim, uma vez que a família esteja passando por uma crise, a educação e o ensino entrarão em crise também e, por consequência, a sociedade se desestruturará em algum momento. De acordo com Taille (2003, p. 52):

[...] e as crianças entram nesse universo de normas e de atritos desde a mais tenra idade. Portanto, os limites físicos colocam a dimensão do impossível, os limites normativos colocam a dimensão do proibido. Restringem a liberdade em nome de valores. E são, muitas vezes, vividos de forma penosa.

A instituição primária, a família, ganhou novas estruturas e até mesmo criou novos valores e condutas. Quando comparada às famílias dos séculos anteriores, são nítidas as diferenças. Atualmente, não há apenas um único modelo de família, mas vários, e todos possuem valores, histórias de vida que englobam conquistas e problemas. Segundo Aquino (2003, p. 41-42):

Nos dias atuais, é difícil encontrar entre os educadores um consenso tão solidificado, (e igualmente questionável) relativamente a esse tema quanto aquele em que se atribui grande parte dos problemas escolares cotidianos ao modo como estão organizadas as famílias de nossos alunos. Daí a falência da ideia de educação como um ofício ‘a quatro mãos’. Famílias que não estariam suficientemente preparadas para a difícil tarefa de educar; famílias cujos responsáveis não supervisionam atentamente a conduta de sua prole; famílias que não promovem uma rotina estável que favoreceria aos filhos a aquisição de hábitos virtuosos e outros atributos morais; enfim, famílias ‘desestruturadas’ - eis o diagnóstico reiterado pela grande maioria dos profissionais da educação para justificar a indisciplina de parte do alunado. A queixa parece ser unânime. Das escolas privadas de elite às escolas públicas de periferia dos centros urbanos, quase todos parecem crer que a maioria das famílias brasileiras se encontraria atualmente em um estado denominado genericamente de ‘desestruturação’, o qual seria responsável, por sua vez, pela dissemi-

nação de crianças e jovens 'sem limites'.

Aquino (2003, p.45), ainda sobre a nova constituição de família, postula que:

[...] o fato é que há hoje, nas escolas, uma geração de crianças e jovens advinda de contextos múltiplos de estruturação sociocultural e econômica, e não apenas familiar. Mais correto seria admitir que os modelos familiares - sempre no plural - encontram-se em estado de expansão, e não de 'desestruturação', como se acostuma alardear.

Nota-se, portanto, que famílias estão em crise, devido, também, às mudanças sociais. Os professores percebem tais momentos de crise familiar em suas práticas diárias, pois as famílias estão cada vez mais distantes dos filhos, do ensino de valores e de virtudes essenciais à vida e ao convívio em sociedade. Esse efeito causado pela falta de compromisso e acompanhamento familiar tem resultado em diversas situações negativas, como a própria indisciplina e tem trazido à tona diversas questões da área educacional. De acordo com Taille (2003, p. 64),

Dito de maneira clara: os adultos de hoje não têm mais tanta certeza de que sabem mais de que seus filhos quais os caminhos que levam à felicidade e, portanto, colocam bem menos limites. Trata-se de uma posição honesta. Mas, em alguns casos, pode também tratar-se de uma posição covarde: ao dizer aos filhos 'Façam o que vocês quiserem', alguns adultos também lhes dizem, de forma velada: 'Virem-se, não tenho nada a ver com isso'. A não colocação de limites pode tanto ser prova de humildade quanto de descompromisso em relação aos filhos e ao futuro do mundo. E verifica-se, hoje, que muitos jovens acabam se queixando da posição de seus pais e educadores: o que poderia ser interpretado como generosidade libertária acaba sendo visto por eles como simples ausência.

Compreende-se que a não colocação de limites e regras tem se tornado comum e que a extrema confiança adotada pelos pais em relação aos filhos não é benéfico. Muitos jovens têm ultrapassado os limites sociais, abrindo espaço para as drogas e para a violência gerada pela carência de afeto. A atitude liberável denota um descompromisso e desatenção aos filhos porque eles, mesmo que saibam o que é certo ou errado, ainda não estão maduros para solucionar questões interiores ou exteriores. Eles precisam de orientação, de acompanhamento até que sejam de fato capazes, primeiramente, de solucionar conflitos pessoais. De acordo com Taille (2003, p. 53): "[...] a colocação de limites, no sentido restritivo do termo, faz parte da educação, do processo civilizador e, portanto, a ausência total dessa prática pode gerar uma crise de valores, uma volta a um estado selvagem em que vale a lei do mais forte [...]"

Partindo do exposto, colocar limites é definir, mostrar que o homem é diferente, por exemplo, de um animal; é agir sabendo que a liberdade tem limites, que os direitos são concretizados quando se cumprem os deveres; é preparar para a vida e mostrar que cada um tem seu espaço e merece respeito, e que uma sociedade sem respeito, sem disciplina não é sociável.

O ato de educar x indisciplina

A escola e os pais têm desafios: educar, colocar limites, construir uma bagagem de valores que tornem os alunos e filhos cidadãos saudáveis, entre outros. Dessa maneira, determinar limites não se resume a uma atitude autoritária, mas organizada e consciente de estimular o ser humano à capacidade de reflexão e de raciocínio. Assim, a escola e a família necessitam pensar, observar, refletir, solucionar, conviver mais em sociedade e não apenas impor disciplina. A educação moral não se limita aos gestos, mas ao como falar, como direcionar o que se quer e

pensar de maneira positiva, para que a construção da harmonia social aconteça. De acordo com Taille (2003, p. 65):

Todo dilema está justamente nisto: como dar liberdade aos filhos, aos alunos, sem ser ausente? Como poupá-los de incessantes limitações sem abandonar o papel de adulto, de guia? Como colocar limites e não ser castrador e injusto? Tais são as traduções de uma das grandes perguntas educacionais de nossos tempos; e as hesitações a respeito das respostas podem ser mais uma prova de seriedade do que fraqueza; ou então mais uma demonstração de deserção do que de liberalidade. É tão fácil nutrir-se de velhas ou novas certezas e decidir, sem nuances, colocar severamente inúmeros limites ou, pelo contrário, abdicar de vez desse papel.

Compreende-se que jovens e crianças têm ganhado espaço nas discussões da atualidade. Isso é percebido até mesmo no senso comum, quando os idosos comentam como a criação/educação da atualidade não é como a de antigamente. Tais comentários referem-se, em suma, ao fato da ampliação da liberdade de falar, de agir, da nova postura dos pais perante a educação de seus filhos, causadora involuntária de muitos males. Pode-se dizer, ainda, que os pais do século XXI estão inseridos num contexto influenciado pelos meios de comunicação e, esses meios, por diversas vezes, apresentam uma visão distorcida do que é aceito e do que não deve ser aceito.

Ao elencar limites, a família introduz o indivíduo ao sistema social, sendo que ele perceberá que faz parte de uma sociedade organizada e estruturada. Assim, no processo educacional familiar, a criança tem diferentes percepções, quando há um abandono de limites, por exemplo, ela cria conceitos incorretos, tornando-se futuramente, sujeitos passivos, agressivos, desequilibrados e frustrados. De acordo com Taille (2003, p. 86),

É evidente que a criança pode fantasiar uma severidade extrema por parte de seus genitores, quando na verdade eles são doces, tolerantes e determinados a nunca negar proteção aos filhos. Porém, por mais fantasiosa que seja, se a criança perceber que os pais não mudam em nada seu comportamento quando há infração, que nunca punem, nunca ameaçam, deixará de sentir o medo e a angústia que, num primeiro momento da vida, inspiram as boas ações. Mais ainda, se perceber que nem eles mesmos colocam regras claras, proibições, achará que tudo é permitido, que todas as ações são legítimas.

Infere-se, que o modo de agir influencia significativamente o processo educacional, a falta de rigidez e o protecionismo, não é benéfico pois, se adotado pelos pais pode desestruturar um indivíduo. Uma vez apresentados os limites, Taille (2003, p.88), postula que:

[...] como a criança não é naturalmente dotada da capacidade de dominar os próprios desejos, cabe à educação inculcar-lhe o 'espírito' de disciplina, isto é, hábitos de conduta que represem e canalizem seus desejos. 'A moral é essencialmente uma disciplina; ora, toda disciplina tem um duplo objetivo: realizar uma regulação nas condutas dos indivíduos, colocar-lhe fins determinados que limitem seus horizontes. A disciplina impõe hábitos às vontades e lhes impõe freios. Ela regula e contém'.

Contudo, é dever de quem educa propor limites, delimitar até onde se pode ir, agir, fazer, e isto não se restringe apenas à escola, mas, também, à família, que é iniciadora na determinação de limites. Aquino (2003, p.43-44), afirma que:

[...] mesmo se os educadores estivessem corretos em suas crenças, não seria o caso de a escola assumir funções do cuidado familiar. [...] à escola cabe tão-somente a prerrogativa do trabalho de (re)construção do legado cultural fazendo isso com com-

petência, o resto será consequência.

Os profissionais de ensino são pessoas que podem interferir positivamente na formação de boas posturas, embora ainda não sejam valorizados como deveriam, pois, no seu ambiente de trabalho, os professores vivenciam inúmeras situações que envolvem indisciplina. Além de cumprir seus objetivos pedagógicos, eles auxiliam os alunos a sanar problemas de convivência, entre outros.

Assim, o trabalho do educador torna-se difícil, pois, além da pluralidade, as várias personalidades e as histórias de vida que devem ser consideradas, a ele cabe o dever de ensinar tudo a todos, da melhor maneira, pois o seu saber não pode ser adquirido por um, mas pela classe, pelo menos pela sua grande maioria. Questões alheias à sala de aula muito atrapalham esse fluxo. Segundo Aquino (2003, p. 35),

[...] aconselha-se até o limite do suportável, castiga-se até o limite do aceitável, daí em diante, não restará alternativa senão a de buscar a redenção externa. É nesse movimento que se inscreve a lógica artilosa dos encaminhamentos parapedagógicos: a transferência de responsabilidade para outras esferas de especialidade (mormente, a clínica), presumidamente mais aptas no que se refere ao atendimento de um segmento desviante da clientela escolar.

Atender a essas necessidades ou aos problemas individuais dos alunos não é uma exclusiva tarefa do professor, pois sua função é disseminar saberes, conhecimentos, todavia, o educador deve ter um olhar “humano” com quem lida e educa. É, portanto, fundamental que profissionais especializados na área possam atender essas crianças, psicologicamente e socialmente. Sabe-se, pois, que os alunos trazem consigo suas particularidades, personalidade, traumas, problemas e deficiências e, na prática pedagógica, conhecer estas variantes, gera uma metodologia mais elaborada, de acordo com as reais necessidades de cada aluno. De acordo com Cunha (2008, p. 29):

Quando o professor entra em cena na vida da criança, tem diante de si um indivíduo cujos traços fundamentais do ego já estão sedimentados. Todas as vivências orais, anais, masturbatórias, todo conflito edipiano que sustenta o superego, enfim, traços fundamentais do ego e de suas relações com o id já se encontram definidos nesse momento. Recalcamentos, repressões, mecanismos de defesa do ego e de ocultamento de desejos já fazem parte da personalidade. O que pode fazer o professor então?

Adentrar nesses solos não é tarefa simples, mas uma grande e difícil ação, que muitas vezes não é feita, já que há solos impermeáveis, áridos, situações nas quais não se tem condições mínimas para um melhor trabalho do professor, a exemplo de que o profissional de ensino vive emaranhado de trabalho e não dispõe de tempo para fazer um estudo das realidades de seus alunos. A respeito das teorias de Watson e Skinner, afirma Cunha (2008, p. 38):

O comportamento, portanto, é uma resposta do organismo a algo que o impressiona a partir do exterior, os estímulos. A delimitação desses componentes como objeto de estudo deu ao comportamentalismo a denominação de E-R, estímulo-resposta, e tornou-se conhecido por conceber o ser humano como se fosse uma ‘caixa-preta’, um recipiente lacrado e indevassável sobre cujo interior nada podemos afirmar.

Dessa maneira, o comportamento relaciona-se aos estímulos e às incidências de fatos das situações vivenciadas na vida dos educandos. O exterior influencia os indivíduos. Todavia,

há diferentes teorias que formulam a relevância do meio sobre as ações do ser. De acordo com Cunha (2008, p. 43-44): “Skinner entendia que somos o resultado de interações que mantemos com o nosso ambiente. A visão de Watson era diferente, nesse ponto, ao afirmar que o indivíduo é totalmente moldável pelas influências que o cercam”. Fazer um estudo do meio que cerca o indivíduo é uma prática fundamental para se perceber as razões que levam determinados alunos a agirem da forma como agem, conhecer os pais ou responsáveis, as companhias, o que costuma fazer, auxilia no entendimento das atitudes indisciplinadas vividas dentro ou fora da sala de aula. Dessa maneira, afirma Cunha (2008, p. 49):

Às vezes o professor percebe que certas atitudes por ele assumidas a título de punição acabam por reforçar comportamentos indesejáveis - uma reação de ‘nervosismo’ do mestre costuma produzir ainda mais ‘bagunça’ entre certos alunos. Intuitivamente, o educador conclui que o esquema que vinha usando não funciona com aqueles alunos, o que significa que a história de cada indivíduo ou grupo deve ser levada em conta quando se pretende controlar o comportamento de alguém. [...] É também com base na experiência que o educador muitas vezes erra. Após ter prometido jamais ceder aos apelos das crianças para que terminem a aula mais cedo, num certo dia, por um motivo qualquer, ele cede, dizendo - como aquela mãe que dá a bala ao filho cuja birra queria extinguir - ‘mas é só hoje’.

Infere-se que diante de tão variadas e constantes situações, o educador e o educando acabam se frustrando, se estressando e acabam piorando situações com atitudes impensadas, o que ocasiona, fatalmente, casos absurdos, como agressões verbais e físicas. É como se fosse uma inversão, ou seja, o lugar de educar torna-se um lugar de violência e de desrespeito. Aquino (2003, p. 75) diz que: “[...] No entanto, as sanções não podem, jamais, ser tomadas como mecanismos de exclusão compulsória. Ao contrário, as ‘penalidades’ devem portar um caráter inclusivo e sempre de reparação ao andamento acordado pelo grupo-classe.”

As ações do professor mediante a indisciplina, não podem ser compulsivas, impensadas, pois, por vezes, para evitar a indisciplina, os professores acabam cedendo, como forma de acalmar os alunos e, como uma mãe que cede a tudo que o filho quer, acabam acostumando-os a continuarem agindo da forma errada. Assim, a sociedade e a educação tornam-se indisciplinadas.

Existe ainda a indisciplina causada pela insatisfação aos modelos pedagógicos de instituições e/ou escolas, pautados em conservadorismos arcaicos e no tradicionalismo. A não canalização, sublimação da energia de potenciais inatos que cada ser possui, muitas vezes ocasiona revoltas, inconformidades. Segundo Aquino (2003, p. 51):

Em suma, a indisciplina traduzir-se-ia numa espécie de efeito de inconformidade, por parte do aluno aos anacrônicos padrões de comportamento nos quais as escolas ainda parecem inspirar-se. Tal inconformidade é o que estaria forçando, portanto, uma transição dos modelos de organização da vida escolar. Daí a vitalidade dos embates disciplinares.

Dessa maneira, a indisciplina não está restrita, ela não advém apenas das particularidades dos alunos, mas também pelo estresse gerado pelas instituições que ainda zelam por valores pouco democráticos ou nada favoráveis ao desenvolvimento crítico dos alunos. O ato de ensinar não se delimita na transmissão de conteúdos teóricos, mas, também, no estudo de temas com focos morais e éticos relacionando o aprendizado a sua realidade. Não se pode avaliar ou julgar um aluno por matéria ou por partes, mas pela sua completude. Segundo Machado (2004, p. 132):

O professor avalia o aluno na perspectiva da matéria que leciona, e não como pessoa. A disciplina passa a ser o canal de comunicação entre os agentes: conhecemos nosso

aluno pelo seu desempenho em nossa matéria, e ele nos conhece apenas como professor de um conteúdo específico. Isso é muito pouco.

A educação necessita passar por mudanças. Não se pode agir e lecionar como em anos anteriores, mas necessita-se buscar meios favoráveis e atuais que leve ao conhecimento, despertando interesse dos alunos, melhorando o aprendizado. Eis o pensamento de Taille (2003, p. 26) a respeito dos fatos comportamentais atuais:

Uma crítica central ao ensino tradicional incidiu justamente nesse ponto: vocês desprezam, ignoram, as ideias que as crianças espontaneamente fazem do mundo, e assim não somente as humilham, passando-lhes a ideia de que são pensadores incompetentes, como violentam o processo natural de aprendizagem que se traduz pela 're-significação' de ideias anteriores, e não pela mera substituição de umas por outras.

O papel do professor

A escola e os professores, por vezes, conduzem o aluno a ser mero reprodutor de ideias, não buscam alçar a criatividade, não dão o merecido espaço para que ele possa se desenvolver. Esta falta de oportunidade, de criação e acessibilidade, leva os alunos a se rebelarem de maneira agressiva. Conforme Taille (2003, p. 27):

O que frequentemente acontece é que, sem saber, o aluno acaba por misturar ideias suas com aquelas apresentadas em sala de aula, num sincretismo indesejável; ou então, como no exemplo já citado, a criança se recusa a aderir ao novo modelo porque não faz sentido para ela: responde corretamente na prova, mas 'não acredita' naquilo que escreve.

O conteúdo obrigatório deve ser abordado e o educando deve interagir, reagir ao que está sendo exposto e visto. O educador, em suma, necessita ter a capacidade de extrair do assunto aquilo que é de interesse do aluno, deve possibilitar a oportunidade de participar da aula democraticamente. De acordo com Aquino (2003, p. 89):

[...] devem permitir que fossem focalizados os temas que interessam ou preocupam o grupo-classe, mas, além disso, devem valer-se dessa oportunidade para desenvolver capacidades morais desejáveis e criar hábitos orientados para o fortalecimento do modo de vida democrático.

Uma vez que o aluno não pode se inserir no assunto, dialogar, argumentar, questionar, ele se sente avulso ao que está sendo proposto, ao conhecimento. Contudo, esse conhecimento não deve ficar apenas na lousa, deve fazer parte da vivência dos alunos, deve se relacionar com o dia a dia e, quando relacionado, a assimilação do conhecimento torna-se mais fácil e eficaz. Cunha (2008, p. 61) afirma que:

[...] o conhecimento só é possível quando o Sujeito [sic], aquele que irá conhecer, e o Objeto [sic], aquilo que será conhecido, relacionam-se de uma determinada maneira: o Sujeito age sobre o Objeto. [...] Ao visualizar essa concepção epistemológica na sala de aula, compreendemos que o aluno deve ser despertado para relevância daquilo que vai ser ensinado - relevância pessoal, imediata, e não simplesmente formal. De nada adianta dizer a ele, como fazem muitos professores, que aquele assunto do currículo é importante porque será útil mais tarde. Se não houver vínculos que ativem a percepção do desnível existente entre o aprendiz e o conteúdo escolar, o educando não será impulsionado a estudar aquilo. Não havendo motivação, o aluno não se posiciona de modo ativo diante da matéria. O mesmo acontece quando o professor privilegia a

passividade da criança e a leva a manter-se quieta, apenas ouvindo, como se o mundo pudesse escoar para dentro de seu cérebro por meio da audição. Sem vontade e sem iniciativa para desvendar e descobrir, não há conhecimento.

Nota-se a necessidade de se associar a teoria à prática, sendo, pois, essencial para apreensão do aprendizado. Assim, como é necessário estabelecer uma relação entre o que se explica e o que se faz, é também importante a troca de informações, o diálogo, a conversação, a fim de se chegar aos objetivos propostos. É necessário haver uma relação nesse sentido de respeito entre professores e alunos.

Dessa maneira, necessita-se vincular a prática de ensino e adequar-se às exigências, para propor aquilo que é preciso para estagnar a indisciplina. Segundo Machado (2004, p. 88):

A ação é a característica mais fundamental do modo de ser do ser humano. Não se reduz ao mero fazer, sem a consciência da palavra, que é a condição do animal; nem apenas à palavra, que inspira o fazer, mas não se amalgama com ele e é a condição da divindade. Os objetos não agem; os animais não agem, apenas reagem; o mercado não age; a História não age; a humanidade não age; as pessoas é que agem, representando papéis, e se constituindo como sujeitos no cruzamento desses papéis, e caracterizando-se como um feixe das relações sociais.

Compreende-se, então, que a prática de ensinar vai muito além da transmissão de saberes, mas a de constituir cidadãos responsáveis e saudáveis. Tentar inibir as participações dos alunos em sala de aula não é favorável para o aprendizado, nem para o comportamento. Isso pode se tornar uma revolta e gerar indisciplina. Segundo Imbernón (2011, p. 40):

[...] a formação pretende obter um profissional que deve ser, ao mesmo tempo, agente de mudança, individual e coletivamente, e embora seja importante saber o que deve fazer e como, também é importante saber por que dever fazê-lo. É difícil generalizar situações de docência já que a profissão não enfrenta problemas e sim situações problemáticas contextualizadas. Um fator importante na capacitação profissional é a atitude do professor ao planejar sua tarefa docente não apenas como técnico infalível, mas como facilitador de aprendizagem, um prático reflexivo, capaz de provocar a cooperação e participação dos alunos.

Os professores necessitam elaborar suas práticas de ensino, metodologias, e atender as necessidades dos educandos na era atual, pois, práticas e metodologias devem chamar a atenção e despertar o interesse. Para que isso aconteça, as práticas devem ser planejadas, organizadas, podendo fazer o uso da ludicidade e da criatividade do educador. O agir docente deve abranger muito mais do que o ensinar conteúdos, ele deve ir além dos portões da escola para que os alunos possam fazer a diferença na sociedade. O professor necessita de um olhar atencioso e profundo, enxergar que aquele aluno não tem apenas um nome no diário de classe, mas uma história de vida. Segundo Cunha (2008, p. 29):

Mas o professor não constrói a personalidade de seu aluno. Ele pode, sim, agir de modo a não agravar certas tendências do caráter de seu educando. Uma criança que possua autoimagem excessivamente negativa, um jovem obcecado pela ordem e pela disciplina, um aluno que agride desmesuradamente as autoridades - para ficar em extremos - são exemplos de casos que muitas vezes obtêm a confirmação de suas tendências nas atitudes do professor. Ao invés de amenizar algumas inclinações já constituídas, o professor, por descuido ou excesso de zelo, acaba fazendo recrudescer traços de personalidade que trazem sofrimento ao educando.

A forma como se tratam os alunos e como estes são orientados pode mudar os rumos da educação e os resultados observados na sociedade.

Segundo Imbernón (2011, p. 42) "o professor não deve refletir unicamente sobre sua prática, mas sua reflexão atravessa as paredes da instituição para analisar todo tipo de interesse subjacente à educação, à realidade social, com objetivo concreto de obter a emancipação das pessoas". De acordo com Cunha (2008, p. 41):

Quanto à possibilidade de controle do comportamento humano, Watson era categórico. Considerava ser possível transformar o indivíduo, por meio de educação ou de reeducação, naquilo que desejamos. É célebre sua afirmação de que poderia tomar um recém-nascido e torná-lo tanto um homem honesto quanto um marginal corrupto. O destino da pessoa dependeria tão somente dos fatores condicionantes organizados em torno dela.

Lares sem rotina, sem respeito, sem regras e limites, sem afeto, carinho, tendem a construir e edificar a indisciplina, além de caracterizar traumas e deficiências generalizadas, evoluindo para a marginalidade. Segundo Imbernón (2011, p. 33):

A função de 'propor valores' é uma tarefa educativa complexa e às vezes contraditória, já que não se obterá a formação dos indivíduos unicamente com a interação social, que apresenta aspectos muito problemáticos em uma sociedade pluralista. Ela será obtida tendo também como referência pontos de caráter ético, inerentes à natureza humana, nos quais coincidimos com outros agentes sociais que incidem nessa proposição de valores.

Outra prática fundamental para se evitar a indisciplina escolar é conscientizar os alunos quanto às obrigações e, nesse momento, o que não deve imperar são imposições, mas exposições. Sendo determinados os limites e caso as regras não sejam executadas por parte de professores, que são os exemplos, dificilmente serão cumpridas pelos alunos. De acordo com Aquino (2003, p. 67):

A disciplina escolar não é obtida por meio de regulamentos, e muito menos a partir da ameaça de punição, retaliação, banimento. Ao contrário ela é resultado tão-somente de acordos entre as partes - acordos pautados numa espécie de compromisso tácito entre elas. Um 'acordo de cavalheiros', costuma-se dizer.

Não é necessário mostrar os valores, mas suas razões, dar exemplos, adquirindo assim uma significação e conscientização maior. De acordo com Aquino (2003, p. 71) "em primeira mão, deparamos com a não consciência do valor de determinada regra. Os alunos submetem-se a ela, mas desconhecem a razão de sua legitimidade. É aí que entra o papel modulador do contrato. Sua função, por hora, é mais demonstrativa e/ou argumentativa".

Contudo, o professor não se torna passivo nesse processo, a ele cabe mediar, avaliar estas relações, além de cumprir com seus deveres. O professor necessita expor as regras, os deveres e direitos e incluir-se neles, mostrar que todos necessitam de limites, que nem todas as atitudes são cabíveis. Cunha (2008, p. 71) diz que:

[...] Eles farão sua parte se o professor cumprir com o que foi acordado. Trata-se de um momento ainda marcado pela reação às atitudes do professor. Também a relação com o campo de conhecimento será marcada pela forte presença docente, dita como fonte externa de controle. Ou seja, os alunos sabem o que deve ou não ser feito, mas quem inicia a ação e supervisiona o comportamento das regras ainda é o professor.

Compreende-se que a aquisição dos valores, da disciplina pela democracia a partir do

diálogo, do conhecimento, seja capaz de fazer com que o aprendiz seja cobrado de acordo com suas obrigações e tenha seus direitos garantidos, exercendo a cidadania através de pequenas ações diárias. Como afirma Aquino (2003, p. 52), "[...] não se democratizam relações sociais por meio de decretos, leis ou norma. A luta pela democratização se faz lentamente no dia a dia, desde que as pessoas se disponham a tal (e que antes, claro, sejam ensinadas)". De acordo com Taille (2003, p. 60):

Aliás, sem muita ou até nenhuma pressão adulta, as próprias crianças aprendem isso bem cedo e se deleitam em expandir suas capacidades dentro dos limites precisos: é o caso dos jogos. Quem já não viu uma criança de 3 anos 'brigar' com os pais por não respeitarem algumas regrinhas por elas inventadas para uma brincadeira? 'Não, papai, você tem que ficar aqui', diz ela para ordenar uma brincadeira de esconde-esconde que o genitor não leva a sério. Nessa idade, as regras ainda são simples e pouco coercitivas. Porém, quando a criança começa realmente a apreciar os jogos com regras, toda a graça da brincadeira está justamente em se manter conscienciosamente dentro dos limites por eles impostos.

Compreende-se, pois, a importância da aplicabilidade da disciplina, sendo que simples atitudes como um jogo em família, quando impostas as regras, favorecem a tomada de consciência e de responsabilidade. Dessa forma, os limites, quando bem dosados, possibilitam a conexão do homem para o bem, para o respeito mútuo. De acordo com Taille (2003, p. 61):

[...] penso que a existência de alguns limites restritivos faz parte da 'vida boa', e mais, que eles são necessários para alcançá-la e usufruí-la. E, se isso for verdade, cabe à educação ajudar as crianças a construir e valorizar tais limites. Reencontramos aqui o verbo 'colocar': ensinar uma técnica, um método, um jogo é colocar um limite.

Ao contrário do que muito se crê, a educação não é fomentada por atos ditos fora do normal, mas vinculada à realidade do aluno, sua vivência. Entretanto, é fundamental que o professor vincule, dinamize a prática diária e as metodologias, buscando sempre atrair seus alunos ao conhecimento, utilizando a criatividade e as diversas opções que a ludicidade oferece para o ensino.

Contribuições teóricas

A presente pesquisa constituiu-se a partir da pesquisa bibliográfica, focando as análises literárias e as áreas psicológicas, pedagógicas e educacionais. Teorias sobre a indisciplina também fizeram parte dos materiais utilizados, a fim de explicar as possíveis causas e consequências da indisciplina.

As obras "Limites: três dimensões educacionais", de Yves de La Taille e "Indisciplina: o contraponto das escolas democráticas", de Julio Groppa Aquino, formaram a base de estudo para esta pesquisa. O primeiro livro citado traz uma abordagem psicopedagógica sobre a imposição dos limites, como eles devem se dar e quais seus efeitos, enquanto o segundo se refere à universalidade da indisciplina escolar, casos alarmantes, além de apresentar as tendências, as causas e sugestões de como lidar com a problemática.

Taille (2003) apresenta em sua obra uma nova abordagem sobre o limite, as faces que ele assume, os pontos positivos e negativos, trazendo uma abordagem real sobre diversas instituições escolares espalhadas pelo mundo. Evidencia-se no livro a verdadeira reafirmação da instituição familiar e da influência desta sobre a vida do ser humano. Ele mostra também a essencial necessidade da colocação de limites, no ato de educar, de construir uma sociedade harmônica, pacífica e da não geração de violência.

Aquino (2003) aborda a indisciplina escolar, focando aspectos mais amplos, trazendo quantificações para suas teses. Em sua obra, ele cita não somente a participação da família no processo escolar, como também a dos professores, sendo esta, por fim, essencial. Ele releva em sua obra as consequências que a indisciplina escolar traz para o ambiente escolar, familiar e a sociedade, fazendo um paralelo com a realidade.

Além dos autores e das obras citadas, outros livros fomentaram essa pesquisa. O livro “Psicologia da educação” (CUNHA, 2008), retrata os comportamentos humanos, as teorias consagradas de Piaget, Freud, Skinner e outros, em uma abordagem da personalidade e as suposições de Cunha, autor do livro. Ele expõe as competências, as atitudes do professor como mediador, treinador, técnico para aprendizagem e principalmente para a vida, possibilitando, assim, a compreensão de que se faz importante conhecer a subjetividade de cada aluno, pois cada um é único, buscando um melhor ensino.

Imbernón (2011), em seu livro “Formação docente e formação profissional para a mudança e a incerteza”, propõe os valores construídos em sala de aula, os valores trazidos pelo educador a sua prática, o fazer pedagógico, o ensinar que não se limita a encher o quadro de atividades ou explicar apenas os conteúdos de um livro didático, muitas vezes desatualizado e restrito, mas educar moralmente e para vida. O autor fala da necessidade de uma constante formação dos profissionais, além da conscientização.

E, por fim, Machado (2004), no livro “Conhecimento e valor” foca sobre as condições de trabalho do professor, da sua lamentável realidade em termos de valorização profissional. Retrata os valores atribuídos à sociedade em seus âmbitos e a desigualdade explícita e contraditória presente no mercado de trabalho brasileiro.

Considerações finais

A indisciplina escolar, vista em sua totalidade, não se torna apenas um problema educacional, mas psicológico e social, uma vez que abarcam todas essas áreas.

Os estudos realizados por estas pesquisadoras até o momento possibilitaram uma compreensão crítica sobre tal realidade, que não é apenas nacional, mas global, sendo real a necessidade de conscientização e de atitudes positivas, uma vez que, até mesmo práticas ilícitas, como a oferta de medicamentos acontecem com certa frequência.

Pode-se concluir que a indisciplina não é causada por um único motivo, mas por muitos, que merecem um estudo e uma atenção especial, pois os seres são plurais. As influências ou as causas da indisciplina escolar inicialmente voltam ao ambiente familiar, que se encontra atualmente em crise, assim como a economia e outras áreas, já que os papéis e os modelos de família mudaram.

Hoje, os pais ou responsáveis pela criança ou adolescente se encontram em um mercado de trabalho muito competitivo, sendo, conseqüentemente, maior a cobrança por dedicação exclusiva e esses indivíduos se veem divididos entre o trabalho e suas obrigações familiares, deixando a desejar em alguma área. Outros pais se encontram nas mazelas da depressão, do estresse e acabam sublimando isso em atitudes ignorantes, em brutalidade com seus filhos, na falta do amor. Uma vez que não sabem enfrentar seus problemas, acabam culpando seus próprios filhos pelos seus fracassos e/ou problemas.

Há ainda aqueles pais que têm disponibilidade, mas não têm comprometimento com a escola, acreditam que tão somente a escola é a responsável pela educação de seus filhos e em suas casas eles se tornam apenas moradores. Outros acreditam que o filho deve ser livre para escolher e fazer o que acha que é correto, esquecendo que o adolescente ainda não possui maturidade suficiente para lidar com problemas que envolvem a sociedade. Muitos pais acreditam

que livrando seus filhos de limites, mimando-os excessivamente, criam laços de carinho que os inibirá contra qualquer prática errada ou violência. Sabe-se que tais atitudes estão completamente erradas porque estes indivíduos criarão e articularão conceitos equivocados, pensamentos egocêntricos e muitas vezes nem percebendo o desrespeito ao espaço do outro.

Entretanto, a indisciplina pode ter outras razões, podendo ser causada por práticas do professor em sala de aula, quando não há o cumprimento das obrigações docentes, do não estabelecimento de deveres e direitos e/ou pela falta de exemplo. A imposição de problemas pessoais à classe ou até mesmo o autoritarismo ditador, a falta de organização e de planejamento do educador quanto às metodologias usadas na abordagem dos conteúdos. O uso excessivo de métodos tradicionais que levam os alunos a se estabilizarem, a se resumir como copiadores e não como inventores, não estimulando a imaginação, a criatividade, a criticidade do aluno, além de não possibilitar a associação da teoria à prática, reduzindo significativamente o conhecimento também causam indisciplina.

Compreende-se que falta um olhar mais atento, consciente por grande parte dos profissionais de ensino em suas práticas, buscando possibilitar a leitura de sua classe, dos seres que a compõem e suas realidades.

Grande parte dos educadores tem consciência, ou até mesmo o sonho de mudar a lamentável realidade em que se encontra a educação, enquadrada em níveis absurdos de indisciplina e de agressões, mas, infelizmente, estes educadores encontram-se sem saída ou possibilidades, já que a educação brasileira se destaca notavelmente por suas deficiências.

Com cargas horárias que vão além de seus limites e a falta de recursos (maiormente em escolas públicas), os professores acabam deixando a desejar em seus planos de aula, em virtude da falta de tempo, da qualidade de vida e suas aulas acabam não despertando interesse, não levando a adentrar no conteúdo, pois lhe falta dinamizar e adequar o momento vivido à era da informação.

O profissional de ensino depara-se, muitas vezes, com a desmotivação, pois o seu trabalho não é valorizado como deveria e esse problema acaba refletindo na educação que é levada aos alunos. A incidência de greves e de movimentos de professores por melhores condições de trabalho são reflexos do descontentamento docente.

Além das influências familiares e do contexto escolar, a indisciplina escolar também se vincula às deficiências na aprendizagem, que podem e devem ser estudadas. O TDAH - Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade - tem se tornado frequente, afinal, a sociedade está inserida em uma efervescência de informações e cobranças. Esse transtorno, no entanto, não surgiu neste século, ele já fazia parte do contexto social, de uma forma tão complexa, que muitos educadores ousados medicavam seus alunos, a fim de manter a ordem e o silêncio. Atualmente, essa prática é inaceitável, mas não se constata a sua abolição total.

Observa-se, a partir dos recortes bibliográficos, que a indisciplina escolar é grande geradora de violências, verbais e físicas, seja entre alunos e/ou professores. Atualmente, não são raros os casos de agressões entre educador e educando vistos nos meios de comunicação, que, por muitas vezes, levaram à morte.

Este assunto não pode e não deve limitar-se às paredes da escola e/ou a este estudo, mas sim, abranger a família, e a sociedade. A família necessita fornecer a base aos seus filhos, fomentar valores, inserir a moral e a ética com a escola. A escola, além de contribuir com os valores sociais, não pode se esquecer dos conteúdos científicos, saberes que ajudam na constituição de seres conscientes com deveres e direitos, construtores e disseminadores da paz e da harmonia. Para isso, também, é essencial a participação de outros profissionais, como psicólogos, psicopedagogos e assistentes sociais, na busca da compreensão da realidade dos alunos, afinal, o comportamento humano se dá consideravelmente pelas influências que os cerca, pelos fatos e pelas questões existentes, especialmente, no ambiente familiar.

Ainda sobre as obras selecionadas para este artigo, cabe postular que elas fundamentam com criticidade e conscientização o tema da indisciplina, e demonstram o quanto se necessita buscar alternativas, e soluções, bem como é fundamental estabelecer equilíbrio e limites. Como Taille (2003) expõe em sua obra, é preciso reconhecer as consequências da indisciplina escolar; sobre a sociedade, citada por Aquino (2003), busca-se uma formação mais qualificada, científica, moral e social para os educadores, ponto relatado também por Imbernón (2011), que vê a necessidade de reconhecimento dos profissionais da área da educação, vistos como agentes transformadores, abordado por Machado (2004).

Pode-se concluir que a indisciplina escolar é um problema emergencial, que não deve ser escondido em gavetas, como arquivos, mas necessitam de discussão entre os pais, educadores, sociedade, alunos, uma vez que a educação é um dos principais pilares para o desenvolvimento e progresso do país.

Referências

AQUINO, Julio Groppa. **Indisciplina: o contraponto das escolas democráticas**. São Paulo: Moderna, 2003.

CUNHA, Marcus Vinicius da Cunha. **Psicologia da educação**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e formação profissional para a mudança e a incerteza**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MACHADO, Nilson José Machado. **Conhecimento e Valor**. São Paulo: Moderna, 2004.

NOFFS, Neide de Aquino. **A busca da espontaneidade na escola**. 1989. 160 f. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica (PUC), São Paulo, 1989.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 9. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

TAILLE, Yves de La. **Limites: três dimensões educacionais**. São Paulo: Ática, 2003.

Artigo recebido em 15/06/15. Aceito em 17/08/15.